

TACIANO LUIZ COIMBRA DOMINGUES

**PROBLEMATIZANDO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A
CRIANÇA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
(CRAS)**

**ASSIS
2012**

TACIANO LUIZ COIMBRA DOMINGUES

**PROBLEMATIZANDO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A
CRIANÇA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
(CRAS)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, para a obtenção do título de Mestre em Psicologia (Área de conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elizabeth Piemonte Constantino

**ASSIS
2012**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

Domingues, Taciano Luiz Coimbra

D671p Problematizando a violência doméstica contra a criança no
Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) / Taciano
Luiz Coimbra Domingues. Assis, 2012
140 f. : il.

Dissertação de Mestrado - Faculdade de Ciências e Letras
de Assis - Universidade Estadual Paulista.
Orientadora: Dr^a. Elizabeth Piemonte Constantino

1. Violência familiar. 2. Violência nas crianças. 3. Políticas
públicas. 3. Política social. 4. Assistência social. I. Título.

CDD 301.42
368.4

TACIANO LUIZ COIMBRA DOMINGUES

PROBLEMATIZANDO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA
NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr^a. Elizabeth Piemonte Constantino (Orientadora)
UNESP – Universidade Estadual Paulista - Assis

Prof. Dr. João Batista Martins
UEL – Universidade Estadual de Londrina - Londrina

Prof. Dr. Silvio José Benelli
UNESP – Universidade Estadual Paulista - Assis

**ASSIS
2012**

Dedico este estudo a minha família, em especial a Mariana, pelo apoio ilimitado para a realização dele e àqueles que lutam pelos direitos humanos das crianças.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação da Unesp de Assis.

À Professora Doutora Elizabeth Piemonte Constantino, pela orientação e ampliação do meu olhar à pesquisa.

Ao professor Doutor Jorge Luís Ferreira Abrão, por acolher a minha proposta de estudo.

Aos Professores Doutores Sílvio José Benelli e João Batista Martins, que reforçaram a importância do olhar crítico diante da produção do conhecimento.

À Secretaria Municipal da Assistência Social de Lins/SP (Prof. Checon, Rose e Geisa), que permitiu e incentivou a realização dessa pesquisa.

À minha família, que aumentou durante esse percurso com a chegada do Vinícius.

Aos meus pais, José e Simone, que sempre valorizaram a educação como meio de crescimento humano, ético, afetivo e profissional.

À Sheila por me auxiliar quando precisei.

Enfim, a todos que, de forma direta e indireta, contribuíram para que esse trabalho acontecesse.

Muito obrigado!!!

VONTADE DE QUEM?

*O enterro do menino rico
encontrou com o enterro do menino pobre
na porta do cemitério.*

*O pai do menino pobre
pensa que o filho morreu por falta de recursos.*

*O pai do menino rico
não sabe a que atribuir a morte do seu filho.*

Ismael Nery

DOMINGUES, T. L. C. **Problematizando a violência doméstica contra a criança no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS**. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista - Assis, 2012.

RESUMO

Atualmente no Brasil, estudos envolvendo as questões voltadas às Políticas Públicas de Assistência Social têm sido desenvolvidos com o propósito de oferecer contribuições críticas àqueles que trabalham na fomentação, promoção e concretização dos direitos sociais. Em 2004, foi criado o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) que é o principal responsável pela proteção social básica no município e o local de funcionamento dos serviços socioassistenciais da proteção social básica. Estes são dirigidos às pessoas e/ou famílias em vulnerabilidade social e situação de risco. A violência doméstica contra a criança, por ser uma vulnerabilidade social, necessita de estudos sobre a sua interface com o CRAS. Desse modo, no presente trabalho tivemos como objetivo geral desenvolver uma pesquisa bibliográfica e documental das contribuições que esse estabelecimento tem para oferecer sobre a questão da violência doméstica contra a criança. Como objetivos específicos propusemos realizar uma discussão das concepções presentes na violência doméstica contra a criança nos serviços socioassistenciais do CRAS e o papel do psicólogo nesse estabelecimento. Para uma análise crítica das informações obtidas, utilizamos o referencial da teoria sócio-histórica e constatamos que as concepções a respeito da violência doméstica contra a criança e os outros problemas sociais estão fundadas no indivíduo e na família, ignorando as suas multideterminações e historicidade. Dessa forma, é imprescindível que o psicólogo, ao atuar no CRAS, considere os elementos sociais, históricos e culturais como constituintes dos problemas sociais, propondo ações que promovam a autonomia, o protagonismo, a cidadania e a justiça social para os membros das classes sociais oprimidas e exploradas.

Palavras-Chave: Violência Familiar, Violência nas Crianças, Política Social, Políticas Públicas, Assistência Social.

DOMINGUES, T. L. C. **Problematizing the domestic violence against children in the Social Assistance Reference Center - CRAS**. 2012. 140 p. Dissertation (Master in Psychology). Faculty of Science and Letters – University Estadual Paulista - Assis, 2012.

ABSTRACT

Currently in Brazil, studies involving issues facing the Social Welfare Public Policy have been developed in order to provide critical contributions to those who work in the fostering, promotion and realization of social rights. In 2004, the Reference Center for Social Assistance (CRAS) was created as the primarily responsible for basic social protection in the municipality and the local social welfare services of basic social protection. These are aimed at people and/or families in social vulnerability and risk. Domestic violence against children, being a social vulnerability, require studies on the interface with the CRAS. Thus, in this study we aimed to develop a general literature and documentary research of the contributions that CRAS has to offer on the issue of domestic violence against children. As specific objectives we proposed to accomplish a discussion of the concepts present in domestic violence against children in the CRAS social welfare services and the role of the psychologist in this institution. For a critical analysis of the information obtained, we use the referential theory of socio-historical and noticed that the conceptions of domestic violence against children and other social problems are deep-seated in the individual and the family, ignoring their multi-determinations and historicity. Thus, it is essential that the psychologist, working on CRAS, considers the social, historical and cultural elements as constituents of social problems and proposes actions that promote autonomy, leadership, citizenship and social justice for members of oppressed and explored.

Keywords: Family Violence, Violence on Children, Social Policy, Public Policy, Social Welfare.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABMP - **A**ssociação **B**rasileira de **M**agistrados, **P**romotores de **J**ustiça e **D**efensores **P**úblicos da **I**nfância e **J**uventude

ABRAPIA - **A**ssociação **B**rasileira **M**ultiprofissional de **P**roteção à **I**nfância e à **A**dolescência

APA - **A**ssociação **A**mericana de **P**siquiatria

BPC – **B**enefício de **P**restação **C**ontinuada

CADÚNICO – **C**adastro **Ú**nico

CADSUAS - **C**adastro **N**acional **S**istema **Ú**nico da **A**ssistência **S**ocial

CAPS – **C**entro de **A**tenção **P**sicossocial

CFESS - **C**onselho **F**ederal de **S**erviço **S**ocial

CFP - **C**onselho **F**ederal de **P**sicologia

CNAS - **C**onselho **N**acional de **A**ssistência **S**ocial

CNRVV - **C**entro de **R**eferência às **V**ítimas de **V**iolência

CRAMI - **C**entros **R**egionais de **A**tenção aos **M**aus-Tratos na **I**nfância

CRAS - **C**entro de **R**eferência da **A**ssistência **S**ocial.

CREAS – **C**entro de **R**eferência **E**specializado de **A**ssistência **S**ocial

CRP 6ª REGIÃO – **C**onselho **R**egional de **P**sicologia de **S**ão **P**aulo

DSM-IV – **M**anual **D**iagnóstico e **E**statístico de **T**ranstornos **M**entais 4º edição

ECA - **E**statuto da **C**riança e do **A**dolescente

LOAS - **L**ei **O**rgânica da **A**ssistência **S**ocial

MDS - **M**inistério do **D**esenvolvimento **S**ocial e **C**ombate a **F**ome

NOB/SUAS - **N**orma **O**peracional **B**ásica do **S**istema **Ú**nico da **A**ssistência

PAEFI - **S**erviço de **P**roteção e **A**tenimento **E**specializado a **F**amílias e **I**ndivíduos

PAIF – **S**erviço de **A**tenimento e **P**roteção **I**ntegral a **F**amília

PBF – **P**rograma **B**olsa **F**amília

PNAS - **P**olítica **N**acional da **A**ssistência **S**ocial

SAC - **S**erviço de **A**dvocacia da **C**riança

SEADS - **S**ecretaria **E**stadual de **A**ssistência e **D**esenvolvimento **S**ocial de **S**ão **P**aulo

SUAS - **S**istema **Ú**nico da **A**ssistência **S**ocial

TEPT - **T**ranstorno de **E**stresse **P**ós-Traumático

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Equipe técnica do CRAS.....	107
--	-----

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
 CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO	19
1.1 Psicologia Sócio-Histórica	19
1.2 Psicologia Histórico-Cultural.....	29
1.3 Materialismo histórico e dialético.....	33
 CAPÍTULO II - INTINERÁRIO METODOLÓGICO.....	37
2.1 Procedimentos	38
2.2 Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa Documental	39
 CAPÍTULO III - A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA	45
3.1 Um breve histórico	45
3.2 Problematizando as definições e concepções sobre a violência doméstica contra a criança.....	49
 CAPÍTULO IV - POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	76
4.1 Leis, decretos e resoluções relacionadas ao Centro de Referência da Assistência social	76
4.2 Contribuições dos Centros de Referência da Assistência Social em relação à violência doméstica contra a criança: uma análise crítica.....	102
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	123

REFERÊNCIAS.....	127
------------------	-----

APRESENTAÇÃO

Enquanto fazíamos o curso de Psicologia em 2002 participamos de um projeto de pesquisa acadêmico desenvolvido numa creche que tinha como público principal crianças de famílias das classes populares na cidade de Londrina/PR. Esse projeto teve como objetivo inicial acompanhar o cotidiano dessa instituição, observando as relações estabelecidas entre as cuidadoras e as crianças atendidas. Num segundo momento, os integrantes do projeto, sob a supervisão da coordenadora da pesquisa, ofereceram para as funcionárias da creche a oportunidade de falar sobre a interação com as crianças. Com base no que foi relatado, fizemos propostas de intervenção focadas nas dificuldades evidenciadas.

As cuidadoras relataram vários tipos de dificuldades com as quais precisavam lidar no seu trabalho e um deles era qual atitude tomar com as crianças que vinham de suas casas com arranhões, hematomas, machucados e feridas. Este foi o nosso primeiro contato formal com a violência doméstica contra as crianças.

Em 2006, iniciamos nossa atuação como psicólogo da Prefeitura Municipal de Guaíçara/SP. Este é um município localizado no noroeste do Estado de São Paulo e possui uma população de aproximadamente 11.000 habitantes. A vaga que preenchemos nesse lugar foi para psicólogo do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS. Esse estabelecimento estava em processo de instalação em todo território nacional. Para se ter uma idéia da quantidade desses centros no Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2011b) relatou que em 2010 existiam 6.801 CRAS, distribuídos entre 84,5% dos municípios do Brasil.

Em 2007, por meio de um concurso público, começamos a trabalhar como psicólogo no CRAS de Lins, uma cidade vizinha de Guaíçara. O município de Lins tem uma população de aproximadamente 75.000 habitantes e possui dois CRAS em funcionamento.

Tanto em Guaíçara quanto em Lins, os CRAS funcionavam há pouco tempo, razão pela qual muitas dúvidas surgiam sobre os seus objetivos e principalmente sobre as atribuições do psicólogo nesses estabelecimentos. Muitos coordenadores do CRAS, assistentes sociais, psicólogos e a população percebiam a função do psicólogo como

prestador de atendimento psicoterapêutico. Isso foi um grande equívoco, como mostram as publicações do Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2005b, 2006b, 2009a) e do Conselho Federal de Psicologia.

As atividades do psicólogo no CRAS devem estar voltadas para a atenção e prevenção a situações de risco, objetivando atuar nas situações de vulnerabilidade por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições pessoais e coletivas (CFP, 2007, p.29).

Mesmo com essas informações sobre a atuação do psicólogo nos CRAS, em muitos locais esse profissional desenvolve atividades baseadas na prática clínica. Alguns técnicos prestam um serviço semelhante ao desenvolvido num consultório, tratando os problemas individuais dos usuários. (CONSTANTINO; PEREZ; SILVA, 2010).

Sobre esse equívoco da atuação do psicólogo, a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social (SÃO PAULO, 2009) apresentou uma pesquisa realizada em 2008 com 703 CRAS do Estado de São Paulo. Nessa pesquisa foi constatado que, mesmo com uma clara recomendação de que o trabalho desenvolvido neste estabelecimento deva incidir sobre a prevenção e desenvolvimento de potencialidades, 12% dos CRAS desenvolvem terapia familiar e 8% terapia comunitária.

Também havia confusão em relação à função do CRAS. Com a mudança do paradigma da Assistência Social, esse estabelecimento foi instituído como “a porta de entrada” do Sistema Único da Assistência Social. Como consequência disso, foram-lhe atribuídas várias incumbências, sem antes haver estudos sobre a viabilidade e as metodologias que as embasariam (BRASIL, 2006b, p.11-12).

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é:

- 1.1 a unidade pública estatal responsável pela oferta de serviços continuados de proteção social básica de assistência social às famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade social;
- 1.2 a unidade efetivadora da referência e contra-referência do usuário na rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e unidade de referência para os serviços das demais políticas públicas;
- 1.3 a “porta de entrada” dos usuários à rede de proteção social básica do SUAS;
- 1.4 a unidade que organiza a vigilância social em sua área de abrangência;

1.5 uma unidade pública que concretiza o direito socioassistencial quanto à garantia de acessos a serviços de proteção social básica com matricialidade socio-familiar e ênfase no território de referência;

1.6 um equipamento onde são necessariamente ofertados os serviços e ações do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e onde podem ser prestados outros serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica relativos às seguranças de rendimento, autonomia, acolhida, convívio ou vivência familiar e comunitária e de sobrevivência a riscos circunstanciais.

Esse excesso de incumbências resultou numa elevada gama de perfis de usuários e vulnerabilidades sociais que o CRAS deveria lidar diariamente.

Em Lins, atendíamos um grande número de pessoas que tinham as suas demandas perpassadas pela violência em suas inúmeras faces (violência social capitalista, violência estrutural, violência urbana, violência institucional, violência doméstica etc.), e isso gerava várias indagações: que procedimentos tomar diante de fenômeno tão amplo e complexo?

A violência não acontece de forma pontual na sociedade nem faz parte de uma classe social específica (MARTÍN-BARÓ, 2003); ela aparece no cotidiano de todas as pessoas, presente nas manifestações humanas.

Para averiguar isso, fizemos uma pesquisa rápida na Internet. Digitamos a palavra violência num site de busca famoso no dia 16 de março de 2012, às 09h36 da manhã. Em 11 segundos, somente nos atendo à palavra *violência* em português, apareceram 12.400.000 (doze milhões e quatrocentas mil) ocorrências. Refizemos essa pesquisa no mesmo dia, às 09h48 da manhã, apenas com uma pequena alteração: em vez de escrever *violência* com o acento circunflexo, escrevemos sem. Em 10 segundos de busca foram identificadas na rede 110.000.000 (cento e dez milhões) de ocorrências. Essa diferença se deve porque em espanhol, língua mais falada que o português, a palavra violência é escrita sem acento circunflexo.

Esses resultados podem ser questionados, visto ser a violência um fenômeno multicausal e multidimensional (REICHENHEIM; HASSELMANN; MORAES, 1999), com diferentes concepções. Contudo, para ilustrar a sua amplitude, colocamos duas reportagens que foram encontradas nessa pesquisa informal.

A primeira reportagem foi retirada da *veja.abril.com.br*, com data de 12/03/12. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/2011-um-ano-de-violencia-sem-precedentes-contrainternautas>>. Acesso em 16 mar. 2012.

2011, um ano de violência sem precedentes contra internautas

Joel Saget

O ano de 2011 foi de uma "violência sem precedentes contra os internautas", cinco dos quais morreram e 200 foram presos, afirma o Repórteres Sem Fronteiras (RSF), em seu relatório de 2012 sobre os inimigos da internet divulgado nesta segunda-feira, Dia Mundial contra a Ciber censura.

"Os internautas estiveram em 2011 no centro das mudanças políticas que afetaram o mundo árabe. Tentaram, ao lado de jornalistas, impedir a censura, mas, em contrapartida, pagaram um alto preço", declarou o RSF.

O grupo de defesa da liberdade de imprensa estimou que 2011 foi "um ano de violência sem precedentes contra internautas. Cinco morreram quando realizavam uma missão de informação".

"Mais de 200 prisões de blogueiros e internautas foram contabilizadas, ou seja, um aumento de 30% sobre o ano anterior", acrescentou.

Na Síria, "mais de 120 internautas estão hoje na prisão", denunciou o RSF, considerando que a violência neste país poderá agravar ainda mais este cenário.

Por ocasião do Dia Mundial contra a Ciber censura, o Google e o RSF vão entregar o prêmio "Repórteres Sem Fronteiras" para o internauta Astrubal, co-fundador do blog tunisiano Nawaat.

O RSF adicionou à sua lista de países "inimigos da internet" o Barheïn e Belarus, e retirou a Venezuela e a Líbia da lista dos países "sob vigilância".

Em seu relatório, o RSF destaca que "as mudanças feitas a esta lista refletem as recentes evoluções da liberdade de informação on-line".

A lista de "inimigos da internet" ainda inclui: Arábia Saudita, Birmânia, China, Coreia do Norte, Cuba, Irã, Uzbequistão, Síria, Turcomenistão e Vietnã, países que "possuem sérios problemas de acesso, uma filtragem rigorosa e a perseguição de internautas e de propaganda online", explica o RSF.

"Entre vigilância e filtragem, a distância é muitas vezes tênue", agrega.

Além das ditaduras, "os chamados países democráticos estão se rendendo às tentações securitárias, tomando medidas desproporcionadas para proteger os direitos autorais", assinala o RSF.

Entre os países "sob vigilância" estão Austrália, Coreia do Sul, Emirados Árabes Unidos, Egito, Eritreia, França, Índia, Cazaquistão, Malásia, Rússia, Sri Lanka, Tailândia, Tunísia e Turquia.

O RSF observa que alguns países exercem outras formas de censura na rede, como o Paquistão "que recentemente fez uma licitação para implantar um sistema nacional de filtragem da rede, comparável a uma grande muralha eletrônica".

Finalmente, a organização afirma que permanece atenta as situações de liberdade de informação na internet, especialmente em países como Azerbaijão, Marrocos e Tajiquistão, embora não estejam em suas listas.

A segunda reportagem foi retirada do [estadao.com.br/internacional](http://www.estadao.com.br/internacional), com data de 15/03/2012. Disponível em: <[http://www.estadao.com.br/noticias/geral,acusado-de-jogar-filho-no-rio-tiete-e-condenado,acusado-de-jogar-filho-no-rio-tiete-e-condenado,848801,0 .htm](http://www.estadao.com.br/noticias/geral,acusado-de-jogar-filho-no-rio-tiete-e-condenado,acusado-de-jogar-filho-no-rio-tiete-e-condenado,848801,0.htm)>. Acesso em 16 mar. 2012.

Acusado de jogar filho no Rio Tietê é condenado

AE - Agência Estado

Alexandre Franco, acusado de matar o filho de 6 anos, jogando a criança no Rio Tietê, em 2010, foi condenado na noite de ontem a 24 anos, 10 meses e 20 dias de prisão em regime fechado, segundo o Tribunal de Justiça de São Paulo. O julgamento começou na tarde de ontem, no

Fórum de Santana, no bairro do Limão, zona norte de São Paulo. A sentença foi divulgada no fim da noite.

Franco foi preso no dia 28 de dezembro de 2010, três dias depois do crime. O corpo do menino foi encontrado no Rio Tietê, na região da Vila Maria, na zona norte da cidade. Segundo a polícia, o acusado se entregou e confessou o

crime. Em depoimento, Alexandre disse que matou a criança para se vingar da ex-mulher. Ele afirmou que ao caminhar na Ponte da Vila

Maria, deixou o filho cair no rio e foi embora sem socorrê-lo.

Por meio dessas reportagens, percebemos a diversidade de tipos de violência e alguns dos seus efeitos. Essa pesquisa não tem a pretensão de contemplar a violência em todas as suas modalidades, tarefa impraticável, mas apenas uma face dela: a violência doméstica contra as crianças.

Pesquisadores, profissionais e Instituições Governamentais e da Sociedade Civil (AZEVEDO; GUERRA, 2001; CARVALHO-BARRETO et al., 2009; BARCELLOS, 2006; BRASIL., 2002, 2005a) têm focado nesse tema, devido ao seu impacto na infância.

De acordo com Reichenheim, Hasselmann e Moraes (1999), no Brasil, os índices sobre a violência doméstica não são bem conhecidos devido às diferentes formas de os pesquisadores conceituarem e estudarem essa questão. De fato, não existem grandes levantamentos nacionais sobre a violência doméstica, o que existe são estudos que se referem aos casos mais alarmantes e de grande gravidade. Quando é necessária uma mensuração de informações a respeito desse fenômeno, para planejar intervenções e políticas sociais, surgem dificuldades. Isso ocorre porque as pesquisas quantitativas e qualitativas sobre a violência doméstica contra a criança utilizam metodologias e terminologias diferentes, impossibilitando assim uma normatização estatística.

Deslandes (1994) cita alguns dados fornecidos pelo Serviço de Advocacia da Criança (SAC) da Secretaria do Menor de São Paulo. A autora constatou que dos 6.056 casos de crianças vítimas de violência na cidade de São Paulo, no período de 1988 a 1990, 64% eram de violência doméstica. A pesquisadora também comunicou os dados fornecidos pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA). Entre outubro de 1991 a dezembro de 1993, atendeu 3.981 crianças que sofreram violência doméstica.

A ABRAPIA (2004) realizou um levantamento no Estado do Rio de Janeiro sobre a violência doméstica contra a criança e adolescente, utilizando como fonte os 1169 casos atendidos pelo SOS Criança, no período de janeiro de 1998 a junho de 1999. Os dados foram os seguintes: em 65% dos casos, as crianças ou adolescentes sofreram maus-tratos físicos; em 51% dos casos, as crianças ou adolescentes sofreram maus-tratos; em 49%, as crianças ou adolescentes sofreram negligência e, em 13%, as

crianças ou adolescentes sofreram abuso sexual. Em muitos casos, a criança ou adolescente sofreu mais de um tipo de maus-tratos. Sobre a faixa etária das vítimas: 5% tinham de 0 a 1 ano, 17% de 1 a 3 anos, 29% de 4 a 7 anos, 24% de 8 a 11 anos, 14% de 12 a 14 anos e 11% de 15 a 18 anos incompletos. Somando as porcentagens chegamos à conclusão de que 75% das vítimas eram crianças porque pertenciam à faixa etária entre 0 a 12 anos incompletos.

A Política de Assistência Social (BRASIL, 1993, 2004b) determina que o CRAS seja o executor de ações socioassistenciais de prevenção e atenção à violência doméstica e suas modalidades, inclusive a violência doméstica contra criança. É o que aponta a Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, descrevendo a função do Serviço de Proteção Integral à Família - PAIF, serviço socioassistencial desenvolvido nesse estabelecimento,

Art. 24-A. Fica instituído o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), que integra a proteção social básica e consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada, nos Cras, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.

Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo geral realizar uma pesquisa bibliográfica e documental das contribuições que o CRAS tem para oferecer sobre a questão da violência doméstica contra a criança. Como objetivos específicos, propusemos discutir as concepções presentes na violência doméstica contra a criança nos serviços socioassistenciais do CRAS e o papel do psicólogo nesse estabelecimento.

Acreditamos que o cumprimento desses objetivos poderá contribuir para uma análise crítica sobre o fenômeno da violência doméstica contra criança, os serviços do CRAS e a atuação do psicólogo nesse local. Para tanto, a Psicologia Sócio-Histórica ofereceu os fundamentos teóricos que nos possibilitaram refletir sobre as questões da pesquisa.

Em consonância com essa teoria, abordamos a violência como um fenômeno construído socialmente, influenciado por fatores histórico-culturais:

[...] parece ser mais adequado a postulação de uma condição humana, na medida em que ela se refere a um homem que constrói sua existência a partir de uma ação sobre a realidade, com o objetivo de satisfazer suas necessidades. É, pois, por meio da ação significada no mundo que o homem vai não só transformar a realidade objetiva em realidade humana como também criar suas próprias condições de existência, transformando-se a si próprio. Homem e sociedade vivem, portanto, uma relação de mediação, em que cada pólo expressa e contém o outro, sem que nenhum deles se dilua no outro ou perca sua singularidade (AGUIAR, 2000, p.127).

Para expor os resultados de nossa pesquisa, sistematizamos o seu conteúdo da seguinte forma:

O capítulo I contém as premissas da Psicologia Sócio-Histórica e sua fundamentação teórica que é baseada na Psicologia Histórico-Cultural e no Materialismo Histórico Dialético.

No capítulo II, descrevemos os procedimentos utilizados para alcançar os objetivos dessa dissertação. Nesse capítulo também elaboramos uma explanação sobre a pesquisa bibliográfica e documental.

No capítulo III num primeiro momento, apresentamos um breve histórico sobre a violência doméstica¹ contra a criança. No segundo momento, analisamos, numa perspectiva sócio-histórica, as concepções² que permeiam os textos escolhidos pela pesquisa bibliográfica e documental sobre a violência doméstica contra criança.

No capítulo IV, examinamos criticamente a Política da Assistência Social e os serviços socioassistenciais do CRAS voltados para a questão da violência doméstica contra a criança. Além disso, discutimos a atuação do psicólogo nesse estabelecimento da proteção social básica.

Nas Considerações Finais, refletimos sobre as questões levantadas sobre o tema estudado e seus possíveis encaminhamentos para novas investigações. Bem como as interfaces que se estabelecem entre a violência doméstica contra a criança, o CRAS e a atuação do psicólogo nesse estabelecimento.

¹ Nesse estudo os termos violência familiar, violência intrafamiliar e violência doméstica são considerados sinônimos.

² De acordo com o Novo Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa (1995), concepção pode ser entendida como maneira de conceber ou formular uma ideia original, modo de ver, ponto de vista etc.

CAPÍTULO I - REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo fornece informações sobre a Psicologia Sócio-Histórica que subsidiou a análise das teorias e documentos desta pesquisa, além de fornecer informação também de outras teorias que embasam os pressupostos desta abordagem.

Neste trabalho utilizamos como abordagem teórica de análise crítica a Psicologia Sócio-Histórica, pela qual optamos por concordar com seus pressupostos teóricos e práticos. Apesar da Psicologia Sócio-Histórica utilizar o método materialista histórico e dialético na produção do conhecimento, nesta dissertação não utilizamos tal método, mas adotamos a concepção de homem e mundo proposto por essa teoria para fornecer um olhar crítico sobre as questões desse estudo.

No primeiro tópico deste capítulo, descrevemos de forma breve o caminho do surgimento e as principais premissas da Psicologia Sócio-Histórica no Brasil. No segundo tópico, fornecemos informações centrais sobre a Psicologia Histórico-Cultural, por fazer parte do corpo teórico da Psicologia Sócio-Histórica. E no terceiro tópico colocamos de forma breve alguns pressupostos do Materialismo Histórico e Dialético, base filosófica e conceitual tanto da Psicologia Sócio-Histórica quanto da Psicologia Histórico-Cultural.

1.1 Psicologia Sócio-Histórica

Bock *et al* (2007) deixam claro que ao falar da Psicologia Sócio-Histórica é primordial citar a professora Silvia Lane, uma vez que ela tem grande participação da introdução da visão Sócio-Histórica na Psicologia Social. A professora Silvia Lane também representou o interesse e a necessidade da construção de uma Psicologia menos elitista, mais crítica e comprometida com a transformação social.

Silvia Lane, como docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), dialogou com outros psicólogos com intuito de disseminar suas idéias e

encontrar parceiros para desenvolver uma nova perspectiva na Psicologia. Com esse objetivo, a pesquisadora estimulou muitos psicólogos a produzirem conhecimento utilizando pressupostos sócio-históricos.

[...] quatro alunos de Sílvia Lane, desde a década de 70 na graduação em Psicologia na PUC-SP até os anos 90 nos estudos pós-graduados em Psicologia Social na mesma Universidade, retomam a história, refletindo sobre o caminho percorrido por Sílvia Lane na Psicologia Social brasileira e da América Latina, destacando a corrente da Psicologia Sócio Histórica que se instalou nos espaços onde ela estava na PUC-SP, desenvolveu-se na Faculdade de Psicologia daquela Universidade e contribuiu com a construção dos alicerces do novo projeto de Compromisso Social da Psicologia (BOCK *et al*, 2007, p.47).

Bock *et al* (2007) esclarecem que entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970, o Instituto de Psicologia da PUC-SP sofreu várias mudanças que buscaram melhores condições no ensino superior. Como resultado desse movimento, foi fundada a Faculdade de Psicologia da PUC-SP, criada com a junção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Bento da Pontifícia e o Sedes Sapientiae. Sílvia Lane foi a primeira diretora dessa Faculdade de Psicologia que tinha como meta a construção de uma nova perspectiva psicológica.

Sílvia Lane inclinava-se para um olhar crítico sobre os conceitos psicológicos, questionando-os sobre a sua materialidade, vinculação com a realidade e eficácia para ser aplicada na produção de conhecimento concreto (BOCK *et al*, 2007). Durante a realização dessa tarefa, Sílvia Lane se preocupava em produzir uma metodologia que tornasse possível construir saberes que pudessem ser aplicados na realidade de forma ética e política, principalmente na mudança social.

As críticas apontadas por Sílvia Lane e as reflexões produzidas nessas experiências encontraram espaço adequado para seu desenvolvimento, quando se consolidou o programa de estudos pós-graduados em Psicologia Social da PUC-SP. Criado em 1972, com a participação de Sílvia Lane, o programa permitiu a reunião de esforços para a produção de uma nova perspectiva em Psicologia Social. Sílvia ministrou disciplinas que se propunham a fazer revisões críticas de experimentos e pesquisas indexados no Psychological Abstracts. A constatação da inconsistência dos resultados encontrados e de sua inadequação a fenômenos sociais presentes na realidade pesquisada no Brasil apontou para um vazio teórico que gerou a certeza de que era urgente o desenvolvimento de pesquisas que levassem a uma nova sistematização (BOCK *et al*, 2007, p.48-49).

Bock *et al* (2007) apontam que a produção de Silvia Lane possuía duas características primordiais. A primeira diz respeito à relação que procurou estabelecer entre a subjetividade e a objetividade; a segunda, sobre o papel dos valores pessoais e sociais e como eles se constituem. Silvia Lane elegeu essas questões como foco de seu estudo por permitirem entender a vinculação do indivíduo-sociedade, fatores e condutas sociais.

Essa pesquisadora realizou várias críticas à Psicologia Social Cognitiva norte-americana, que tinha vários psicólogos brasileiros como adeptos e defensores. Sobre essa abordagem, Lane evidenciou uma metodologia predominantemente experimental, positivista e naturalizante, uma desconsideração pelos fatores sociais e históricos na subjetividade. A Psicologia Social Cognitivista também trabalhava com a cisão indivíduo e sociedade, não os compreendendo como pertencentes a um mesmo processo.

O trabalho social iniciado no curso de graduação da PUC-SP, o desenvolvimento das pesquisas no curso de pós-graduação e as relações na América Latina se uniram enquanto aspectos fundamentais para a construção da nova perspectiva em Psicologia Social. Uma perspectiva que, segundo Sílvia Lane, deveria começar explicitando uma nova concepção de homem na psicologia: um homem social e histórico. E, para compreender esse homem e como as determinações históricas estão em relação com ele, seria necessário um outro método. O materialismo histórico e dialético será o método que ela vai adotar e desenvolver na psicologia social (BOCK *et al*, 2007, p.49).

Silvia Lane construiu uma nova perspectiva psicológica utilizando o método materialista histórico e dialético. Diferente das outras correntes psicológicas, essa abordagem concebeu o homem como histórico e em relação dialética com a sociedade à qual pertence. Através do processo de estudo da constituição do homem material, se tornaria possível apreender sobre a consciência, alienação e a sua conduta frente às questões sociais (BOCK *et al*, 2007).

O materialismo histórico dialético possibilita uma compreensão ampla do ser humano, pois trabalha com várias categorias presentes na humanização: mediação, contradição etc. (BOCK *et al*, 2007). Este método, ao entender a existência de uma dialética entre a subjetividade e objetividade, possibilita desenvolver estudos sobre a historicidade dos fenômenos, recusando-se a aceitar uma neutralidade científica ao perceber uma intencionalidade humana.

Em outras palavras, o materialismo histórico e dialético permite trabalhar com a historicidade dos fenômenos e, por isso, contrapõe-se à sua naturalização. Boa parte da obra de Sílvia Lane foi para desenvolver uma compreensão do psiquismo fundamentada nesses pressupostos. [...] E, de maneira coerente, tais formulações foram produzidas a partir de pesquisas realizadas com métodos adequados à compreensão da realidade como contraditória, em processo de transformação constante e do conhecimento como práxis (BOCK et al, 2007, p.49-50).

Bock et al (2007) informam que toda essa discussão, encabeçada pela Sílvia Lane, aconteceu nos anos 1970 tendo com fundo histórico a ditadura. Apesar do risco de perseguição política ao propor uma Psicologia Social que não ignorava os problemas sociais, muitos psicólogos aderiram a essa causa, principalmente com a criação, na PUC-SP, da pós-graduação em Psicologia Social.

Sílvia Lane, com a criação dessa estrutura para estudo da Psicologia Social e com o auxílio de docentes e discentes dessa pós-graduação em Psicologia Social da PUC-SP, pôde iniciar a formalização teórica e prática de uma Psicologia Social diferente da Psicologia Social cognitiva norte-americana, principalmente em relação ao compromisso social com a transformação da realidade brasileira (BOCK et al, 2007).

Com esse desenvolvimento teórico, pela primeira vez, criou-se, de fato, uma alternativa à psicologia social norte-americana. O mesmo movimento realizado por Florestan Fernandes, de busca da realidade social, do trabalho empírico, da busca de alternativas metodológica para se construir a base de uma teoria consistente, foi realizado por Sílvia Lane no campo da Psicologia Social. Em artigo comentando os cursos e programas de psicologia social no Brasil, ministrados entre 1983 e 1993, Sergio Ozella identifica a importância que o aporte teórico desenvolvido na PUC-SP ganhou neste período. Em 1983, os autores mais citados e indicados como leitura nos cursos de psicologia social, eram Aroldo Rodrigues (54 menções); J. L. Freedman (36); Solomon Asch (29); Krech, Crutchfield e Ballachey (29) e Sílvia Lane com o seu introdutório O que é a Psicologia Social (22). Em 1993, Sílvia Lane e Wanderley Codo com Psicologia Social: O homem em movimento, recebem 63 menções, seguidos do livro Psicologia Social de Aroldo Rodrigues com 36. Em terceiro lugar O que é a Psicologia Social com 28 menções. Foi o coroamento de um intenso e importante trabalho realizado por Sílvia durante todos aqueles anos, investindo na construção da Psicologia Social no Brasil e na América Latina (BOCK et al, 2007, p.51).

Essa nova Psicologia Social, depois denominada Psicologia Sócio-Histórica, foi construída por meio de um processo de crítica de pressupostos psicológicos que permeavam a teoria e prática do Psicólogo. Essa nova abordagem psicológica, fundada

por Silvia Lane, comprometeu-se, desde o início, com a construção do conhecimento (teoria e prática) voltado para a desnaturalização das questões sociais, buscando sua transformação.

A produção de Sílvia Lane não se desviou, em nenhum momento, de seu propósito maior: desenvolver uma psicologia que contribua com a transformação da sociedade. A compreensão dos aspectos psicológicos como constituídos em uma dialética subjetividade-objetividade traz a possibilidade de superar explicações que apenas justapõem indivíduo e sociedade e permite que, ao se falar do sujeito, fale-se, necessariamente, da realidade social da qual participa. E compreender que ambos, sujeito e sociedade estão em um movimento que tem por base as contradições do processo histórico, significa poder apontar as possibilidades de transformação (BOCK et al, 2007, p. 52).

Bock (2011) explana sobre os fundamentos teóricos dessa abordagem psicológica. Essa pesquisadora defende que a Psicologia recebeu *status* de disciplina científica a partir de 1875. Nesse período a classe burguesa estava em ascensão e havia uma valorização da razão como possibilidade de explicar os fenômenos (as leis naturais e as leis sociais).

O método científico, contaminado pelo positivismo, separava de forma severa o sujeito do objeto de pesquisa. Imerso nesse contexto, Wundt (1832-1920) caracterizou a Psicologia como uma ciência que se divide em duas vertentes: Psicologia Experimental e Psicologia Social. Essa bifurcação surgiu porque Wundt não conseguiu integrar características do fenômeno psicológico: interno x externo, natural x social, subjetivo x objetivo etc. Os psicólogos que vieram depois dele valorizavam mais uma vertente em detrimento de outra.

Dessa forma, segundo Bock (2011), o fenômeno psicológico, por um bom tempo, foi estudado de forma parcial. Alguns pesquisadores valorizavam a consciência, o mundo interno e o inconsciente (Tichener, Freud etc.) como determinantes da personalidade, subestimando os fatores sociais e culturais presentes na formação da subjetividade. Outros pesquisadores ignoravam fatores endógenos (James, Skinner) como a singularidade, a subjetividade presente na conduta humana.

Bock (2011) afirma que a Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski (1896-1934) surge como alternativa para a superação dessa dicotomia subjetividade-objetividade presente em muitas teorias psicológicas. Nessa abordagem, o homem é compreendido

como um ser histórico e social que interage com a sociedade e com os outros homens, produzindo ideias, necessidades, ferramentas e novas formas de viver. A Psicologia Sócio-Histórica tem seus alicerces na Psicologia Histórico-Cultural.

Vigotski, no início do século, baseado no método dialético, critica a separação subjetividade-objetividade e salienta a necessidade de se construir uma ciência psicológica a partir de uma perspectiva histórica e que entende a relação subjetividade-objetividade como uma unidade de contrários que se movimentam permanentemente. A base marxista da teoria de Vigotski permitiu que ele deixasse desenvolvida uma estrutura teórica para a psicologia, na qual todos os fenômenos são estudados como processos em movimento e em mudança; o homem transforma a natureza com sua atividade e através de instrumentos. Assim, transforma a si próprio; não se pode construir conhecimentos a partir do aparente, pois não se capta desta forma as determinações constitutivas do objeto. É preciso rastrear a evolução e as conexões íntimas do objeto; e, por fim, as mudanças individuais têm suas raízes nas condições sociais da vida historicamente formadas. (BOCK, 1999, p. 5-6).

Com base nos escritos de Vigotski, é possível apreender que as relações sociais estão presentes na produção do sujeito e de sua subjetividade, isto é, a constituição do indivíduo, permeada pelos fatores sócio-históricos, resulta no fenômeno psicológico. A psicologia Sócio-Histórica rejeita um olhar abstrato sobre o fenômeno psicológico. Bock (2011) esclarece que a ciência psicológica desde a sua criação é permeada pela ideologia liberal, ponto central do Capitalismo. Essa ideologia tem como premissas o individualismo e o liberalismo.

A visão liberal rompia a estabilidade do mundo, sua hierarquia e suas certezas. O indivíduo estava agora no centro e poderia e deveria se movimentar. Por que surgiam essas idéias liberais? Por que o capitalismo precisava delas; precisava pensar o mundo em movimento, para explorar a natureza em busca de matérias-primas e para dessacralizá-las. O capitalismo precisava do indivíduo, como ser produtivo e consumidor. A Terra já podia então tomar seu humilde lugar no universo. A verdade já podia ser plural. O mundo estava posto em seu movimento. O homem também estava em seu movimento. E neste mundo, agora incerto, o homem se viu diante da possibilidade de ser, de pensar e de fazer. A escolha tornava-se uma exigência e um elemento da condição humana. Escolher entre várias possibilidades e escolher diferentemente de outros permite desenvolver uma noção de indivíduo e, conseqüentemente uma noção de eu entre os homens. (BOCK, 2011, p.19)

De acordo com Bock (2011) A ideia do “eu” e da “individação” se constrói com o decorrer do capitalismo. A noção de interno, elementos pessoais, privado etc.

concorrem para o surgimento do reconhecimento do eu e de uma ciência que estude essa instância humana e seus processos, no caso, a Psicologia.

Assim, as condições históricas desse período permitiram o surgimento da Psicologia e do próprio fenômeno psicológico, do modo como está constituído hoje. As idéias “naturalizadoras” do liberalismo serão responsáveis pela concepção de fenômeno psicológico que se tornará dominante na Psicologia (BOCK, 2011, p.20)

A Psicologia Sócio-Histórica concebe o fenômeno psicológico de outra forma. Para essa abordagem é impossível falar de fenômeno psicológico sem falar de sociedade, visto que dizer sobre o lugar que as pessoas vivem é falar também da sua subjetividade. Portanto, não existe uma divisão do “mundo interno” e “mundo externo”, pois ambos fazem parte de um processo, de um mesmo movimento. O homem age sobre o mundo, construindo ou modificando-o, e essa ação também faz com que se modifique.

Bock (2011) esclarece que, na perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica, as habilidades humanas são construídas na interação do indivíduo com o mundo material e social, não sendo aceitas como inatas.

[...] O mundo psicológico é um mundo em relação dialética como o mundo social. Conhecer o fenômeno psicológico significa conhecer a expressão subjetiva de um mundo objetivo/coletivo; um fenômeno que se constitui em um processo de conversão do social em individual; de construção interna dos elementos e atividades do mundo externo. Conhecê-lo desta forma significa retirá-lo de um campo abstrato e idealista e dar a ele uma base material vigorosa. Permite ainda que se superem definitivamente visões metafísicas do fenômeno psicológico que melhor, algo que já estava lá, em estado embrionário, e que se atualiza com o amadurecimento humano. O homem e o fenômeno psicológico, pensados como sementes que se desenvolvem e desabroçam. (BOCK, 2011, p. 23).

Esse entendimento de que o homem se forma e se compõe por movimentos e fatores internos está presente em muitas teorias psicológicas. Contudo, o fenômeno psicológico não é uma entidade à parte, ele é constituído no ambiente social, na materialidade do mundo, tendo como substrato a condição biológica do ser humano.

Bock (2011) comenta que a maioria das abordagens psicológicas fomenta uma visão individualista e liberal do homem, isto é, ele é responsável pelos seus acertos e

erros, vitórias e derrotas, favorecendo o surgimento de provérbios tais como: “querer é poder”, como se tudo dependesse de uma força de vontade que superaria qualquer obstáculo no “mundo externo”. Essa ideologia presente em muitas correntes psicológicas eclipsa os fatores culturais, sociais e históricos presentes na vida humana, fornecendo explicações parciais sobre a realidade.

A psicologia Sócio-Histórica não segue por esse caminho, pois representa uma perspectiva crítica que não desvencilha o social e histórico dos fenômenos humanos.

A psicologia Sócio-Histórica pretende assim ser crítica porque posicionada. Exige a definição de uma ética e uma visão política sobre a realidade na qual se insere o nosso ‘objeto de estudo e trabalho’. Sua forma de pensar a realidade e o mundo psicológico não pode ser dissociada dessa perspectiva e da necessidade desse posicionamento. (BOCK, 2011, p.26)

A Psicologia Sócio-Histórica também trabalha com um posicionamento ético-político em sua prática. De acordo com Bock (2011), várias abordagens psicológicas tiveram uma vinculação com a classe social dominante, produzindo conhecimento para que as classes trabalhadoras servissem melhor o Capital. Técnicas de recrutamento, seleção, treinamento e controle do comportamento foram desenvolvidas com o intuito de tornar as pessoas mais produtivas, dóceis, disciplinadas e passivas ao Sistema de Produção Capitalista.

[...] Toda produção da Psicologia, em termos de teorias e técnicas, caminhou na direção da classificação. Aptos ou não aptos; saudáveis ou doentes; adequados ou inadequados; competentes ou incompetentes; com potencial ou não; equilibrados ou não; enfim, toda nossa intervenção tem sido no sentido de classificar [...] (BOCK, 1999, p. 8).

No Brasil, com a aquisição de saberes importados dos EUA e da Europa, a Psicologia trabalhou com rótulos e classificações. A avaliação do trabalhador, do doente, da criança e do adolescente para a produção de laudos, relatórios, pareceres, promoveu uma prática discriminatória e estigmatizante. A Psicologia iniciou sua história no Brasil como ferramenta de controle, depois participou do processo de higienização da população e em seguida de diferenciação (BOCK, 1999).

[...] a Psicologia tem naturalizado o que é social. Tem tomado o padrão da normalidade, que é eminentemente social, como o natural do desenvolvimento humano. Dessa forma, no que é natural não cabe interferência do homem; cabe registrar e diferenciar. Assim, as diferenças entre os homens, tomadas como naturais, tornaram-se fontes ou justificativa das desigualdades sociais (BOCK, 2011, p. 28).

Bock (1999) esclarece que a formação acadêmica do psicólogo tem o distanciado da realidade social do Brasil. Na sala de aula, os estudantes de Psicologia aprendem as teorias psicológicas sem uma discussão dialética dos problemas sociais, passando a impressão de que as teorias são independentes da realidade da qual foram criadas para explicar. Essa separação entre teoria e prática aparece no exercício profissional do psicólogo quando ele tenta encaixar a realidade na teoria de forma simples e acrítica.

A Psicologia Sócio-Histórica recusa a ideologia de que o desenvolvimento humano é natural e que não recebe influência dos fatos históricos e sociais. A recusa dessa ideologia dá um posicionamento teórico e direciona um propósito para a prática profissional, tornando impossível uma neutralidade na intervenção laboral.

De acordo com Bock (1999, 2011), a abordagem Sócio-Histórica nasce como resgate e afirmação da vinculação entre o ser humano, a subjetividade e a historicidade. A pesquisadora esclarece que o psicólogo na sua prática profissional interfere na vida das pessoas, influenciando o seu cotidiano, a sua forma de pensar e agir. Ignorar essas constatações é subestimar efeitos da prática profissional.

[...] Ao realizar seu trabalho, o profissional deve ter consciência de que estará interferindo em um projeto de vida que não lhe pertence. Daí a necessidade do rigor ético que garanta o respeito e a transparência do profissional. Daí a necessidade de o psicólogo conceber seu trabalho como intencionalidade e direcionado, para que, com uma postura ética rigorosa, possa, a qualquer momento, esclarecer o direcionamento de seu trabalho, superando uma suposta neutralidade que ocultou sempre, no discurso cientificista, a concepção de 'normalidade' e saúde que nada mais eram do que valores sociais instituídos e dominantes sendo reforçados (BOCK, 2011, p. 31)

Outra característica que difere a Psicologia Sócio-Histórica das outras abordagens psicológicas é o fato de não ser influenciada pelo positivismo na sua construção teórica e prática. Isso se deve porque os seus fundamentos estão baseados no materialismo histórico e dialético.

Bock (2011) esclarece que o positivismo defende que a vida humana, tanto no nível pessoal quanto no social, são governados por leis naturais imutáveis. O positivismo trabalha com a perspectiva de que os métodos e procedimentos utilizados nas ciências naturais podem evidenciar essas leis.

Na Psicologia, o fenômeno psicológico, como entidade abstrata e natural no homem, é expressão do positivismo. O apego a métodos que isolam o fenômeno a ser estudado de todo o contexto que o produziu precisa ser superado pelo esforço crítico e pelo desenvolvimento de outra metodologia que possa encarar a realidade como algo em que permanente movimento e os fenômenos como algo que se constrói nesse movimento. A metodologia materialista histórica e dialética surge como resposta a essas questões e possibilita superar a perspectiva positivista e idealista presente na Psicologia (BOCK, 2011, p. 33).

Associado ao positivismo, existe a visão liberal do homem. No liberalismo, o processo de individuação e humanização é gerido pela própria pessoa, não sofrendo grande influência de fatores externos, isto é, o homem se faz, se constrói. Essa visão defende a tese de uma independência entre o homem e a sociedade, como se fossem instâncias separadas e de certa forma antagônicas (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999).

No liberalismo, o fenômeno psicológico ganha uma dimensão abstrata e desenvolvimentista, comparado a uma semente que germina e está determinada a virar uma planta. Nessa visão, o meio (mundo material e social) funciona apenas como um agente que pode criar impedimentos a esse desenvolvimento, que deve seguir um curso natural. Sobre isso Bock, Furtado e Teixeira (1999, p.88) observam que:

A Psicologia Sócio-Histórica entende que essas concepções liberais construíram uma ciência na qual o mundo psicológico foi completamente deslocado do campo social e material. Esse mundo psicológico passou, então, a ser definido de maneira abstrata, como algo que já estivesse dentro o homem, pronto para se desenvolver - semelhante à mente que germina. Esta visão liberal naturalizou o mundo psicológico, abolindo, da Psicologia, as reflexões sobre o mundo social. No Brasil, os teóricos da Psicologia Sócio-Histórica buscam construir uma concepção alternativa à liberal [...].

O uso do método histórico dialético permite um olhar diferente sobre o ser humano, diferenciando a Psicologia Sócio-Histórica de outras correntes psicológicas

que têm concepções naturalizantes. Essa metodologia possibilita compreender o homem em perpétuo movimento, transformação e interface com a sociedade.

A Psicologia Sócio-Histórica tem sido desenvolvida, fundamentalmente, na Psicologia Social. Esta Psicologia que tomou para si, debate da relação do homem com a sua sociedade. A perspectiva sócio-histórica é uma das perspectivas que permite à Psicologia Social, enquanto área de conhecimento, cumprir seu papel na Psicologia, de colocá-la definitivamente como uma ciência que pensa e fala sobre o homem e ao fazer isto pensa, fala e contribui para a transformação de nosso mundo social (BOCK, 1999, p. 10)

De acordo com Bock, Furtado e Teixeira (1999), os princípios primordiais da Psicologia Sócio-Histórica são: a não existência de uma essência ou natureza humana, já que a humanização é um processo de construção constante; a condição humana diz respeito a um ser histórico e social que age sobre o seu meio de forma ativa; a humanidade se produz e reproduz, isto é, o “homem é o pai do homem”, a linguagem é o processo fundamental nessa humanização; a subjetividade e a objetividade fazem partem de um mesmo processo.

1.2 Psicologia Histórico-Cultural

Como apontamos no tópico anterior, a Psicologia Sócio-Histórica utilizou-se de conceitos da Psicologia Histórico-Cultural, de forma que é importante evidenciar essas contribuições.

Vigotski (1896-1934) formulou uma teoria do desenvolvimento que recebeu vários nomes: histórico-cultural, abordagem Sociointeracionista, Psicologia Histórico-Cultural, Psicologia Sócio-Histórica etc. Na sua teoria, o indivíduo tem o seu desenvolvimento mental em constante interação com fatores sociais.

O termo Sócio-Histórico (socioistórico) foi adotado a partir da década de 90 pela professora Sílvia Lane, para designar a teoria postulada por Vigotski. O termo social foi escolhido para que os não conhecedores de sua teoria tivessem acesso à amplitude de seus postulados. Originalmente, Vigotski nomeou sua teoria de histórico-cultural [...] (PETRONI, 2008, p.21).

Lucci (2006) comenta que a produção de Vigotski foi muito relacionada com o momento histórico pelo qual a Rússia passava depois da revolução de 1917, principalmente para atender as necessidades de uma nova configuração nacional que surgia. Um dos problemas apontados era o analfabetismo que atingia 70% da população.

Vigotski, com a colaboração de Luria e Leontiev, produziu intensamente durante dez anos, totalizando mais de 180 escritos. Os seus estudos tratam da relação existente entre fatores neurológicos, aspectos biológicos e o desenvolvimento social do ser humano, evitando conclusões simplistas e reducionistas.

Vygotsky surge na psicologia num momento significativo para a nação russa. Logo após ter-se consolidado a revolução, emerge uma nova sociedade, que, conseqüentemente, exige a constituição de um novo homem. Nesse sentido, a primeira missão que a Revolução imprimiu para a psicologia foi a análise dos problemas de aplicação prática. Por sua formação humanista e sua bagagem cultural, Vygotsky reunia as condições necessárias para idealizar uma nova concepção de Educação, Pedologia (ciência da criança) e Psicologia (LUCCI, 2006, p. 4).

Por meio da Psicologia, Vigotski buscou compreender como o homem produz a cultura e qual a sua relação com os fatores psicológicos relacionados, além da individuação. A Psicologia Clássica não respondia adequadamente essas questões (LUCCI, 2006). Esse pesquisador buscou desenvolver uma teoria que conseguisse dar conta dessas perguntas e que considerasse a linguagem como uma ferramenta importante do pensamento.

Sirgado (1990) relata que depois da revolução russa havia uma grande pressão na comunidade acadêmica russa com o fim de romper com uma Psicologia que contemplasse elementos subjetivistas x empiristas, e construir uma abordagem psicológica fundamentada nos pressupostos marxistas.

Vigotski tinha uma visão crítica de uma Psicologia que, segundo ele, girava em torno de duas orientações: mentalista e naturalista. Essa dicotomia reforçava o conflito entre: indivíduo x social, natural x cultural, mente x corpo etc.

Lucci (2006) esclarece que essa dualidade refletiu num amplo número de objetos que as abordagens psicológicas se propunham estudar. O objeto da psicanálise era o

inconsciente; o da Gestalt, o psiquismo e suas propriedades; o do behaviorismo, o comportamento.

Diante dessas dificuldades encontradas nas abordagens psicológicas, Vigotski propôs uma Psicologia fundamentada no materialismo histórico dialético, com o pressuposto de que as funções cognitivas dos aspectos psicológicos superiores fazem interface com fatores históricos e culturais. Lucci (2006, p.6) informa que:

Vygotsky formula sua teoria por entender que os mentalistas e os naturalistas não explicavam cientificamente os processos mentais superiores. No seu entender, os naturalistas, ao aderirem aos métodos das ciências naturais, limitavam-se ao estudo de processos psicológicos relativamente simples, tais como as sensações ou comportamentos observáveis, mas ao se depararem com funções complexas, fracionavam-nas em elementos simples ou adotavam um dualismo que abria espaço para a especulação arbitrária. Já com relação aos mentalistas, ele ponderava que estes, por sua vez, levavam em consideração os fenômenos do “espírito” e, a partir de um apriorismo fenomenológico ou do idealismo, descreviam os processos mentais superiores, mas alegavam que era impossível explicá-los ou explicavam-nos de uma forma arbitrária e especulativa. [...] Compartilhando da concepção marxista de que o essencialmente humano é constituído por relações sociais, negou-se a buscar explicações para as funções mentais superiores nas profundezas do cérebro ou nas características etéreas de uma alma separada do corpo.

Petroni (2008) comenta que Vigotski utilizou na formulação da sua teoria os pressupostos de Marx e Engels, ratificando os fatores histórico-culturais como primordiais no desenvolvimento humano. Isso possibilitou que Vigotski superasse muitos problemas teóricos e práticos do momento histórico em que viveu.

Vigotski afirma que devemos ser profundamente históricos e colocar o comportamento do homem em relação a sua situação de classe. A ausência desta reflexão leva psicólogos e cientistas a uma compreensão idealizada da realidade que reproduz interesses de classe desviando o entendimento sobre o caráter psicológico do homem da sua verdadeira gênese social e histórica para a individualidade, a sexualidade e o inconsciente. Neste sentido, a psicologia e a educação perdem seu caráter de ciência que estuda e intervêm na realidade e passam a ser apenas ideologia (PAES, 2012, p. 3).

A Psicologia fundada por Vigotski tinha como características: a) a consideração do homem com um ser histórico e cultural, ao contrário de supor uma essência humana universal; b) os processos psicológicos superiores são desenvolvidos no ambiente social; c) os signos, instrumentos, atividades individuais e relações interpessoais

funcionam como mediadores; d) o trabalho, compreendido por Vigotski como transformação da natureza através da ação do homem, produziu novas habilidades humanas, além da sociedade; e) a não existência de um dualismo humano, não existe uma divisão corpo-mente (LUCCI, 2006).

Segundo Vygotsky, o desenvolvimento mental é marcado pela interiorização das funções psicológicas. Essa interiorização não é simplesmente a transferência de uma atividade externa para um plano interno, mas é o processo no qual esse interno é formado. Ela constitui um processo que não segue um curso único, universal e independente do desenvolvimento cultural. O que nós interiorizamos são os modos históricos e culturalmente organizados de operar com as informações do meio (LUCCI, 2006, p.8).

A mediação é um conceito importante na Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski. Esse pesquisador explanou que o ser humano não tem contato direto com os objetos do seu ambiente, mas com as representações simbólicas da realidade (LUCCI, 2006). A linguagem (signos, significantes e significados) tem papel fundamental nesse processo.

A linguagem ocupa o lugar de principal mediador na constituição e expansão das funções psicológicas superiores. Ela é formada pelo grupo de signos produzidos durante a história humana, organizada em sistemas simbólicos que possibilitam realizar conexões com os objetos através dos sentidos e significados.

De acordo com Vygotsky, a linguagem materializa e constitui as significações construídas no processo social e histórico. Quando os indivíduos a interiorizam, passam a ter acesso a estas significações que, por sua vez, servirão de base para que possam significar suas experiências, e serão estas significações resultantes que constituirão suas consciências, mediando, desse modo, suas formas de sentir, pensar e agir (LUCCI, 2006, p. 9).

A aprendizagem também tem grande destaque nos estudos de Vigotski, por possuir função primordial no desenvolvimento das funções psicológicas superiores. A aprendizagem ocorre através da interação entre os membros de grupo social. Esse pesquisador compreendeu a aprendizagem e o desenvolvimento como processos complementares. Lucci (2006, p.9-10) coloca que Vigotski:

[...] considera a existência de dois níveis de desenvolvimento. Um corresponde a tudo aquilo que a criança pode realizar sozinha e o outro, às capacidades que

estão se construindo; isto é, refere-se a tudo aquilo que a criança poderá realizar com a ajuda de outra pessoa que sabe mais. Esta última situação é a que melhor traduz, segundo Vygotsky, o nível de desenvolvimento mental da criança. [...] Entre esses dois níveis, há uma zona de transição, na qual o ensino deve atuar, pois é pela interação com outras pessoas que serão ativados os processos de desenvolvimento. Esses processos serão interiorizados e farão parte do primeiro nível de desenvolvimento, convertendo-se em aprendizagem e abrindo espaço para novas possibilidades de aprendizagem.

Sirgado (1990) esclarece que as pesquisas de Vigotski, Luria e Leotiev tiveram grande interface com a Educação, campo de preocupação dos revolucionários de 1917. A Psicologia Histórico-Cultural teve importantes contribuições sobre o papel da linguagem no processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores e na aprendizagem

Duarte, Freire e Hazin (2012) descrevem os principais pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural. O primeiro diz respeito à atividade psicológica, baseada na materialidade de um sistema neurológico aberto, plástico e flexível, formado pela atividade social e pela evolução biológica que se modifica ao longo da existência do sujeito. A segunda idéia defende que o desenvolvimento do funcionamento psicológico é dinâmico e diretamente relacionado e dependente dos fatores culturais, sociais e históricos. E a terceira premissa é sobre a mediação que o indivíduo estabelece com o mundo através de signos e instrumentos.

1.3 Materialismo Histórico-dialético

De acordo com Gonçalves (2010, 2011) e Bock (2011), a Psicologia Sócio-Histórica tem como base filosófica, teórica e metodológica o materialismo histórico e dialético, que compreende o homem como ser que atua sobre seu ambiente social e histórico e a sociedade como construção humana, produzida historicamente.

De acordo Prado Junior (2001), o aspecto primordial dessa teoria é entender o conhecimento como algo construído. Este é produzido através do pensamento, e de seus desdobramentos, por intermédio da elaboração de uma “representação” mental do

concreto (parte da realidade em que se procura apropriar por meio do pensamento). A realidade deve ser percebida como um conjunto de elementos que se relacionam e formam uma totalidade.

Fazendo a análise das relações, buscando seus determinantes, construiremos uma representação melhor da realidade. Dessa forma, a dialética-materialista produz conhecimento pautado nas relações, e não nos elementos separados e desconectados (PRADO JUNIOR, 2001).

As relações constituem e dão forma à realidade considerada, compondo sistemas relacionais (concreto). Assim, o conhecimento é elaborado mediante conceitos representativos (concreto pensado) das relações identificadas e analisadas.

Em suma, o Conhecimento é elaborado, ou “produzido”, na expressão de Marx, com o fato de representar mentalmente relações presentes na Realidade e que são aí apreendidas pelo pensamento por via da percepção e intuição, é através do processo ou operações que chamamos de “relacionamento” (é a “análise” de Marx que veremos adiante mais de perto). Operações estas que irão sucessiva e progressivamente integrando as diferentes circunstâncias observadas nas feições da Realidade, em conjuntos — o “concreto” de Marx, e que são sistemas integrados de relações — mais ou menos amplos e compreensivos da Realidade. Mais precisamente, que farão o pensamento considerar tais circunstâncias numa perspectiva de conjunto — o que corresponde à unidade na diversidade a que Marx se refere. E por esse modo, tais conjuntos se traduzirão e representarão na esfera mental do indivíduo pensante, pelos conceitos (o “concreto pensado” de Marx) a que respectivamente eles corresponderão. (PRADO JUNIOR, 2001, p. 41).

Para Gonçalves (2005), o método materialista histórico e dialético entende que fatores filosóficos e metodológicos da produção de conhecimento são resultados da cronologia humana relacionada à sua ação na realidade. Logo, o método histórico-dialético possibilita entender, descrever e atuar sobre o mundo objetivo que muda com a influência humana. Para a pesquisadora, o método materialista histórico dialético progride em relação à polaridade subjetividade e objetividade, já que considera a contradição (lei da contradição e da negação da negação) como parte da produção do conhecimento.

Esta alternativa metodológica, ao mesmo tempo em que expressa as contradições objetivas do capitalismo, fornece o instrumental para desvendar sua essência contraditória. É com este método que Marx desvenda o mecanismo do capitalismo, permitindo compreender a natureza contraditória da

afirmação do sujeito e do objeto e a impossibilidade de superar tal contradição sem superar a base material que a engendrou. Por isso, o método dialético representa uma alternativa metodológica que, ao apontar a possibilidade de superação da dicotomia sujeito-objeto, aponta para a necessidade e a possibilidade da transformação da sociedade (GONÇALVES, 2005, p. 93).

A relação indivíduo-sociedade é muitas vezes confundida com a relação indivíduo-genericidade, apesar de parecerem sinônimas. Oliveira (2005) explica que normalmente o conceito de sociedade é entendido como uma organização social caracterizada pelas relações sociais de produção contidas nela. Contudo, o termo sociedade também é utilizado como coletivo para denominar toda produção humana, que teoricamente deveria ser usufruída por qualquer um, mas na prática não é o que acontece (exclusão social). Já genericidade tem a ver com o gênero humano, a produção da humanidade, e não apenas de uma sociedade em determinada época.

O estudo da História tem mostrado que poucos indivíduos (privilegiados) conseguem usufruir dessa genericidade, pois esta é muitas vezes impedida pela sociedade a que o indivíduo pertence. Apesar de percebermos que existe uma maior visibilidade da produção humana, principalmente pelos meios de informação (internet e televisão), devido ao sistema capitalista, a acessibilidade a essa genericidade se restringe a uma minoria (OLIVEIRA, 2005).

Logo, ao estudarmos determinado fenômeno, é importante buscar apreender o seu funcionamento de forma mais lógica possível, para que se possa perceber sua complexidade e multiplicidade e assim atuar mais efetivamente naquela realidade. Quando falamos de lógica devemos lembrar que existem vários tipos de lógica. Neste trabalho, focamos a lógica dialética.

Para captar-se o movimento da realidade, na concepção metodológica marxiana, torna-se necessário utilizar-se a lógica inerente ao movimento da própria realidade que é dinâmica, não só no sentido de avançar numa determinada direção, mas através da intensa reciprocidade dos elementos que a constituem. É a lógica dialética. As leis da lógica dialética são exatamente as leis que dirigem o movimento objetivo da realidade transformadas em leis do pensamento e que se nos apresentam através de conceitos de máxima genericidade (OLIVEIRA, 2005, p.42).

Para Oliveira (2005), por intermédio do uso da lógica dialética, o homem representa no pensamento o funcionamento do mundo objetivo. Desse modo, quanto

mais o homem constrói representações da realidade objetiva, mais ele tem a possibilidade de agir nela.

Oliveira (2005) defende que para Marx existe uma relação entre o lógico e o histórico. O primeiro diz respeito ao movimento do pensamento, enquanto o segundo refere-se aos fenômenos do mundo objetivo. Assim, o conhecimento se dá no crescimento da abstração (pensamento) do mundo objetivo (histórico). Existem duas leis básicas da lógica dialética que possibilitam entender melhor o processo acima descrito. A lei da contradição e a lei da negação da negação. A lei da contradição implica entender que um fenômeno é formado por pólos opostos, porém se completam por meio de um mediador que possibilita a sua relação e o surgimento de algo novo. Essa lei é importante para que se possa perceber o fenômeno em sua totalidade. Já a lei da negação da negação se divide em três movimentos: o primeiro ocorre quando procuramos modificar algo, mas para isso precisamos conhecer o que é preciso modificar. O segundo momento é aquele em que conservamos parte desse algo, para que nos sirva como referência sobre o que precisamos mudar. O terceiro momento acontece quando transformamos aquele algo, mantendo claro o que foi modificado, de modo que fica evidente o que foi melhorado e as diferenças entre o antes e depois.

[...] Para Marx somente é possível compreender a origem das relações sociais contemporâneas pela compreensão da evolução histórica da humanidade ao mesmo tempo em que o indivíduo humano somente o é, de fato, se for dotado de capacidade de desenvolver atividades sociais de transformação desta própria realidade histórica [...] (PAES, 2012, p.5).

Dessa forma, Martins (2005) conclui que Marx recomenda que devemos abordar um fenômeno além da sua aparência, desvelando as relações presentes na sua produção, evitando elucidações reducionistas e contaminadas com as ideologias dominantes.

CAPÍTULO II - ITINERÁRIO METODOLÓGICO

Apresentamos nesse capítulo a metodologia utilizada para o cumprimento dos objetivos dessa dissertação:

- Objetivo geral realizar uma pesquisa bibliográfica e documental das contribuições que o CRAS tem para oferecer sobre a questão da violência doméstica contra a criança.
- Objetivos específicos, propusemos discutir as concepções presentes na violência doméstica contra a criança nos serviços socioassistenciais do CRAS e o papel do psicólogo nesse estabelecimento.

Nesse trabalho compartilhamos com o conceito de Thiollent (2005, p.28) sobre metodologia. O autor coloca que “a metodologia pode ser vista como conhecimento geral e habilidade que são necessários ao pesquisador para se orientar no processo de investigação, tomar decisões oportunas, selecionar conceitos, hipóteses, técnicas e dados adequados”. Posto isso, descreveremos o caminho que essa pesquisa percorreu para o cumprimento dos seus objetivos.

Ressaltamos a nossa escolha como referencial teórico a Psicologia Sócio-Histórica, isso se deve porque esta abordagem nos possibilitou uma análise crítica e consistente do material produzido na pesquisa documental e bibliográfica. Deixamos claro que nessa dissertação não utilizamos o método materialista histórico e dialético de forma direta, mas os seus pressupostos, contidos na Psicologia Sócio-Histórica, foram orientadores do processo de construção e análise das respostas desse estudo (ver capítulo I).

A nossa análise crítica partiu de uma leitura sistemática do material produzido na pesquisa bibliográfica e documental que pormenorizou os conceitos, concepções e visões de homem contidas nos textos. Em seguida elas foram confrontadas com os princípios teóricos e práticos da Psicologia Sócio-Histórica, fomentando discussões, reflexões sobre a construção e aplicação dessas concepções da violência doméstica no mundo concreto, em especial no CRAS.

2.1 Procedimentos

Inicialmente realizamos um levantamento bibliográfico das publicações relacionadas à violência doméstica contra a criança. Utilizamos como fontes de consulta bibliotecas físicas e digitais, indicações de referências do orientador e de profissionais (psicólogos e assistentes sociais) que estudam ou trabalham no enfrentamento da violência doméstica e/ou com as Políticas Públicas. Esse levantamento nos forneceu vários artigos, livros e documentos governamentais. Em seguida utilizando a pesquisa bibliográfica e documental, selecionamos os textos mais pertinentes em relação aos objetivos desta dissertação. Também realizamos o mesmo procedimento em relação à Psicologia Sócio-Histórica (capítulo I).

Depois da execução do levantamento bibliográfico, da pesquisa bibliográfica e documental sistematizamos as informações produzidas em forma de capítulos.

O primeiro capítulo (como já foi exposto) contém as premissas da Psicologia Sócio-Histórica, além dos seus fundamentos filosóficos, teóricos e práticos (Psicologia Histórico-Cultural e o Materialismo Histórico Dialético).

Em seguida, elaboramos o capítulo III sobre a violência doméstica contra a criança. No primeiro item desse capítulo apresentamos, de forma resumida, o histórico da violência doméstica contra a criança, descrevendo sucintamente alguns aspectos do momento histórico que esse tema (re)surge. No segundo item, realizamos uma análise crítica das concepções sobre violência doméstica contra a criança que permeiam as publicações selecionadas na pesquisa documental e bibliográfica. Nessa análise comparamos de forma crítica as premissas teóricas e práticas postas pela Psicologia Sócio-Histórica com as concepções presentes nos documentos do governo, de organizações civis e nos estudos psicológicas de outras abordagens. A análise das concepções presentes em vários escritos subsidiou o reconhecimento das noções de mundo e de homem que estão contidas na formulação e aplicação dos serviços socioassistenciais da Política Pública da Assistência Social e mais especificamente o CRAS. Reiteramos novamente que não se tratou da aplicação do método materialista

histórico e dialético, mas de uma análise crítica calcada em seus pressupostos, visto que a Psicologia Sócio-Histórica o tem como base epistemológica.

No capítulo IV, tratamos da Política Pública da Assistência Social e o CRAS. O primeiro item desse Capítulo foi construído mediante uma apreciação crítica dos documentos oficiais sobre o processo de surgimento do CRAS, compreendendo o período de 1988 a 2011 (da Constituição de 1988 a lei. 12.435). Esses documentos forneceram as diretrizes, fundamentos, objetivos e resultados esperados para o CRAS. Os documentos foram organizados de forma temporal para auxiliar no entendimento histórico da fundação do CRAS. No segundo item desse Capítulo, utilizando o conhecimento produzido pela Psicologia Sócio-Histórica, analisamos as concepções da violência doméstica contra a criança que permeiam os serviços socioassistenciais do CRAS. Também tecemos reflexões sobre o papel do psicólogo nesse estabelecimento utilizando pressupostos ético-políticos presentes na Psicologia Sócio-Histórica.

Nas Considerações finais os aspectos mais relevantes do estudo foram novamente abordados através de uma reflexão sobre seus possíveis desdobramentos, além propor novas investigações sobre o tema.

2.2 Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa Documental

Como utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental como instrumentos de pesquisa, é importante compreendermos melhor as diferenças entre essas terminologias.

Quando desenvolvemos uma pesquisa é importante ter informações sobre os seus pressupostos. De acordo com Neves (1996), uma pesquisa deve se restringir a um fenômeno com fronteiras delimitadas. O cumprimento desse pressuposto permite uma melhor definição do caminho que a pesquisa percorrerá e dos instrumentos que serão utilizados na realização do seu objetivo.

Sobre a pesquisa, Palharini (2010) afirma que ela tem como função buscar respostas para a questão proposta e investigada pelo pesquisador. É nesse ponto que a metodologia entra como fator fundamental para o êxito do estudo.

Sobre a pesquisa bibliográfica e documental, Palharini (2010) esclarece que apesar de serem confundidas, elas têm características diferentes. Sendo assim, é essencial tomarmos ciência das suas características. Na pesquisa bibliográfica (livros, artigos, enciclopédias etc.) os documentos utilizados contêm informações produzidas por meio de metodologias de pesquisa. “A pesquisa bibliográfica vale-se de documentos de domínio científico como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos” (PALHARINI, 2010, p.6).

A pesquisa bibliográfica serve-se de documentos elaborados por um pesquisador sobre determinado assunto, diferente da pesquisa documental, em que a fonte são documentos que não são frutos de uma elaboração. Isto é, na pesquisa bibliográfica utilizamos a contribuição de um pesquisador sobre determinado assunto, já na pesquisa documental nós é que, a partir dela, geraremos essa contribuição.

De acordo com Raupp e Beuren (2003), a pesquisa bibliográfica é utilizada como parte da pesquisa descritiva ou experimental, com o objetivo de reunir conhecimentos anteriores sobre o tema estudado.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas bibliográficas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir de técnicas de conteúdo (GIL, 1999, p.65).

Lima e Mioto (2007) elucidam que ela é mais que uma leitura ou exame de publicações sobre um tema. É um procedimento de pesquisa direcionado a um objetivo.

A pesquisa bibliográfica ordena e organiza as informações contidas no material estudado, possibilitando uma fundamentação teórica e um olhar crítico no momento da discussão dos dados obtidos na pesquisa.

Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) relatam que é comum haver uma não diferenciação entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Os

pesquisadores confirmam que ambos os tipos de pesquisa utilizam documentos como objetos de investigação, contudo existe uma diferença entre os documentos consultados. Na pesquisa bibliográfica são utilizados documentos de vários autores sobre determinado tema (fontes secundárias), já na pesquisa documental, o pesquisador investiga fontes primárias.

É fundamental que os (as) cientistas sociais entendam o significado de fontes primárias e fontes secundárias. As fontes primárias são dados originais, a partir dos quais se tem uma relação direta com os fatos a serem analisados, ou seja, é o pesquisador (a) que analisa. Por fontes secundárias compreende-se a pesquisa de dados de *segunda mão* (OLIVEIRA, 2007), ou seja, informações que foram trabalhadas por outros estudiosos e, por isso, já são de domínio científico, o chamado estado da arte do conhecimento (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUIDANI, 2009, p.6).

Palharini (2010) relata que a pesquisa documental utiliza como fonte de pesquisa documentos que ainda não foram analisados. Sobre documentos, esse autor acrescenta que ele é toda fonte de dados que pode ser consultada (textos, filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres). E que as leis, resoluções, ofícios, portarias são classificados como documentos oficiais.

A utilização de documentos em pesquisas deve ser valorizada, visto que fornecem várias informações contextualizadas histórica e socialmente. Por serem criados em determinado momento, por intermédio da comparação de documentos elaborados em datas diferentes, é possível traçar a evolução de determinado conteúdo (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUIDANI, 2009).

Quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair dele informações, ele o faz investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses, ou seja, na realidade, as ações dos investigadores – cujos objetos são documentos – estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUIDANI, 2009, p.4).

Contudo, a utilização de documentos exige procedimentos. Silva et al. (2009) esclarecem que os documentos são fontes que precisam ser trabalhadas para que se possam extrair informações importantes para o cumprimento do objetivo do estudo.

Esse manejo dos documentos é realizado durante a pesquisa bibliográfica e documental.

De acordo com Moraes, Godoi e Batista (2004) e Calado e Ferreira (2006), a pesquisa documental vai além de uma revisão da literatura sobre o objeto de estudo: ela é um método de pesquisa que procura produzir novos conhecimentos. Partindo desse pressuposto, a pesquisa documental pode ser utilizada de duas formas: a primeira, como complemento a outras metodologias de pesquisa, e a segunda, como método principal de pesquisa, tal como a utilizamos neste estudo.

A pesquisa documental, enquanto método de investigação da realidade social, não traz uma única concepção filosófica de pesquisa, pode ser utilizada tanto nas abordagens de natureza positivista como também naquelas de caráter compreensivo, com enfoque mais crítico. Essa característica toma corpo de acordo com o referencial teórico que nutre o pensamento do pesquisador, pois não só os documentos escolhidos, mas a análise deles deve responder às questões da pesquisa, exigindo do pesquisador uma capacidade reflexiva e criativa não só na forma como compreende o problema, mas nas relações que consegue estabelecer entre este e seu contexto, no modo como elabora suas conclusões e como as comunica. Todo este percurso está marcado pela concepção epistemológica a qual se filia o investigador. (SILVA et al., 2009, p. 4556).

Apesar de poder ser empregada com enfoque quantitativo, a análise documental pode também ser utilizada como instrumento de investigação do conteúdo das fontes consultadas. Godoy (1995) e Neves (1996) explicam que a pesquisa documental possibilita entender um fenômeno valendo-nos dos significantes contidos no material pesquisado, permeando assim um olhar mais amplo e compreensivo do tema estudado.

Sá-Silva, Almeida e Guidani (2009) reconhecem que a pesquisa documental produz conhecimentos e novos significados referentes ao assunto estudado, visto que, durante o processo, o pesquisador investiga, interpreta, elabora e sintetiza informações sobre os documentos pesquisados.

A pesquisa documental é um procedimento metodológico decisivo em ciências humanas e sociais porque a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de investigação. Dependendo do objeto de estudo e dos objetivos da pesquisa, pode se caracterizar como principal caminho de concretização da investigação ou se constituir como instrumento metodológico complementar. Apresenta-se como um método de escolha e de verificação de dados; visa o acesso às fontes pertinentes, e, a esse título, faz

parte integrante da heurística de investigação (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p.13).

Na pesquisa documental é importante a utilização de várias fontes, uma vez que isso possibilita a comparação entre pontos de vista de documentos e sua relação com o objeto de estudo. Essa atividade favorece a identificação de convergências e divergências de informações sobre o fenômeno pesquisado, proporcionando assim um olhar mais rico sobre ele (CORSETTI, 2006).

Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) complementam que na escolha de um documento é necessária uma avaliação sobre sua representatividade e credibilidade ao tema a que se refere. É imprescindível estar ciente de que os documentos refletem o contexto histórico em que foram produzidos, pois isso proporciona que sejam usados como representação de aspectos históricos, sociais e econômicos.

Silva et al. (2009) informam que o primeiro passo na pesquisa documental é a recolha dos documentos, o qual chamam de pré-análise dos documentos. É importante ainda, aconselham os autores, selecionar bem o material que será utilizado na pesquisa, utilizando critérios claros que motivem a escolha de determinada fonte em detrimento de outra. Os pesquisadores chamam de análise o segundo momento da pesquisa documental.

Configura-se como fase de grande relevância no método da pesquisa documental, pois nessa etapa os documentos são estudados e analisados de forma minuciosa. O pesquisador descreve e interpreta o conteúdo das mensagens, buscando dar respostas à problemática que motivou a pesquisa e, assim, corrobora com a produção de conhecimento teórico relevante (SILVA et al., 2009, p. 4559).

Calado e Ferreira (2006) também sugerem um roteiro para ser seguido na pesquisa documental. De acordo com os autores, o primeiro passo é a localização dos documentos. O pesquisador deve encontrar locais que sirvam como fonte do material a ser pesquisado. O segundo passo é a seleção dos documentos a serem utilizados; além disso, é essencial que o pesquisador esteja ciente do tempo que possui para despender nesse momento da pesquisa, visto que é fundamental selecionar documentos que tenham maior relevância para o estudo. Em seguida, é feita a análise dos documentos procurando formar um texto sobre o que aparece de importante em

relação aos objetivos da pesquisa. Esse texto deve ser claro e de fácil entendimento para que a sua apresentação seja satisfatória e possa gerar reflexão sobre o seu conteúdo. O último passo é a elaboração da conclusão.

A conclusão apresenta de forma sucinta e ordenada os dados obtidos na pesquisa. Estes devem ser úteis tanto na descrição como na explicação do fenômeno estudado (CALADO; FERREIRA, 2006).

Raupp e Beuren (2003) relembram que a pesquisa documental também tem o papel importante de agrupar informações prévias sobre um tema para que possam ser usadas em novas investigações.

CAPÍTULO III – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA

Este capítulo foi dividido em dois tópicos. No primeiro descrevemos um breve histórico da conceituação da violência doméstica contra a criança, com o intuito de introduzir e fornecer algumas informações históricas e sociais presentes na sua conceituação.

O segundo tópico contém uma análise crítica, embasada nas premissas da psicologia sócio histórica, das concepções e definições da violência doméstica contra a criança contidas nos textos selecionados no levantamento bibliográfico.

3.1 Um breve histórico

Existem relatos de violência doméstica contra a criança desde a Antiguidade (REICHENHEIM; HASSELMANN; MORAES, 1999; ELOY; GUIMARÃES, 2009). Basta abriremos a Bíblia Sagrada ou lermos sobre as práticas educativas espartanas para vermos que esse tipo de violência está presente em toda história da humanidade, variando de acordo com cada sociedade.

Contudo, esses registros sobre a violência contra a criança misturavam muitas vezes realidade com fantasia. Bueno (1989) esclarece que estes relatos históricos e textos literários sobre a violência contra a criança tinham um caráter de descrição da vida cotidiana e não um olhar científico.

O primeiro registro metódico da violência doméstica contra a criança de que se tem notícia, foram relatos médicos do século XIX sobre maus-tratos infantis. Esses relatos foram frutos de um estudo científico sobre a violência doméstica, que aconteceu na França na década de 1860, realizado pelo médico Ambroise Tardieu, presidente da Academia de Medicina de Paris (GUERRA, 1998; DESLANDES, 1994). Esse estudo consistiu em apresentar 32 casos de crianças menores de 5 anos que sofreram maus-tratos dos pais, nos quais o médico pontuou a discordância entre o discurso paterno de

“acidente” com a natureza dos machucados. Tardieu se interessou por esse tema por tratar de um assunto em evidência na sociedade francesa naquela época, quando aconteciam muitos assassinatos e mortes intrafamiliares.

Depois da pesquisa do médico Ambroise Tardieu, não existem registros de estudos posteriores abordando esse tema, nem pesquisas que expliquem a não continuidade de estudos sobre a violência doméstica contra a criança. Tal ausência talvez se deva ao fato de que os casos pesquisados por Tardieu tenham sido eclipsados por outros tipos de violência, como, por exemplo, as guerras que aconteceram nesse período.

Nesses casos do século XIX, está presente a estratégia que muitos pais utilizam até hoje para esconder as marcas físicas da violência, a desculpa do acidente: “tombou da escada”, “bateu na quina da mesa”, “escorregou no banheiro”, “caiu da bicicleta” etc.

Somente na década de 1960 a questão da violência doméstica contra a criança foi novamente foco de pesquisas científicas, principalmente nos Estados Unidos da América. Reichenheim, Hasselmann e Moraes (1999) esclarecem que nessa época os índices de violência doméstica estavam tão alarmantes que não puderam mais ser ignorados, recebendo atenção das políticas de Saúde, perdendo, assim, o seu caráter de problema particular de família e tornando-se uma questão de saúde pública.

Em 1962, nos Estados Unidos da América, os médicos Silverman e Kempe apresentaram 749 casos de espancamento de crianças, usando como provas radiografias e exames clínicos. Assim como Tardieu, os médicos americanos também relataram a discordância entre as características das lesões e as explicações dos pais. Azevedo e Guerra (1995) comunicam que esses trabalhos tiveram tanto impacto nos Estados Unidos que suscitaram uma lei sobre a obrigatoriedade da notificação da violência doméstica pelos profissionais que a identificassem. Nessa época, nos Estados Unidos da América, a violência contra a criança recebeu o nome de Síndrome do Bebê Espancado. Posteriormente esse termo foi alterado para Síndrome da Criança Espancada e Outras Formas de Maus-Tratos para englobar outras faixas etárias e outros tipos de violência.

Na verdade, essa Síndrome refere-se usualmente a crianças de baixa idade, que sofreram ferimentos inusitados, fraturas ósseas, queimaduras, entre outros

tipos de lesões. Geralmente essas lesões ocorrem em épocas diversas, bem como em diferentes etapas, e sempre são inadequada ou inconsistentemente explicadas pelos pais. Em termos de classificação do problema na área da saúde, mais especificamente com relação ao Código Internacional de Doenças (CREMERJ, 1988), é-lhe atribuído o código E 967 que se enquadra dentro dos homicídios, sob o título SÍNDROME DA CRIANÇA ESPANCADA E OUTRAS FORMAS DE MAUS-TRATOS. Entretanto, há inúmeros casos de crianças e de adolescentes que sofrem violência física e que não se enquadram nessa Síndrome. Portanto, entender esse fenômeno apenas enquanto Síndrome da Criança Espancada seria, no mínimo, reduzir a dimensão alcançada pela problemática. Isso quer dizer que já é hora de se detalhar a codificação existente para que ela se torne mais abrangente e adequada à realidade (BRASIL, 1997, p.12).

Com relação ao que acontece no Brasil, Guerra (1998) relata que o primeiro trabalho científico nacional sobre violência doméstica foi apresentado em 1973. O estudo foi realizado pelos docentes da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa da cidade de São Paulo. O artigo consistiu numa revisão bibliográfica sobre o tema em questão, discorrendo sobre como fazer um diagnóstico clínico eficiente. Também acrescenta informações sobre fatores sociais e psicológicos envolvidos na violência doméstica. Em 1975, no Rio de Janeiro, o pediatra radiologista Armando Amoedo apresentou outro estudo sobre violência doméstica, que consistiu em descrever cinco casos de síndrome da criança espancada.

Os estudos brasileiros seguiram a tendência estadunidense de compreender a violência doméstica como pertencente ao campo da medicina. O nome “síndrome da criança espancada” traduz as circunstâncias da “redescoberta” da violência doméstica, pois foi inicialmente examinada pelos médicos. Segundo Guerra (1998), os primeiros trabalhos nacionais tinham uma visão psicopatológica da violência doméstica. Essa noção mudou, em decorrência dos estudos sobre a violência doméstica feitos por outras áreas de conhecimento, principalmente a do Serviço Social.

Para os médicos, a violência doméstica foi considerada um tipo de psicopatologia que afetava os pais. A solução era o tratamento terapêutico dos responsáveis pela criança, para aprenderem a lidar com a agressividade e a falta de preparo para paternagem e maternagem. Somente na década de 1970, com a contribuição de outras áreas do conhecimento (Antropologia, Serviço Social, Sociologia, Direito, Psicologia etc.), a violência doméstica perdeu seu caráter de psicopatologia e foi compreendida como fenômeno psicossocial (GUERRA, 1998).

Nos anos 1980, o conceito de violência doméstica não significava somente o espancamento de uma criança, mas qualquer ação que gerasse qualquer dor física, mesmo um tapa, pois um simples ato pode ser o precursor para consequências físicas mais sérias. Logo o conceito de violência doméstica foi estendido para ações que causam dor física e sofrimento psíquico, representando, assim, mais do que dano físico (AZEVEDO; GUERRA, 1995).

Essa ampliação do entendimento do que é a violência doméstica pode ser considerado um progresso. Antes a violência doméstica contra a criança englobava danos físicos, como, por exemplo, um olho roxo, uma perna quebrada, hematomas pelo corpo, para ser comprovada. Com o novo entendimento, no entanto, a violência doméstica não engloba somente as consequências físicas visíveis e sim outros elementos, como a dor física e psíquica, a intencionalidade etc.

Guerra (1998) informa que o primeiro livro nacional sobre violência doméstica foi baseado na dissertação de mestrado dela, publicado em 1984 com o nome *Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas*. Esse livro sinalizou que a violência doméstica contra a criança havia se tornado um alvo de pesquisas acadêmicas, de atenção do governo e da sociedade.

A história do enfrentamento da violência familiar no Brasil é recente. A fase de estabelecimento do conceito teve início na década de 80, mas ainda se faz necessária ampla sensibilização, face à dimensão continental e à diversidade de conhecimentos nos diferentes grupos regionais e culturais. A criação e a disseminação de serviços tiveram maior destaque na década de 90, embora não alcancem o País como um todo. Ainda há muitíssimo a ser realizado, especialmente no que se refere à sua integração em rede com postura forte e atuante (BRASIL, 2005a, p.49).

Atualmente, mesmo com quarenta anos de estudo sobre o tema, a realidade brasileira da violência doméstica contra a criança não é totalmente conhecida devido à falta de serviços de atenção e registros metódicos sobre esse problema. Todavia, Assis (2004) afirma que os índices que existem sobre a violência doméstica contra a criança no Brasil são alarmantes, tornando esse assunto presente nas discussões da sociedade e das políticas governamentais.

3.2 Problematisando as definições e concepções sobre a violência doméstica contra a criança

Nesse tópico procuramos identificar as definições e concepções atribuídas à violência doméstica contra a criança e analisar criticamente, baseando-se em pressupostos sócio-históricos, as noções contidas nas interpretações e estratégias de enfrentamento da violência doméstica contra a criança.

Maria Amélia Azevedo e Viviane Nogueira Azevedo e Guerra são pesquisadoras com vasta produção bibliográfica e pioneiras nos estudos sobre a violência doméstica, sendo citadas por pesquisadores, organizações não governamentais, órgãos oficiais envolvidos com o tema (MELLO, 2008; SILVA; COELHO; CAPONI, 2007; CNRVV, 2004; BRASIL, 2010; CFP, 2009).

Em seus estudos, Azevedo e Guerra (1989, 1995, 1997, 2001) delimitam o que pode ser considerado violência doméstica contra a criança por intermédio da escolha dos termos empregados para descrevê-la ou explicá-la. De acordo com as autoras, a violência doméstica contra a criança não pode ser compreendida como sendo “os castigos” utilizados para a educação dos filhos, nem “agressão”, pois esse termo cria certa confusão, uma vez que está associado ao comportamento animal - os tubarões são agressivos e os golfinhos são dóceis. As pesquisadoras também não entendem a violência doméstica como maus-tratos, uma vez que esse termo remete à comparação de bons-tratos. A escolha de maus-tratos ou bons-tratos estaria então determinada a noção de bondade ou maldade do indivíduo.

As críticas feitas pelas pesquisadoras sobre as noções de castigo, agressão e maus-tratos fazem sentido, uma vez que estes termos são utilizados para descrever a violência doméstica. Castigos envolveriam práticas educativas, ou seja, a violência doméstica seria um instrumento de educação. A agressão como violência doméstica seria um comportamento da espécie, que consideraria o homem como um animal agressivo por natureza. E os maus-tratos como violência doméstica se tornariam uma questão de personalidade.

Percebemos que Azevedo e Guerra percorrem um caminho interessante de conceituação da violência doméstica contra a criança. Elas se preocupam em buscar uma terminologia coerente que contemple o fenômeno em questão, contudo faltam elementos sociais na análise desses termos, a discussão fica muito centrada em questões pessoais e familiares.

Azevedo e Guerra (1995) elegem os termos: abuso, vitimização, abuso-vitimização e violência doméstica como os mais adequados para descrever o fenômeno que pesquisam. As palavras abuso, vitimização, abuso-vitimização apontam para uma diferença de poder que existe entre quem abusa (adulto) e quem é vítima (criança). A expressão violência doméstica esclarece que o ambiente doméstico é lugar privilegiado para que a situação de violência aconteça. De acordo com as autoras, essas são as terminologias mais apropriadas, pois remetem a uma relação desigual de poder entre quem comete o ato violento e quem é alvo da violência.

Libório e Castro (2010) explicam o significado da palavra abuso a partir de sua etimologia. Segundo esses autores essa palavra tem origem latina *abusos*, formada por *ab* (indica tanto privação como excesso) e *usu* (aproveitamento de algo, conforme seu destino). Associando essas duas partes podemos inferir que “abuso” significa usar algo e/ou alguém de forma excessiva ou o contrário.

Azevedo e Guerra (2001) expõem que, para que uma conduta seja considerada como violência doméstica contra a criança, é necessário que ela tenha as seguintes características: inter-relação, autoritarismo, negação da liberdade e da autonomia e recorrência.

Na ordenação das características da violência doméstica contra a criança, realizada por Azevedo e Guerra, percebemos uma concepção com nuances jurídicas, isto é, a violência doméstica como privação dos direitos humanos e sociais da criança. As autoras recaem novamente numa reflexão centrada no indivíduo.

Siqueira Neto (2010) lembra que o item sobre a Proteção Integral da criança contido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) diz respeito à garantia e efetivação dos Direitos Humanos. Esses Direitos se traduzem em proteção para o pleno desenvolvimento físico, mental, social, espiritual, para essa faixa etária. A Constituição Federal de 1988 e o ECA elevaram a criança à condição de sujeitos de Direitos,

tornando a Família, a Sociedade e o Estado responsáveis pela fomentação e a operacionalização dos seus direitos (SOUZA, 2008). De acordo com Marcílio (1998), o ECA significou uma legislação que assegura os direitos básicos de todas as crianças, independente da classe social.

Azevedo e Guerra (1989, 1995, 1997, 2001) definem a violência doméstica contra a criança como toda ação ou omissão protagonizada pelos responsáveis ou parentes, que provocam *déficit*: físicos, emocionais e sociais numa criança. As pesquisadoras esclarecem que o que favorece esse tipo de violência é a recusa em aceitar a criança como um sujeito de Direitos e em situação particular de crescimento. Guerra (1998) acrescenta que na violência doméstica contra a criança ocorre uma exacerbação do poder dos pais em relação aos filhos e, conseqüentemente, sua objetualização.

Nessa compreensão da violência doméstica, as autoras falam de uma dificuldade, incapacidade ou falta de habilidade pessoal em perceber a criança como um sujeito de direitos, não esclarecendo o que gera essa “cegueira nos pais”. E os fatores sociais fomentadores da violência doméstica contra a criança? Azevedo e Guerra não fazem nenhuma menção a eles.

As pesquisadoras deixam claro que existe uma relação de poder entre os adultos e as crianças e, conseqüentemente, uma submissão. Esse poder está relacionado ao papel que cada membro ocupa na família; e, na educação dos filhos, pode acontecer o abuso dele. Não são mencionados, todavia, fatores sociais relacionados à subjetividade do indivíduo que pratica a violência.

Enquanto violência intersubjetiva, a violência doméstica consiste também: numa transgressão do poder disciplinador do adulto, convertendo a diferença de idade adulto-criança/adolescente, numa desigualdade de poder intergeracional; numa negação do valor liberdade: ela exige que a criança ou adolescente sejam cúmplices do adulto, num pacto de silêncio; num processo de vitimização enquanto forma de aprisionar a vontade e o desejo da criança ou do adolescente, de submetê-los ao poder do adulto a fim de coagi-los a satisfazer os interesses, as expectativas e as paixões deste. Por isso mesmo, o abuso-vitimização consiste, pois, num processo de completa objetualização da criança ou adolescente, isto é, de sua redução à condição de objeto de violência (AZEVEDO; GUERRA, 2001, p.21).

De acordo com o tipo de ação e/ou omissão realizada, Azevedo e Guerra (1995) e Guerra (1998) categorizam a violência doméstica em: violência física, violência sexual, violência psicológica e negligência.

Essa classificação tem forte vinculação com os efeitos do ato violento. Em seus textos, as pesquisadoras citam as consequências da violência doméstica na criança. Algumas têm relação direta com o ato violento, como é o caso da violência física e/ou sexual (machucados, lesões, fraturas, doenças sexualmente transmitidas etc.). Outras são relacionados a fatores emocionais, psicológicos e/ou adaptativos e dificuldades de formar vínculos afetivos (violência psicológica). Contudo fica difícil saber quando essas consequências são frutos da violência doméstica e quando foram causadas por outros fatores. Além disso, essa classificação lembra muito a busca de uma sintomatologia que remete a uma entidade nosológica.

Com a categorização dos tipos de violência doméstica, fica mais clara a caracterização de cada uma delas. Por exemplo, os atos que causam machucados, hematomas, danos na região abdominal, lesões nos olhos, ossos fissurados ou quebrados em várias partes do corpo, queimaduras etc. são considerados por Azevedo e Guerra (1995) e Guerra (1998) como violência física doméstica contra a criança. A concepção médica da violência física fica evidente, uma vez que o exame clínico médico é utilizado, a fim de buscar, nas evidências no corpo, provas da ocorrência do ato.

Sobre a violência sexual, Azevedo, Guerra e Vaiciunas (1997) compreendem que ela acontece quando o adulto (familiar ou responsável) coage a criança, por meio da força física ou não, a participar de práticas sexuais com ou sem penetração. O incesto é um tipo de violência sexual. Da mesma forma que a violência física, esse tipo de violência necessita de indícios no corpo para comprovar que a violência ocorreu.

Azevedo e Guerra (1989, 2001) relatam que a violência psicológica, devido a sua intangibilidade, gera muita dificuldade no momento de uma definição e identificação, visto que as especificidades psicológicas são difíceis de mensurar, ao contrário da violência física e sexual, que podem ser evidenciadas e quantificadas. A saída que as pesquisadoras encontraram foi relatada no seu livro lançado em 2001 intitulado “Violência Psicológica Doméstica: Vozes da Juventude”. Esse livro descreve uma

pesquisa realizada com jovens universitários da Universidade de São Paulo, que responderam perguntas sobre atos violentos. Depois, as pesquisadoras tabularam esses atos comportamentais de conduta moral e o categorizaram como sinais da violência psicológica. Elas enumeram cinco atos em que a violência psicológica está presente: rejeitar, humilhar, isolar, indiferença e aterrorizar. Depois fizeram uma revisão bibliográfica acadêmica descrevendo cada um desses atos.

Sobre o ato de rejeitar, ou seja, de ignorar, demonstrar não aceitação da criança.

Padrão de conduta parental destituído de calor e afeto. Um padrão que pode ser expresso ostensivamente através de hostilidade, agressão e até mesmo crueldade manifesta, ou assumir uma forma velada, sutil, envolvendo omissão parental. (ROHNER *apud* AZEVEDO; GUERRA, 2001, p.84).

Humilhar é o segundo ato de violência psicológica. São usadas inúmeras formas de ridicularizar, caçoar ou colocar a criança em situação vexatória. Isolar é considerado pelas pesquisadoras como o terceiro ato de violência psicológica; normalmente é usado como castigo. Este último ato é definido como condutas que impedem a criança de ter contato social ou que a confinem a um espaço restrito. Agir com indiferença, isto é, destituir a criança de afeto e atenção é o quarto ato de violência psicológica. Azevedo e Guerra (2001) elucidam que a indiferença possui vários lados: privação de amor, falta de estimulação cognitiva, insensibilidade diante dos interesses da criança etc. O último ato que as pesquisadoras citam é de aterrorizar. Este ato envolve ameaças de abandono, punição e morte, o que gera medo extremo.

De todos os cinco ATOS de Violência Psicológica Doméstica, o TERROR parece ser o mais GRAVE, pelo seu efeito paralisante, intimidatório, terrificante. ATERRORIZAR é estratégia destinada a obter a submissão completa de uma pessoa aos desígnios de outra (AZEVEDO; GUERRA, 2001, p.88).

Todos os atos descritos por Azevedo e Guerra são vinculados a dimensão psicológica e não deixam marcas no corpo, razão pela qual exigem outros tipos de estratégias para a sua constatação. Geralmente é utilizado como evidência o relato da vítima. A concepção que embasa a descrição desse tipo de violência psicológica possui fortes componentes individualizantes, de personalidade do agente da violência; fala-se até de “maldade”. Não há uma preocupação em buscar elementos sociais da violência

psicológica, como, por exemplo, qual é o significado para a sociedade desses atos? Não é uma prática corriqueira de educação? Será que o pai está cometendo violência psicológica por “maldade” ou apenas reproduzindo um comportamento cultural?

A última modalidade de violência doméstica citada pelas pesquisadoras é a negligência, que acontece quando uma criança sofre privação das necessidades físicas (alimento, roupas, abrigo etc.) e mentais (cuidado, educação, afeto etc.), por omissão do responsável (GUERRA, 1998).

Quando tratamos da negligência é importante não cometer o equívoco de confundi-la com a falta de condições socioeconômicas das famílias em situação de pobreza. Muitas vezes os pais não têm como prover as necessidades físicas dos seus filhos por não disporem de rendimento. Num país como o nosso, onde os direitos sociais são muito pouco respeitados, é essencial saber se a negligência dos pais decorre de problemas sociais ou fatores pessoais.

Além de conceituar, dividir em modalidades e citar consequências da violência doméstica contra criança, Azevedo e Guerra (1989, 1995, 1997, 2001) também se preocuparam em localizar suas causas. As pesquisadoras descrevem características familiares que predispõem à violência doméstica contra a criança. Por exemplo, a violência sexual doméstica ocorre em famílias em que o afeto vem com nuances erotizadas, os limites de papéis dentro da família (pais e filhos) não são claros e as relações sujeição e subserviência estão presentes.

Essas autoras apontam fatores familiares como causa da violência doméstica, contudo não realizam um aprofundamento social e histórico dessas características familiares apontadas. Como são delimitados os papéis familiares? O que é considerado erótico ou não para uma sociedade? Por que se exige a submissão dos filhos? Essas são questões que devem ser consideradas quando se pretende ter um olhar crítico sobre o fenômeno. Guerra (1998) chega a advertir que, apesar de haver fatores econômicos presentes na violência doméstica, ela não se restringe a uma classe social, mas permeia todas as camadas da sociedade. Essa afirmação tende a uma naturalização da violência, admitindo fatores pessoais/familiares e a não interferência da relação forte como as desigualdades sociais.

Silva, Coelho e Caponi (2007) também adotam as modalidades de violência doméstica propostas por Azevedo Guerra (1989, 1995, 1997, 2001). Eles descrevem características pessoais que são utilizadas como justificativa para a ocorrência da violência doméstica: bebidas alcoólicas, drogas psicoativas, estresse no trabalho, problemas financeiros ou emocionais. Esses autores esclarecem que essas justificativas podem promover uma naturalização da violência doméstica como uma prática comum que pode acontecer com qualquer um, pois todos podem se embriagar, usar drogas, ficar estressado no trabalho, ter problemas financeiros e emocionais.

Em 2009, foram publicados pela Fundação Orsa (Empresa social pertencente ao Grupo Empresarial Orsa) três livros denominados “Kit Respeitar” livro I, II e III. Eles tratam da prevenção e do combate à violência doméstica contra a criança e adolescente e foram elaborados pela psicóloga jurídica Anna Cristina Cardoso Mello. O primeiro livro é destinado a crianças e adolescentes, o segundo aos profissionais que lidam com essa faixa etária, e o terceiro aos responsáveis. Essa produção foi feita com a colaboração da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo (Seads) e da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude (ABMP). Durante a elaboração, a autora do material recebeu a consultoria de educadores, assistente social, socióloga, juiz de Direito e outras três psicólogas. Por ser quase um “compêndio”, esses livros apresentam várias concepções da violência doméstica contra a criança, merecendo um olhar crítico.

Neste material elaborado por Mello (2008), existe uma preocupação com a percepção de sinais que podem ser utilizados como comprovação da violência doméstica contra a criança. A pesquisadora destaca os seguintes indícios: sinais ligados à aparência física (desnutrido, abatido, sonolento etc.), atraso no desenvolvimento motor e afetivo; marcas, machucados e fraturas frequentes; expressões emocionais (expressão contínua de tristeza, preocupação, apreensão, medo, angústia, agressividade etc.); doenças sexualmente transmissíveis (HPV, sífilis, AIDS etc.); atos antissociais, como vandalismo, roubo, situação de fracasso escolar, doenças psiquiátricas e suicídio.

A primeira controvérsia que se levanta é a percepção de que esses indícios (consequências) não são exclusivos da violência doméstica contra a criança, uma vez que podem ter outras causas. Mello (2009) confirma que não existem danos privativos da violência física e psicológica; contudo, os sinais deixados pela violência sexual dificilmente podem ser justificados como sendo resultados de outras situações, uma vez que crianças não são sexualmente ativas e/ou grupo de risco para contrair alguma doença venérea.

Permanece, portanto, o fato de que algumas formas de violência sexual não deixam marcas físicas. Azambuja (2010) discorre sobre essa constatação, confirmando que muitas vezes não existem marcas da ocorrência da violência sexual doméstica contra a criança, e isso faz com que os desdobramentos jurídicos (acusação, julgamento) muitas vezes não sejam efetivados. Diante dessas dificuldades, a palavra da criança toma o peso de prova judicial e evidência do crime.

Os conceitos utilizados por Mello (2008) em relação à violência doméstica contra a criança são muito próximos dos de Azevedo e Guerra (1989, 1995, 1997, 2001); inclusive, a pesquisadora utiliza a mesma divisão de modalidades (física, sexual, psicológica e negligência). Mello (2008, p. 07) entende que a violência doméstica:

É toda ação ou omissão capaz de causar ou que já causa dano físico, sexual e/ou emocional à criança ou ao adolescente, de modo sistemático (constante) ou episódico (um ou mais acontecimentos), intencional, negando seus direitos fundamentais. Os perpetradores podem ser pais, responsáveis ou outros parentes, no lar; ou pessoas conhecidas ou desconhecidas, fora do lar.

Mello (2008) acrescenta ainda mais uma modalidade de violência doméstica contra a criança chamada “síndrome de Münchausen por procuração”.

Denomina-se Síndrome de Münchausen por procuração, Síndrome de Münchausen Transferida, ou transtorno factício por procuração, os procedimentos de um indivíduo, em direção a outra pessoa que esteja sob seus cuidados visando a produção de sinais e sintomas físicos. Em 85% dos casos, trata-se da mãe produzindo sintomas no filho: a criança é vítima de uma doença inventada ou fabricada pela mãe, devido à simulação ou à indução de sintomas; ou a criança pode ter uma doença autêntica, cujas complicações são unicamente provocadas pelos pais (MELLO, 2008, p.13).

Essa autora considerou uma doença psiquiátrica como sendo uma modalidade da violência doméstica contra a criança. Tratar a violência doméstica como uma entidade nosológica faz com que a etiologia seja relacionada a fatores orgânicos, individuais.

A psiquiatria infantil tem grande interesse pela violência doméstica. Avanci et al. (2009) mencionam estudos feitos por esse campo da medicina sobre crianças que sofreram episódios de violência. De acordo com as pesquisadoras, estes estudos encontraram correlações entre a conduta violenta, comportamentos antissociais e o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT).

Avanci et al (2009) acrescentam outros prejuízos que a violência causa na criança: insegurança no local onde se encontra, problemas em demonstrar o que pensa e sente, autodesvalorização, dificuldade em ter/manter relacionamentos e atos agressivos. Ximenes, Oliveira e Assis (2009) também identificam problemas psiquiátricos nas crianças que sofreram violência doméstica, como é o caso do Transtorno de Estresse Pós-traumático. De acordo com as pesquisadoras, este emerge depois que a pessoa foi exposta a uma situação que causa terror e/ou impotência diante do risco de sofrer um dano à sua integridade física e/ou à de outras pessoas.

A TEPT possui três momentos. No primeiro, a pessoa revive a experiência traumática, mediante flashbacks, lembranças e/ou sonhos. Num segundo momento, o indivíduo evita qualquer fator relacionado ao fato traumático, que podem ser pensamentos, sentimentos, pessoas e lugares. E num terceiro momento, a pessoa tem acessos de raiva e dificuldades para dormir, relaxar, estudar, se concentrar etc. De acordo com os psiquiatras, a pessoa só está com TEPT quando os sintomas acima citados causam problemas evidentes e significativos há mais de um mês em sua vida, no nosso caso, na vida da criança (XIMENES; OLIVEIRA; ASSIS, 2009). As pesquisadoras esclarecem que a Associação Americana de Psiquiatria (APA) relata como sendo sintomas do TEPT na infância: a criança agir de forma desordenada e inquieta, ter pesadelos sobre monstros que a perseguem e/ou que alguém a salve, a criança achar que vai morrer logo e não chegará à idade adulta, ter dores estomacais e de cabeça. De acordo com Ximenes, Oliveira e Assis (2009), no entanto, existem várias críticas a respeito da utilização do TEPT, descrito no Manual Diagnóstico e Estatístico

de Transtornos Mentais - 4º edição (DSM-IV), para descrever comportamentos infantis de crianças que sofreram violência.

Crianças que presenciaram atos violentos contra pessoas íntimas (agressões físicas, verbais e sexuais) também podem desenvolver um quadro psiquiátrico de TEPT. Ximenes, Oliveira e Assis (2009), porém, pontuam que nem todas as crianças que passaram pela experiência da violência doméstica desenvolveram problemas psiquiátricos e psicológicos. Mas admitem que muitas crianças que desenvolveram TEPT têm o seu desenvolvimento pessoal e social prejudicado.

A concepção médica da violência adota uma abordagem naturalizante da questão, visto que tal postura pode não abrir uma possibilidade de transformação das características que produzem o fenômeno, mas apenas a possibilidade de tratamento. Outro efeito dessa concepção é a culpabilização do indivíduo e/ou da sua família pelo problema, eclipsando os fatores funcionais e multicausais do ambiente social.

Essa naturalização dos “problemas humanos” tem grande interesse para o sistema de produção capitalista. Nesse modo de produção observamos uma tentativa de naturalização da ordem social, para manter o *status quo*, sabotando, assim, qualquer tentativa de transformação social (GONÇALVES, 2005). Com a retirada da noção de historicidade, a vida humana é naturalizada, perdendo-se o referencial de que as ideias, estilos de vida, classes sociais são construídas socialmente. A naturalização do homem e do mundo provoca uma cisão e induz à ilusão de independência e autonomia entre a subjetividade e a objetividade, pois sem o conceito de historicidade não é possível uma mediação entre elas.

As concepções a respeito da violência doméstica que constatamos em Azevedo e Guerra (1989, 1995, 1997, 2001), Mello (2008), Avanci et al (2009) e Ximenes; Oliveira; Assis(2009) tendem a uma visão individualista, familiar e/ou naturalizante do fenômeno, por utilizar definições apoiadas no modelo médico ou psicologizante, proporcionando uma dicotomia entre o individual e social.

Nesse sentido, com o objetivo de realizar uma análise crítica da violência doméstica contra a criança. Focalizaremos, a seguir, alguns princípios da Psicologia Sócio-Histórica, que julgamos importantes para os objetivos da presente pesquisa, e também, para poder compará-la com os estudos de autores que abordaram tal

problemática nas perspectivas das teorias psicanalítica, bioecológica, comportamental, terapia familiar sistêmica, psicossocial e dialética.

Como já foi explicado antes, a Psicologia Sócio-Histórica, fundamentada na teoria Histórico-Cultural de Vygotsky, busca ultrapassar a divisão indivíduo x sociedade, numa tentativa de superar as dicotomias encontradas nas correntes psicológicas desenvolvidas na modernidade (individual x social, autonomia x determinação, interno x externo, subjetividade x objetividade etc.). Parte do pressuposto de que o fenômeno psicológico não aparece isolado de questões sociais, econômicas e culturais. O homem é compreendido como um ser ativo, que age sobre o ambiente social e histórico, sendo a sociedade uma construção humana produzida historicamente.

Portanto, para a Sócio-Histórica, falar do fenômeno psicológico é obrigatoriamente falar da sociedade. Falar da subjetividade humana é falar da objetividade em que vivem os homens. A compreensão do “mundo interno” exige a compreensão do “mundo externo”, pois são dois aspectos de um mesmo movimento, de um processo no qual o homem atua e constrói/modifica o mundo e este, por sua vez, propicia os elementos para a constituição psicológica do homem (BOCK, 2011, p.22).

Ao conceber o fenômeno psicológico como constituído a partir da mediação dos signos da cultura, interessa saber como se realiza a formação do sujeito e quais são as possibilidades de mudanças para os indivíduos e para a sociedade. Essa concepção confere à Psicologia Sócio-Histórica uma visão crítica da realidade.

De acordo com Bock (2011), essa postura elimina uma questão presente nas outras correntes psicológicas, qual seja, a neutralidade diante de questões sociais, uma vez que a Psicologia Sócio-Histórica compreende “tornar-se homem” não como um processo natural e inato, mas como produção histórica, cultural e social. Essa concepção pode orientar as intervenções profissionais em relação à experiência humana.

Fenômenos naturais são essencialmente diferenciados dos sociais. Ao mesmo tempo em que cria o mundo, o homem é por ele transformado, em atividade contínua e num processo circular. Produto e determinantes das condições históricas que ajudam a criar, os elementos do mundo social não são elementos naturais, e não podem ser tratados como tais (NEVES, 1996, p.4).

Dessa forma, trabalhamos com o entendimento de que o homem é um ser histórico, diferenciado-se dos outros animais pela capacidade de agir sobre a natureza, modificando-a de acordo com seus interesses. Os seus atos na natureza são planejados de acordo com suas necessidades. Essa ação modifica a natureza, ao mesmo tempo em que o homem modifica a si mesmo. Essa interação constrói concepções, ideias e novas formas de atuação na realidade. Quando produzimos conhecimento sobre o homem, devemos abarcar o seu desenvolvimento histórico, ou seja, seus determinantes causais, sua dinâmica e contradições, integradas ao fenômeno em sua totalidade.

No seio desse processo o homem cria idéias, as quais expressam as ações e relações que estabelece com o mundo físico, com os outros homens, consigo mesmo e com as próprias idéias. Nesse sentido, o homem produz conhecimento, produto ao mesmo tempo individual e coletivo dessas relações e eminentemente histórico (ANTUNES, 2005, p.106).

Nesse enfoque, a experiência humana é entendida como atuação humana que busca lograr suas necessidades vivenciais. Essa atividade produz ideias e representações sobre a sua realidade, influenciando, assim, a sua forma de agir e se relacionar no mundo.

Essas idéias, por sua vez, orientam a ação dos homens e, nesse sentido, modificam e desenvolvem a ação, ao mesmo tempo em que também são modificadas. Trata-se de um processo contínuo de relação, que ocorre de forma dialética, expressando a unidade contraditória entre o real e racional, numa perspectiva materialista. Isso significa entender que, embora as idéias tenham o seu próprio movimento, que deve ser descrito e analisado a partir da comparação de diferentes autores, conceitos e representações, na sua contraposição e desenvolvimento, tal movimento deve, por outro lado, ser sempre situado na sua relação com o movimento da base material e, em última instância, como representação dela (GONÇALVES, 2011, p.39).

Quando tratamos da experiência humana, não podemos nos esquecer da categoria subjetividade. Ela é formada nas relações sociais, permeada por processos históricos e sociais. Ela não carrega a dicotomia social e individual, pois é constituição de um sujeito histórico que tem sua singularidade evidenciada por intermédio dos sentidos e significados particulares.

Por ser formada pela experiência individual relacionada ao contexto histórico e social, ela, a subjetividade, é influenciada pela época à qual pertence. Sobre isso, assim se expressa González Rey:

A definição de subjetividade com a qual trabalhamos nos últimos anos, e que se estende à compreensão da configuração subjetiva não só dos sujeitos individuais, mas dos cenários sociais nos quais aquele atua, nos permitiu definir a simultaneidade constitutiva da subjetividade social e individual no sujeito pessoal, singular, para que a subjetivação dos espaços sociais atuais nos quais se desenvolve, é inseparável do sentido subjetivo de sua história, sintetizada e organizada nas configurações de sua personalidade (GONZÁLEZ REY, 2011, p. 209).

De acordo com Liebesny e Sanches (2011) o estudo da ação humana na constituição de suas relações sociais, que são constituídas e pertencentes a determinado contexto, possibilita a produção de conhecimento referente uma realidade concreta que pode ser transformada.

Na perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica podemos compreender a violência doméstica contra a criança como uma construção cultural, histórica e social, formada por características da época em que pertence, não podendo ser explicada apenas como fenômeno causado por fatores pessoais ou familiares. Portanto para compreender melhor essa problemática é importante um olhar multicausal e multideterminado sobre ele. Outros enfoques teóricos têm orientado o olhar de estudiosos sobre a questão da violência doméstica contra a criança, como veremos a seguir.

Vários pesquisadores (RUIZ; MATTIOLI, 2004; AMARAL; MATTIOLI, 2004; MACEDO; MATTIOLI, 2006; SANTIAGO; MATTIOLI, 2009) produziram textos sobre a violência doméstica contra a criança, baseados numa concepção psicanalítica deste fenômeno. Ruiz e Mattioli (2004) identificam fatores familiares relacionados à violência doméstica contra a criança. Todos os membros da família têm um papel e ocupam um lugar no sistema familiar. Na nossa sociedade é função dos pais (ou quem está nesse lugar) educarem e cuidarem dos filhos. Dessa forma, é aceito culturalmente que os pais escolham a forma que irão educar os filhos, mesmo que seja por intermédio da violência física e/ou psicológica (SANTIAGO; MATTIOLI, 2009). Nessa lógica, os pais

que cometem a violência física acreditam estarem utilizando-a como instrumento legítimo de educação.

[...] a família nuclear trouxe consigo um modelo de educação que objetivava a obediência, a disciplina e o respeito aos limites. O castigo físico e a ameaça de abandono foram condutas que fortaleceram esse tipo de educação. Hoje, sabemos que por trás desse tipo de educação se oculta a violência física e a violência psicológica, justificadas como método educacional (AMARAL; MATTIOLI, 2004, p. 154).

As pesquisadoras também abordam outros fatores que predispõem o aparecimento desse tipo de violência, como é o caso da transmissão intergeracional da violência. Segundo Santiago e Mattioli (2009), isso acontece porque a subjetividade é constituída pelas vivências individuais e pela cultura a que a pessoa pertence. Dessa forma, os indivíduos acabam assimilando a violência como prática corriqueira.

Percebe-se que essas autoras (RUIZ; MATTIOLI, 2004; AMARAL; MATTIOLI, 2004; MACEDO; MATTIOLI, 2006 SANTIAGO; MATTIOLI, 2009) apontam características familiares como possíveis causas da violência doméstica contra a criança. Quando citam fatores culturais, estes não são aprofundados ou são vinculados à personalidade do autor da violência.

A utilização do termo personalidade para explicar a violência doméstica contra a criança pode gerar alguns problemas, como a possível naturalização do comportamento do agente da violência. Na Psicologia Sócio-Histórica, o comportamento humano não é visto como algo inato e sim como construção histórica e social; portanto, não podemos dizer que determinado comportamento, como por exemplo, o ato violento, seja inerente à espécie humana. Bernardes (2007) explica que o termo personalidade se refere à noção de um indivíduo estruturado por processos que estão na sua essência, similares também em outros indivíduos, autorizando-nos, então, falar de padronização, igualdade. Já o termo subjetividade propõe a percepção de um indivíduo singular constituído tanto de elementos internos (subjetivos) como externos (objetivos).

O *Sedes Sapientiae* de São Paulo, por meio da sua equipe do Centro de Referência às Vítimas de Violência (CNRVV), lançou várias publicações relacionadas à violência doméstica que também têm como base teórica a psicanálise ou autores a ela relacionados. O CRRVV (2008) reforça a ideia de prevenção por meio da identificação

de situações que acenam para a ocorrência da violência doméstica ou para a possibilidade imediata de sua ocorrência. Para isso, em seus textos, fornecem todo um arcabouço de informações sobre o desenvolvimento afetivo sexual da criança baseado nos escritos do psiquiatra alemão Erik Erikson (1902-1994) e do psicanalista inglês Donald Woods Winnicott (1896-1971). O Centro propõe que qualquer desvio no desenvolvimento infantil, descrito por esses autores, pode ser indício de violência contra a criança.

Souza (2009) relata que a existência de um “pensamento biológico evolucionista” sobre a criança faz com que ela seja compreendida como um ser em processo preestabelecido (inato) de crescimento físico, formação cognitiva e amadurecimento emocional que a tornará um adulto saudável, caso não ocorra nenhum problema nesse trajeto. Essa matriz teórica ignora elementos sócio-históricos na formação da subjetividade.

A influência desse pensamento foi marcante para as teorias do desenvolvimento que, do século XIX ao século XX, enfatizaram uma concepção de criança predominantemente marcada pelas matrizes biológica evolucionista, a qual por sua vez produziu um discurso normativo da passagem da infância à vida adulta, como um processo de socialização gradual, mensurando e padronizando o desenvolvimento, transformando o discurso criado sobre desenvolvimento infantil na própria natureza da criança. Estes discursos passam a existir como “regimes de verdade” que ainda hoje exercem uma influência marcante em alguns setores da sociedade, principalmente nas instituições que lidam diretamente com a educação e a proteção da infância (SOUZA, 2010, p.90).

Além da psicanálise, a teoria bioecológica do desenvolvimento de Bronfenbrenner é utilizada por vários pesquisadores que estudam a violência doméstica. Alves e Emmel (2008) e Carvalho-Barreto et al. (2009) apontaram várias características familiares que ocasionam a violência contra as crianças, tais como: relações desiguais (poder vertical) e vínculos afetivos pobres entre os membros familiares. Esses autores também falam do fator intergeracional da violência doméstica contra crianças: pais que sofreram esse tipo de violência tendem a reproduzir esse comportamento com os filhos.

A utilização do conceito fator intergeracional defende que algumas condutas são produzidas apenas por fatores familiares, não sofrendo influência de outras instâncias.

Contudo:

Os processos de subjetivação são sempre coletivos, pois todos componentes sociais também são parte integrante e integradores da subjetividade. Só produzimos subjetividades através dos afetamentos do “fora” que nos impulsionam e pressionam a ruptura do sentido, corrompendo a nossa subjetividade a se abrir e criar novo sentido [...] (ANDRADE, 2009, p. 25).

A abordagem cognitivo-comportamental também é empregada como referência em várias pesquisas a respeito de como a criança lida com a situação violenta e dos impactos causados no seu desenvolvimento (LISBOA, 2002). Estes estudos buscam saber que recursos as crianças usam para conseguir superar essas experiências danosas. Lisboa (2002) descreve uma consequência da violência doméstica contra a criança em relação ao *coping*. A autora explica que *coping* é um termo vinculado à saúde e ao ajuste social. As estratégias de *coping* são compostas por alterações comportamentais e cognitivas voluntárias (premeditadas, aprendidas etc.), que visam lidar com situações percebidas pela criança como prejudiciais a sua integridade física e psicológica, buscando assim o alívio da situação estressante.

Existem quatro estágios no processo de *coping* (LISBOA, 2002). O primeiro diz respeito à relação da criança com o ambiente. O segundo, à forma como a criança lida com a situação desgastante. O terceiro estágio vincula-se à avaliação e análise que a criança faz da situação. E o quarto, à estratégia comportamental que a criança irá fazer para minimizar ou diminuir os danos da situação estressante. A criança, ao perceber a circunstância problemática, sente respostas emocionais e/ou físicas desagradáveis. Essas respostas estimulam a criança a evitar esses efeitos desagradáveis, desencadeando, assim, estratégias de *coping*. Lisboa (2002) relembra que as situações estressantes fazem parte de um contexto, fato que faz com que as estratégias de *coping* sejam diferentes entre as crianças e lugares, ou seja, de acordo com a situação e a pessoa, as estratégias de *coping* serão variadas.

Na violência doméstica, pode haver dificuldade em utilizar estratégias de *coping*, pois ela gera efeitos no desenvolvimento psicológico e cognitivo das crianças (LISBOA,

2002). A pesquisadora esclarece que indivíduos que sofrem violência doméstica tendem a ter menos estratégias de *coping*. Além disso, quem vive em meio violento tende a utilizar a violência como forma de resolução de problemas. Quando uma criança utiliza a violência em outros ambientes, como na escola, pode ser evitada pelos colegas e, assim, não ter interações sociais que ocasionem a aprendizagem de outras formas de lidar com conflitos. Num primeiro momento, para a criança que utiliza a agressão para evitar uma situação estressante, o procedimento parece eficaz, mas isso provoca outros problemas como isolamento social e punições.

A estratégia de *coping* descreve um efeito comportamental da violência doméstica contra a criança e como ele afeta o seu relacionamento interpessoal. Contudo, a autora não contemplou os fatores culturais e a realidade social em que essa criança vive. Dependendo do contexto, o comportamento está associado à proteção, defesa, sobrevivência, desespero etc.

Nessa abordagem psicológica, a autora parece seguir a tendência de identificar apenas características pessoais relacionadas à violência doméstica, evitando um olhar social e histórico do fenômeno. Isso produz uma visão parcial da questão, omitindo características influenciadas pela cultura e pela sociedade.

O governo Federal, principalmente por intermédio do Ministério da Saúde, lançou várias publicações sobre a violência doméstica (familiar, intrafamiliar,) contra a criança: “Violência contra a criança e o adolescente: proposta preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica” (BRASIL, 1997), “Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço” (Brasil, 2002), “Impacto da violência na saúde dos brasileiros” (BRASIL, 2005a) e “Linha de cuidado para a atenção integral de saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais da saúde” (BRASIL, 2010).

Por que existem tantos documentos relacionados à violência publicados pelo Ministério da Saúde? Silva (2010) esclarece que a violência é considerada um problema de saúde pública por ter consequências na saúde física e mental de muitos cidadãos, provocando a morte de pessoas. Portanto, as Políticas de Saúde têm papel primordial no enfrentamento desse fenômeno.

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2010) segue a legislação brasileira que compreende a criança como sujeito de direitos que necessita de atenção e proteção integral por estar em desenvolvimento. A política pública de saúde deve priorizar esse ciclo de vida que é vulnerável em seu direito à saúde e à vida, negados pelo fenômeno da violência. Portanto, essa política deve desenvolver ações em rede que visam prevenir e tratar a violência e suas consequências.

Por muito tempo, a área da saúde se limitou a atender apenas as pessoas que sofriam a violência e precisavam de cuidados. De acordo com Silva (2010), essa ótica está mudando com a introdução de atividades que visam à prevenção e à diminuição de casos de violência. O pesquisador assevera que a Política de Saúde tem trabalhado com a perspectiva de que a violência doméstica contra a criança tem elementos intersubjetivos, como o abuso do poder disciplinar e coercitivo dos pais ou responsável (BRASIL, 2002).

Essas publicações do Ministério da Saúde (1997; 2002; 2005a; 2010) também seguem a conceituação e a divisão de modalidades da violência doméstica de Azevedo e Guerra (1989, 1995, 1997, 2001) e Mello (2009), em relação à violência doméstica contra a criança. Uma preocupação evidente nesses documentos é numerar atributos: pessoais, familiares e culturais que potencializam o aparecimento da violência intrafamiliar/doméstica (BRASIL, 2002, p.23):

Em relação à violência intrafamiliar, pode-se identificar previamente a existência de condições particulares individuais, familiares e coletivas que aumentam o risco de ocorrência do problema. Compete às equipes de Saúde da Família conhecer, discutir e buscar a identificação dos fatores de risco na população adscrita, para facilitar a definição de ações a serem desenvolvidas, com a finalidade de intervir preventivamente ou confirmar um diagnóstico, visando a adoção das medidas adequadas às diversas situações de violência intrafamiliar.

Os fatores de risco indicados pelo Ministério da Saúde são relacionados a famílias que fogem de um modelo normal, ideal (famílias desestruturadas e papéis familiares confusos, rígidos, flexíveis, indefinidos etc.). O conceito de normalidade familiar, referenciado nesses textos, está baseado em pressupostos da Terapia Familiar (MINUCHIN, 1990; NICHOLS; SCHWARTZ, 1998). Uma responsabilização da família por fenômenos que tem elementos sociais prejudica muito no enfrentamento de

determinadas problemáticas, visto que tenta dar resoluções no âmbito familiar, a problemas permeados por fatores culturais e históricos.

Também existe uma preocupação igual à referida por Mello (2008) em identificar sinais de violência doméstica contra a criança. O Ministério da saúde enumera manifestações clínicas (médicas e, mais especificamente, psiquiátricas) que podem ser indícios da ocorrência da violência doméstica. Nos documentos do Ministério (BRASIL, 1997; 2002; 2005a; 2010) percebemos a hegemonia da medicina na violência doméstica, principalmente nos termos técnicos utilizados para descrever as lesões físicas e orgânicas das vítimas. Nos sinais psicológicos também são utilizados alguns termos técnicos da psiquiatria. Isso evidencia a dificuldade de uma apropriação mais multiprofissional desse fenômeno. Aqui reforçamos o que já foi constatado antes: qualquer sinal, marca ou sintoma relacionado a violência doméstica contra a criança, também pode ser indício de outros problemas.

Fazendo uma reflexão sobre os autores comentados até agora, constatamos que eles compreendem que a violência doméstica é formada por elementos pessoais e familiares, não concebendo nesse fenômeno seus componentes sociais e históricos.

No entanto, existem estudiosos da violência doméstica que contemplam esses elementos, como é o caso de Martín-Baró (2003), Lemos, Guimarães e Cardoso Junior (2004), Reichenheim, Hasselmann e Moraes (1999), Minayo (1994) e os integrantes do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Martín-Baró foi um psicólogo e padre jesuíta que se dedicou a estudar as problemáticas sociais latino-americanas, inclusive a violência. Ele não escreveu especificamente sobre a violência doméstica, mas sobre a violência, com uma abordagem que ele denominou de psicossocial (BLANCO; CORTE, 2003, p. 9; MARTÍN-BARÓ, 2003, p. 73). Ele afirma que devemos concordar com a multiplicidade da violência, em suas várias modalidades, em seus diferentes significados e efeitos histórico-sociais. O contrário disso seria ter uma visão reducionista do fenômeno. Nesse ponto, percebemos uma aproximação muito grande da visão da Psicologia Sócio-Histórica sobre as questões humanas.

Além de não ser um fenômeno inato, a violência não é unívoca. Existem várias formas de violência e o seu emprego é vasto, variando de acordo com o momento

histórico, a cultura, a sociedade, a singularidade em que ocorre. Se a violência possui vários significados, então existem várias formas de conceituá-la e confusão no uso da terminologia.

Para evitar esse tipo de problema, Martín-Baró (2003) procurou definir melhor violência, diferenciando-a da palavra agressão, muitas vezes utilizada como sinônimo da primeira e vice-versa. Segundo o pesquisador, a violência tem aplicação mais geral do que agressão, pois a violência deve ser compreendida como ato e/ou fenômeno que usa a força em demasia para tirar alguém do seu “estado natural”. Já agressão é entendida como uma força intencional, que tem como objetivo causar dano a um objeto e/ou sujeito. Portanto, a agressão³ não é uma modalidade de violência.

A distinção entre violência e agressão, e consequente conceituação, insere novas formas de pensar esse fenômeno, uma vez que abre a tese do ato violento como um ato que busca movimento, emprego de força com objetivo de retirar algo de um ponto estacionário, inerte, e não necessariamente com o objetivo de destruir, subjugar e injuriar. Se aplicarmos esse conceito de violência no nosso cotidiano, notaremos que cometemos vários atos violentos em nossas relações. Por exemplo, no processo do ensino das boas maneiras e higiene pessoal nas crianças, aplicamos uma “força” para que elas aprendam esse comportamento civilizado. Na agressão, ao contrário do ato violento, existe o objetivo e a intenção de lesar o outro ou algo.

A partir dessas definições, conclui-se que o conceito de violência é mais amplo do que o da agressão e que, em teoria, todo ato em que aplique uma dose de força excessiva pode ser considerado violento. A agressão, dessa forma, seria uma forma de violência que se destina a causar danos à outra pessoa. Assim, é possível falar de uma violência estrutural ou institucional, já que as estruturas sociais podem aplicar uma força para retirar as pessoas de seu estado ou situação, as obrigando a agir contra o seu sentir e pensar. É mais difícil pensar em agressão estrutural, uma vez que é difícil provar que a estrutura social pretende prejudicar alguém; em geral, o objetivo primário das estruturas sociais é beneficiar alguém, o grupo social dominante [...] (MARTÍN-BARÓ, 2003, p. 75, tradução nossa)⁴.

³ A conceituação de Martín-Baró (2003) de agressão difere do entendimento desse termo por Azevedo e Guerra (1989, 1995, 1997, 2001).

⁴ De estas definiciones se puede deducir que el concepto de violencia es más amplio que el de agresión y que, en teoría, todo acto al que se aplique una dosis de fuerza excesiva puede ser considerado como violento. La agresión, en cambio, solo sería una forma de violencia: aquella acción mediante la cual se pretende causar un daño a otra persona. Así, resulta posible hablar de violencia estructural o institucional, ya que las estructuras sociales pueden aplicar una fuerza que saque a las personas de su

É importante constatar que as instituições que compõem a sociedade utilizam a violência, uma vez que fazem uso da força para persuadir as pessoas a agir de determinada forma. Percebemos esse tipo de violência nas instituições familiares e religiosas que utilizam a violência como forma de impor determinada moral e/ou determinado comportamento aos indivíduos.

Aceitar que a violência permeia as diversas instâncias sociais participando ativamente do cotidiano é uma ideia repudiada por muitos, uma vez que, culturalmente, a violência recebe conotação negativa devido aos efeitos que causa nas pessoas. Martín-Baró (2003) conclui que uma conceituação de violência que tem esse pressuposto é difícil de ser aceita pela sociedade. Outro desafio para a compreensão desse fenômeno é a não diferenciação entre o termo violência e agressão.

Porém, nem sempre a violência é repudiada pela sociedade. Exemplo disso consiste na ação coletiva de expulsar trabalhadores sem terra de propriedades improdutivas, controlar rebeliões em presídios, dispersar grevistas, linchar estupradores e assassinos, ocasiões nas quais os atos violentos e agressivos são incentivados e até “aplaudidos”.

O que determina se um episódio violento vai ser aceito ou não pela sociedade? Martín-Baró (2003) explica que todo ato violento e/ou agressivo recebe um valor que pode variar do negativo ao positivo. A sua avaliação é influenciada por vários fatores. A seguir, comentamos de forma sucinta os fatores citados por esse pesquisador.

Intencionalidade do ato, isto é, existe o propósito de machucar o outro ou provocar dano a determinada propriedade pública ou privada? Em caso afirmativo, o ato tende a ser negativado, salvo se a pessoa ou propriedade seja “merecedora” de punição ou destruição (MARTÍN-BARÓ, 2003).

O significado (justificação) que o sujeito e/ou grupo social dá ao ato. Na Idade Média, muitos cristãos mataram milhares de muçumanos nas cruzadas (Guerra Santa). Essa ação era considerada gloriosa e concedia um lugar no paraíso para esses

estado o situación, o que les oblique a actuar em contra de su sentir y pensar. Resulta más difícil hablar de agresión estructural, ya que es difícil probar que una estructura social pretende hacer dano a alguien; em general, la pretensión primaria y objetiva de las estructuras sociales es beneficiar a alguien, al grupo social dominante [...] (MARTÍN-BARÓ, 2003, p. 75).

cavaleiros. Martín-Baró (2003) explica que algumas situações de violência e agressão são recorrentes por pertencerem a determinados contextos sociais e, assim, se apoiarem em justificativas sociais e culturais. Entender essas justificativas é imprescindível para prever o aparecimento de determinados comportamentos violentos.

A justificação é, portanto, essencial para compreender a ação violenta e a agressão. A justificação possibilita, ou não, a realização de determinados comportamentos violentos, assim como alimenta a intenção dos seus autores. Portanto, o caráter externo do comportamento deve ser interpretado à luz da intenção pessoal e do seu valor social [...] (MARTÍN-BARÓ, 2003, p. 79-80, tradução nossa)⁵.

Martín-Baró (2003) também fala da espiral da violência, que é o crescimento qualitativo e quantitativo de determinados atos de violência e/ou agressão. Podemos entender a *espiral de violência* como onda de violência, fenômeno que acontece em algumas situações singulares. São os famosos quebra-quebras que acontecem nas proximidades de estádios de futebol, ou mesmo recorrência de agressões a determinadas minorias, como tem sido noticiado sobre os homoafetivos em São Paulo, Capital, na Avenida Paulista.

A intencionalidade, o significado (justificativa) e a frequência do ato (pertencente a uma onda de violência ou não) estabelecerão o valor que a sociedade atribuirá à violência e/ou agressão.

Além desses fatores, Martín-Baró (2003) também estudou as partes que constituem a ação violenta. Segundo o pesquisador, ela é formada por quatro partes: a estrutura formal do ato, a equação pessoal, o contexto possibilitador e o fundo ideológico.

A estrutura formal é a configuração externa (extrínseca) na qual o ato se materializa, permitindo definir se é violência ou agressão. A Estrutura formal diz respeito à conduta exteriorizada pelas pessoas, uma vez que não temos acesso direto, tocável e visual do componente subjetivo do ato violento. (MARTÍN-BARÓ, 2003).

⁵ La justificación constituye así um aspecto esencial para entender la acción violenta y la agresión. La justificación abre o cerra el âmbito social a la realización de determinados comportamientos violentos, así como alimenta la intención de sus hechos. Por ello, el carácter externo del comportamiento debe ser interpretado a la luz de lá intención personal y de la valoración social [...] (MARTÍN-BARÓ, 2003, p. 79-80).

Mediante a descrição da estrutura formal é possível distinguir a violência instrumental (violência como meio de alcançar um objetivo) da violência terminal (violência como um fim). Martín-Baró (2003) esclarece que é muito comum as pessoas não fazerem essa diferenciação e assim entenderem a violência sempre como violência terminal. Essa não diferenciação faz com que as pessoas normalmente expliquem o ato de violência como desvio moral ou doença psiquiátrica.

Saber se o ato violento é utilizado como fim ou meio fornece muitas informações sobre o seu significado. A estrutura formal do ato de uma criança moradora de rua que toma à força a bolsa de uma idosa pode influenciar na sua interpretação. Se a criança utiliza o furto com o objetivo de adquirir dinheiro para a sua alimentação, esse ato violento é o meio para alcançar o objetivo. Mas se, além de furtar a idosa, a criança também a derruba no chão de propósito, o ato também tem um fim em si mesmo. Provavelmente as pessoas explicarão a primeira situação como motivada pela necessidade, já a segunda como desrespeito e maldade para com a pessoa idosa.

A equação pessoal é a configuração interna (intrínseca) que compõe o ato violento. Ela pertence à subjetividade de quem a pratica. E essa subjetividade da forma é característica do ato violento ou de agressão, visto que “[...] Todo ato de violência pode levar a marca do seu autor, esse é um pressuposto presente nos típicos romances policiais ou filmes em que o criminoso deixa suas marcas nos assassinatos [...]” (MARTÍN-BARÓ, 2003, p. 84, tradução nossa) ⁶.

Essa parte do ato violento é muito utilizada em filmes policiais, principalmente aqueles em que o roteiro trata de um investigador perseguindo um *serial killer*. Durante o filme, as características do crime vão dando pistas sobre a identidade do assassino.

A terceira parte refere-se à relação ao contexto possibilitador. Para que um ato de violência ou agressão possa ocorrer é necessário que um conjunto de circunstâncias propicie o seu aparecimento. Martín-Baró (2003) distingue dois tipos de contexto possibilitador. O primeiro ele nomeia de contexto amplo e social, e o segundo, contexto imediato e situacional.

⁶ “[...] Todo acto de violencia puede llevar la marca de su hechor, y es um dicho típico de lãs novelas o películas policíacas que cada criminal deja su típico huella peculiar em sus asesinatos [...]” (MARTÍN-BARÓ, 2003, p.84).

O contexto amplo e social diz respeito a um ambiente social que valoriza determinado ato violento. Esse ambiente social é formado por valores formais e informais, costumes, normas culturais e sociais, leis etc. Dependendo do contexto social, o ato violento é visto com naturalidade (MARTÍN-BARÓ, 2003). Muitas agressões consideradas naturais e aceitas socialmente mudaram com o passar das décadas. Até pouco tempo atrás, ninguém ia preso por espancar uma criança ou uma mulher. No século XIX, era permitido assassinar a esposa adúltera para “lavar a honra”.

De acordo com Martín-Baró (2003), o contexto imediato e situacional é formado por fatores presentes naquela situação que facilitam o surgimento do ato violento. Podemos pensar em vários fatores. A presença de álcool é um fator importante para que atos de violência aconteçam, e os acidentes no trânsito são um bom exemplo dessa má influência do álcool. Indivíduos armados em discussões podem chegar a desfechos fatais. Pessoas cometem atos de vandalismo quando estão em grupo, o que dificilmente fariam sozinhas.

O último constituinte do ato violento é o fundo ideológico. Fazem parte dele os valores, explicações e as racionalizações utilizadas para justificar ato violento.

O quarto e último elemento constitutivo da violência é o seu fundo ideológico. A violência, inclusive aquela considerada gratuita, remete a uma realidade social configurada por interesses de classes, de onde surgem valores e racionalizações que determinam a justificação do ato violento (MARTÍN-BARÓ, 2003, p.87, tradução nossa) ⁷.

A escravidão dos negros é o grande exemplo brasileiro da racionalização ideológica da violência. Os negros eram considerados ferramentas de trabalho e serviram muito bem as classes dominantes do Brasil Colônia e Império. Não havia problema em serem usados, pois eram considerados animais que falavam e a Igreja da época corroborava dizendo que os negros não tinham alma.

Martín-Baró (2003) nos forneceu vários pressupostos para analisar o fenômeno da violência: intencionalidade do ato, o significado (justificação) e a espiral de violência. Também identificou as partes que formam o ato violento: a estrutura formal do ato, a

⁷ El cuarto y último elemento constitutivo de la violencia es su fondo ideológico. La violencia, incluso aquella violencia considerada gratuita, remite a una realidad social configurada por unos intereses de clase de donde surgen valores y racionalizaciones que determinan su justificación (MARTÍN-BARÓ, 2003, p.87).

equação pessoal, o contexto possibilitador e o fundo ideológico. Essas informações são importantes para o estudo da violência doméstica.

A abordagem psicossocial de Martín-Baró (2003), apesar de ter muitas semelhanças com pressupostos da Psicologia Sócio-Histórica, também possui algumas diferenças. Constatamos que esse pesquisador trabalha com uma perspectiva estrutural da violência ao citar uma série de componentes que se inter-relacionam. Trabalhar com tal conceito pode levar ao entendimento de uma essência (forma) anterior ao acontecimento do fenômeno. Outro problema que pode ser apontado nessa teoria psicossocial da violência é o risco da valorização de alguns componentes estruturantes em relação a outros. Blanco e Corte (2003, p.31) constataam que, em alguns textos, Martín-Baró confere maior importância aos componentes da macroestrutura em detrimento das determinações psicológico-individuais, não conseguindo, assim, estabelecer uma relação dialética entre ambos.

Alguns autores trabalham com uma perspectiva dialética da violência (LEMOS; GUIMARÃES; CARDOSO JUNIOR, 2004; REICHENHEIM; HASSELMANN; MORAES, 1999; MINAYO, 1994). Esses pesquisadores defendem a concepção de que a violência doméstica é um fenômeno construído historicamente, constituído por comportamentos e discursos de uma determinada sociedade. Chamam a atenção para o fato de que a violência não deve ser examinada como fenômeno monofatorial e sim multifatorial, devendo, assim, ser investigado por diferentes áreas científicas, como, por exemplo, as ciências humanas e da saúde. Reichenheim, Hasselmann e Moraes (1999) esclarecem que compreender a violência como causa e/ou resultado de fatores únicos é um erro incidente em nossa cultura e sociedade.

Minayo (1994) elucida que a violência não é algo inato no ser humano e sim causado por um conjunto de fatores pessoais, sociais e históricos que se materializam no convívio social, reforçando a concepção da violência como fenômeno multifatorial. A violência se materializa por meio das práticas humanas, individuais ou não, causando prejuízos fisiológicos e psicológicos. Minayo et al. (1999) compreendem a violência como plural, ou seja, existem várias formas de violências, influenciadas e fomentadas por fatores pessoais, familiares, sociais, históricos e econômicos, visto que os episódios violentos sempre envolvem conflitos de autoridade, lutas pelo poder, desejo de domínio,

posse, aniquilamento sobre alguém ou alguma coisa. Devemos abordar a violência em sua complexidade social, histórico-cultural e de como se concretiza na individualidade, já que o seu significado pode mudar de acordo com a época.

Minayo (1994) ratifica essa noção ao afirmar que a violência aparece de formas diferentes em cada sociedade e em cada pessoa. Como construção humana, a violência não se restringe a um espaço, mas permeia desde a família até as relações que o homem estabelece com o seu meio ambiente.

Dito de outra forma, se a violência faz parte da própria condição humana, ela aparece de forma peculiar (e captável nas suas expressões mais visíveis) em sociedades específicas, trazendo para o debate público Questões Fundamentais, em Formas Particulares, e Questões Sociais, vivenciadas individualmente, uma vez que somos, enquanto cidadãos, ao mesmo tempo sujeitos e objetos deste fenômeno (MINAYO, 1994, p. 7-8).

Sobre a violência estrutural, Minayo (1994) tece algumas considerações. A pesquisadora ratifica que esse tipo de violência é muito presente nas sociedades capitalistas e se estrutura no instituído, seja no familiar, comunitário ou econômico. A violência estrutural tem como objetivo negar os direitos humanos, tornando as pessoas mais vulneráveis socialmente.

As instituições podem ser entendidas como um arranjo social perceptível que possui uma ordenação cultural, jurídica, funcional etc., que tem por finalidade produzir e/ou reproduzir valores, produtos, condutas etc. São componentes da instituição: o Instituído - é o que já está constituído (fixo, estabelecido); e o Instituinte - movimento de transformação, alteração. O instituído e o instituinte mantêm uma relação dialética (LOUREAU, 1995).

Podemos perceber que a concepção dialética da violência utilizada por Minayo (1994) é muito parecida com a concepção da Psicologia Sócio-Histórica. Isso se deve ao fato de a Psicologia Sócio-Histórica utilizar elementos do materialismo histórico dialético no seu corpo teórico, como, por exemplo, a historicidade (GONÇALVES, 2010, 2011; BOCK, 2011).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem publicações relacionadas à violência doméstica contra a criança utilizando como um dos referenciais teóricos a Psicologia Sócio-Histórica. Evidenciamos isso porque os seus textos consideram a

violência com fenômeno multicausal (fatores pessoais, sociais, econômicos etc.), necessitando, assim, de um olhar amplo para o entendimento e as formas de atenção sobre ele (CFP, 2009).

O CFP (2009) esclarece que existem várias classificações para a violência, contudo todas elas são tentativas de aproximação. Em seus textos, ele adota as terminologias desenvolvidas pelas pesquisadoras Azevedo e Guerra (1989, 1995, 1997, 2001). Em relação ao enfrentamento da violência doméstica contra a criança, Silva (2009) relata que os Conselhos de Psicologia têm trabalhado na divulgação para a população sobre os direitos humanos das crianças. Eles também têm marcado presença nos Conselhos de Direito e de Controle Social, contribuindo de forma intensiva para que a proteção integral da criança, contida no ECA, faça parte das Políticas Públicas.

Neste capítulo, discutimos as várias concepções presentes na violência doméstica contra a criança: médica-psiquiátrica, psicológica, práticas educativas, jurídica e social. E a importância de um olhar sócio-histórico na sua conceituação, efeitos e consequências.

A singularidade é construída na interação com a universalidade, tendo como mediação a particularidade (OLIVEIRA, 2005). Deste modo, o indivíduo (homem singular) não nasceu “pronto”, como se já trouxesse em si uma essência humana que cresceria com o passar dos anos. A abordagem sócio-histórica entende que o homem é formado por uma série de determinações sociais e históricas. Essa universalidade se concretiza na atividade humana, que é social. Assim, quando falamos de essência humana, devemos considerá-la como um produto histórico-social.

CAPÍTULO IV - POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nesse Capítulo explanaremos sobre o CRAS, principalmente sobre suas contribuições para a questão da violência doméstica contra a criança, mas antes disso realizaremos uma trajetória documental sobre a sua função utilizando documentos governamentais.

4.1 Leis, decretos e resoluções relacionadas ao Centro de Referência da Assistência social

Neste item faremos uma análise crítica das leis, decretos e resoluções que dispõem sobre a criação do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Por serem vários documentos, nos limitaremos às informações pertinentes àqueles que atendem aos objetivos da presente pesquisa.

De acordo com Hofling (2001), quando se analisam Políticas Públicas Sociais, é importante entender a diferença entre Estado e Governo, pois esses termos incidem diretamente na sua compreensão. Para a autora, o Estado é composto por um grupo de instituições que tendem a permanecer ao longo do tempo; mesmo que se alterem os governantes, elas não deixarão de existir, pois são constantes. Por exemplo, o exército, a polícia, o judiciário etc., conforme vemos na citação que segue:

O governo é uma prática concreta apoiada em aparelhos, equipamentos, instituições, procedimentos, que permitem o exercício de uma forma específica de poder. Tem por alvo a população à qual se remete a partir de relações de controle, dita de “segurança”, como ocorre no caso do aparelho judiciário (NASCIMENTO; SHEINVAR, 2005, p.55).

Já o governo é formado por um grupo de pessoas que chega ao poder por um período estipulado, com início e fim marcados. Por meio da estrutura do Estado,

montam uma administração que se materializa em ações, programas, projetos, serviços contidos ou não em Políticas Públicas.

Essa divisão entre Governo e Estado consiste em uma proposta democrática para comandar um país. Todavia sabemos – e comprovamos ao ligar a televisão ou ler um jornal – que em muitos lugares essa divisão não existe, como é caso das ditaduras, sob cuja força o Brasil esteve, há não muito tempo, submetido.

No Estado de Direito, as ações estatais devem estar fundamentadas na Constituição, visto que ela é o ponto principal de ordenação de legalidade jurídica. Dias (2009) considera a Constituição Federal de 1988 como um marco em relação às questões sociais, pois nela houve a passagem da Assistência Social de prática assistencialista e clientelista para o patamar de direito social de Proteção Social. Scherer (2009) afirma que somente a partir dessa Constituição a Assistência Social foi instituída como direito.

Na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seu capítulo II, no 6º artigo estão enumerados os direitos sociais, os quais o Estado deve assegurar aos brasileiros natos ou naturalizados:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Analisando o artigo 6º em concomitância com a realidade brasileira fazemos a seguinte pergunta: se o papel do Estado é garantir os direitos sociais, por que existem tantas pessoas desamparadas no país? Sobre essa questão, Nascimento e Scheinvar (2005) elucidam que no capitalismo o Estado e o Governo estabelecem uma relação de interesse com determinado grupo e/ou classe social, a elite detentora da riqueza.

Hofling (2001) esclarece que, nos países com sistema capitalista de produção, o Estado atua como mediador das relações de trabalho entre o “patrão” e o “empregado”, fazendo com que estas relações permaneçam em funcionamento. Se a produção parar, os donos dos meios de produção serão os maiores prejudicados. É importante lembrarmos que os governantes, em sua maioria, servem ao Capital. Santos (2007) esclarece que o Estado colabora com o Sistema Capitalista. Nesse sistema, existe a

classe dominante (que retém o poder econômico e político) e a classe trabalhadora (explorada e oprimida). E o Estado trabalha para a manutenção dessa ordem.

O Sistema Capitalista concorre para a acumulação de riquezas mediante a exploração do trabalho, promovendo desigualdade social como um reflexo da má distribuição de renda. Benelli e Costa-Rosa (2010) acrescentam que esse modo de produção, ao oprimir e explorar o trabalhador, promove a sua exclusão social.

Posto isto, constatamos que pessoas desamparadas (questão social) são consequência do Sistema Capitalista; portanto, elas permanecerão desamparadas enquanto ele existir.

Questão social pode ser definida como o conjunto dos problemas políticos, sociais e econômicos postos pela emergência da classe operária no processo de constituição da sociedade capitalista; em suma, a manifestação no cotidiano da vida social da contradição capital-trabalho [...] (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010, p.10).

Para que a lógica capitalista de exploração continue operando, o governo precisa criar instrumentos para manter o sistema em funcionamento e apaziguar a grande parte excluída da população, principalmente em seus direitos sociais. Um instrumento utilizado são as políticas públicas que evitam revoltas sociais e mantêm o *status quo*. As políticas (Públicas) de Estado contêm essa dupla função: de um lado, manter a exploração do capitalismo sobre o trabalhador, e, de outro, amenizar os efeitos das desigualdades sociais, evitando assim a revolta das classes sociais exploradas (SANTOS, 2007).

Hofling (2001) conceitua as Políticas Públicas como sendo os projetos e programas governamentais voltados para a sociedade. Contudo, as Políticas Públicas não envolvem somente a ação do Estado, visto que, normalmente, existem parcerias com setores da sociedade na sua execução. Constantino, Perez e Silva (2010) e Yamamoto e Oliveira (2010) explicam que as políticas públicas são a forma de materialização do Estado no cotidiano das pessoas, e seus pressupostos são desenvolvidos por estabelecimentos estatais ou não. Uma parte delas (Assistência Social, Saúde e Previdência Social) é voltada para problemas sociais suscitados pelo Sistema Capitalista.

Com o modo de produção capitalista, as Políticas Públicas dos Estados apresentam esse paradoxo, pois de um lado, são amenizadoras dos seus efeitos deletérios e do outro funcionam como antirrevolucionárias, ao evitar um levante da população, que reivindica melhores condições de vida. Assim, o Estado mantém a exploração.

Buscando amenizar as questões sociais, a Constituição de 1988 cria uma triangulação para compor o Sistema Brasileiro de Seguridade Social. Fazem parte dele a Política de Saúde, a Política de Previdência Social e Política de Assistência Social (BRASIL, 1988).

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Embora a Previdência Social faça parte da Seguridade Social, diferente da Assistência Social e da Saúde, ela é contributiva, ou seja, exige um pagamento monetário para se ter acesso aos seus serviços (aposentadoria, auxílio-doença, afastamento por invalidez etc.), caracterizando-se como um direito condicional.

Os benefícios e pagamentos feitos pela previdência social também não são distribuídos de forma igualitária para a população contribuinte, pois existe uma diferenciação de valores e privilégios de acordo com os *status* do contribuinte (servidor federal, senador, empregada doméstica etc.).

Antes de avançarmos na nossa discussão, é importante entender uma proposição sobre as Políticas Públicas. De acordo com Santos (2007), existe uma tendência a entendê-las como uma produção do Estado voltada para a população como um todo. Em parte, essa concepção se deve ao financiamento público das Políticas do Estado. Os recursos monetários utilizados pelo Estado têm sua origem, em grande parte, em impostos e investimentos de pessoas físicas e jurídicas. Por outro lado, a sociedade acredita que o Estado irá reverter essa arrecadação em serviços, programas e projetos de seu interesse. Dessa forma, estabeleceu-se chamar as políticas conduzidas pelo Estado de Políticas Públicas (universais). Portanto, não é porque chama Política Pública, que ela beneficia a população com um todo.

Nem tudo o que o Estado desenvolve é voltado para a população. Muitas vezes, as ações têm características específicas e circunscritas a determinado grupo social em detrimento dos interesses da coletividade.

A Política Pública de Assistência Social tem um grupo social específico de ação: os membros das classes populares exploradas, oprimidas e excluídas. Segundo Scherer (2009), a Assistência Social tem se concretizado no Brasil por meio do conflito universal e seletivo, principalmente quando focamos em programas de transferência de renda, uma vez que existem critérios rígidos para que se possa acessá-los. A confusão que se estabelece entre as necessidades básicas e os mínimos sociais à sobrevivência humana faz com que essa política foque suas atividades na pobreza absoluta, excluindo outros potenciais usuários de seus serviços socioassistenciais.

Comprovamos essa afirmação na Constituição, cujo artigo 203 afirma que todos têm direito à Assistência Social. Contudo, nos incisos discrimina-se o público que será alvo dessa política (BRASIL, 1988).

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

De acordo com o CRP SP (2010), o público atendido pela Assistência Social é formado por aqueles que necessitam dos mínimos sociais para viver e não pelos que necessitam da seguridade social. Essas questões serão mais bem delineadas nos documentos oficiais da Assistência Social que se seguiram, o que começou a acontecer em 1993.

A Assistência Social, como Política Pública, só foi regulamentada em 1993 no governo do presidente Itamar Franco, com a promulgação a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Essa lei organiza e regulamenta a Assistência Social como uma política pública estimuladora e

suscitadora de cidadania por intermédio de seus objetivos, princípios, diretrizes, e organização da gestão da Política da Assistência Social (BRASIL, 1993).

Em seu capítulo I, menciona os objetivos da Política da Assistência Social. Constituem esse capítulo os artigos 1º, 2º e 3º. No artigo 1º, é reforçado o papel da Assistência Social como política da seguridade social, não contributiva, ou seja, não há necessidade de uma contribuição formal para que se tenha acesso aos seus benefícios, serviços, programas e projetos. Porém, não podemos esquecer que contribuimos de forma indireta para ela, quando pagamos impostos.

Nos artigos 2º e 3º, são descritos os objetivos da política da assistência social.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Parágrafo único. A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Art. 3º Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

No capítulo II, artigo 4º, são citados os princípios da Política de Assistência Social: dar importância maior aos direitos sociais do que aos ganhos econômicos, universalizar os direitos sociais, respeitar a autonomia dos cidadãos, uniformizar os direitos e deveres sociais e divulgá-los para todos os brasileiros (BRASIL, 1993).

Observamos que esses princípios são díspares com relação à lógica capitalista. Hofling (2001) explica que os neoliberais acreditam que as políticas sociais, ao minimizar as desigualdades geradas pelo sistema capitalista, prejudicam o desenvolvimento social, pois interferem na liberdade da autorregulação das relações econômicas e sociais. No cenário liberal, o Estado não se compromete de forma integral com a efetivação das Políticas Sociais. Estas acabam sendo inseridas de forma

privatizada (terceirizada), focada em demandas específicas (excludentes), fragmentada com o auxílio de poucos recursos, além de se mostrarem transitórias. Posto isso, entendemos que elas não se tornam instrumentos efetivos de garantia e promoção dos direitos sociais (SENRA, 2009).

No capítulo III da LOAS, é colocada uma referência importante em relação ao CRAS. No seu artigo 6º, é reforçado que a Assistência Social deve ser organizada através de um sistema descentralizado, porém sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Essa descentralização permite o modelo de gestão utilizado nos CRAS, que é municipal com financiamento federal.

Cabe, aqui, um questionamento: é verdadeira a descentralização da Política da Assistência Social, ou ela é apenas uma divisão burocrática de tarefas? Como podemos ver no artigo 6º, a aprovação dessa política é de inteira responsabilidade do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Por que os Estados e os Municípios também não participam de forma direta dessa função?

No artigo 7º, é esclarecido que as ações da Assistência Social, tanto pública como privada, ater-se-ão às normas expedidas pelo CNAS, ou seja, cabe a esse conselho aprovar a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) e dar os parâmetros e normas para os serviços considerados pertencentes à área da assistência social (BRASIL, 1993).

Segundo Benelli e Costa-Rosa (2010), a política da Assistência Social pressupõe alguns princípios equivocados que atravancam uma ação eficaz contra a pobreza. Esses autores apontam que essa política transmite em suas formulações a ideia de que a pobreza é algo natural, omitindo assim a historicidade dos problemas sociais. A descentralização da política da Assistência Social também gera alguns problemas, como a partilha do financiamento entre os municípios, o que promove um financiamento débil das ações, ocasionando a precarização das ações. Finalizam dizendo que a municipalização (pressuposto da descentralização) desresponsabiliza o governo federal de combater a macroestrutura das questões econômicas, sociais e culturais que promovem a pobreza.

Os artigos 23, 24 e 25 da LOAS conceituam os componentes da Assistência Social que dão materialidade aos seus objetivos.

Art. 23. Entendem-se por serviços assistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta lei.

Art. 24. Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

Art. 25. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

Em relação ao termo de Benefício, a LOAS não deixa muito claro o seu significado. Ela cita os tipos de Benefícios, os requisitos para obtê-los, porém não os conceitua. Fazendo uma leitura tácita, podemos supor que Benefício são os auxílios adicionais prestados a pessoas e/ou famílias em vulnerabilidade e/ou risco social para garantir os seus direitos sociais (BRASIL, 1993).

Contudo, não é só o conceito de Benefício que não está nítido, também os dos outros serviços são formulados de modo pouco claro. As definições colocadas nos artigos 23, 24 e 25 se confundem e são difíceis de serem separados nas situações práticas. Por exemplo, o programa Bolsa Família⁸ (PBF) é, ao mesmo tempo, um programa (como o próprio nome diz), mas também um benefício de transferência de renda. A falta de uma concepção clara dessas ações cria muitas dificuldades na hora de sua execução, como veremos no próximo tópico. Outra constatação importante é a transformação dos direitos sociais em programas, projetos, serviços etc. Essa burocratização da cidadania promove condicionalidades para que ela seja acessada.

O próprio governo (BRASIL, 2004a) percebeu deficiências na explicação dessas ações e procurou retificá-las no decreto nº 5085 de 1 de maio de 2004. Neste decreto,

⁸O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda lançado em 2003 pelo Governo Federal. Ele surgiu com a unificação de quatro programas de transferência de renda: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação. (BRASIL, 2006a). A população alvo do programa é constituída por famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. Para que essas famílias continuem recebendo o benefício, devem cumprir duas condições: 1) os filhos terem boa frequência escolar, 2) os filhos participarem dos serviços de saúde (vacinas, consultas etc.).

definiu melhor o que são serviços por meio da conceituação do que são ações (atividades) continuadas. O artigo 1º desse decreto delinea os serviços socioassistenciais como as atividades regulares e ininterruptas, financiadas pelo fundo nacional da assistência social, que tem como foco a família e seus ciclos de vida.

Art.1º São consideradas ações continuadas de assistência social aquelas financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social que visem ao atendimento periódico e sucessivo à família, à criança, ao adolescente, à pessoa idosa e à portadora de deficiência, bem como as relacionadas com os programas de Erradicação do Trabalho Infantil, da Juventude e de Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes.

Outro problema que prejudicou o andamento da Política de Assistência Social foi o seu financiamento (BRASIL, 1995). O fundo nacional da Assistência Social, responsável pelo financiamento dos benefícios, serviços, programas e projetos, só foi regulamentado em 1995, pelo decreto nº 1605, de 25 de agosto de 1995, no governo Fernando Henrique, apesar ter sido instituído em 1993 pela lei nº 8742.

Art. 1º O Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, tem por objetivo proporcionar recursos e meios para financiar o benefício de prestação continuada e apoiar serviços, programas e projetos de assistência social.

Um marco importante da Política de Assistência Social foi a aprovação da resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004 (BRASIL, 2004b). Essa resolução foi o início concreto da mudança de paradigma dessa política porque nela é aprovada Política Nacional da Assistência Social (PNAS) pelo Conselho Nacional da Assistência Social. A PNAS constitui o começo para a mudança efetiva da política da Assistência social e do estabelecimento do CRAS.

No texto que compõe a PNAS (BRASIL, 2004b), relata-se que os seus pressupostos foram ao encontro das solicitações da sociedade, que responsabilizam o Estado como principal promotor dos direitos sociais. Esse papel que a PNAS imputa ao Estado mostra o seu paradoxo. Ele deve assegurar o funcionamento do capitalismo ao mesmo tempo em que é o principal articulador e facilitador dos direitos sociais.

Já fizemos uma breve explanação sobre esse paradoxo que faz parte das Políticas Públicas. Contudo, outra face importante delas diz respeito a sua criação: será

que elas são fruto de um processo democrático? Outra questão que podemos levantar é se existe participação efetiva da maior parte da população na elaboração das Políticas Públicas.

Silveira *et al.* (2007, p. 21-22) descrevem em seis passos um caminho “democrático” para a elaboração, planejamento e execução de uma Política Pública.

O primeiro passo diz respeito à identificação do problema que será abordado. Para isso é importante ter o conhecimento de indicadores específicos, de eventos e estudos científicos do fenômeno que será foco da ação. O segundo momento diz respeito à agenda política. O objetivo e o objeto da Política Pública devem ser discutidos em espaços políticos (Câmaras, Conselhos, Associações, organizações civis etc.).

Depois é feita a discussão sobre a forma e os componentes (financiamento, atividades etc.) que terão a Política Pública (deliberação de estratégias). Em seguida, são feitas reuniões com governantes, legisladores e população sobre como será a implantação dessa Política (desenvolvimento da intervenção).

O quinto passo diz respeito à implantação da Política. Nesse momento, devem ser utilizadas estratégias diferentes de acordo com o contexto social e cultural em que ela será inserida.

O último passo consiste na avaliação continuada dos resultados, tanto positivos como negativos, gerados pela Política Pública implantada. Esse *feedback* possibilita o monitoramento e aprimoramento dessa ferramenta estatal. Em todos os passos citados, a população, por meio da sociedade organizada, tem papel primordial no controle social da Política Pública. De acordo com Silveira *et al.* (2007), Controle Social é a fiscalização feita pela sociedade civil organizada sobre a ação do Estado.

Existe uma crença popular de que as Políticas Públicas são criadas com a participação de vários grupos, não havendo a dominação de um grupo de interesse, ou seja, as Políticas Públicas são concebidas de forma democrática (HOFLING, 2001; CALMON, 2005). No entanto, Constantino, Perez e Silva (2010) constatarem que as políticas públicas sociais são criadas sem uma discussão com os seus principais usuários. Muitas vezes as ações propostas por essas políticas são inócuas e buscam resultados imediatistas para a solução dos problemas sociais. Benelli e Costa-Rosa

(2010) corroboram essa afirmação ao explicar que as ações são planejadas pelas esferas superiores do governo de forma vertical (piramidal). Existe um abismo entre quem planeja (governo federal) e quem executa as políticas, ou seja, a grande parte dos envolvidos não participa do processo de planejamentos das políticas públicas.

Embora a PNAS proponha a descentralização do poder, ela demarca claramente as competências de cada instância do governo (Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal). A justificativa que utilizam é que a descentralização possibilita ações sociais mais direcionadas ao ambiente das populações atendidas.

Frente ao desafio de enfrentar a questão social, a descentralização permitiu o desenvolvimento de formas inovadoras e criativas na sua implementação, gestão, monitoramento, avaliação e informação. No entanto, a compreensão de que a gestão democrática vai muito além de inovação gerencial ou de novas tecnologias é bastante limitada neste país. A centralização ainda é uma marca a ser superada. Junto ao processo de descentralização, a Política Nacional de Assistência Social traz sua marca no reconhecimento de que, para além das demandas setoriais e segmentadas, o chão onde se encontram e se movimentam setores e segmentos faz diferença no manejo da própria política, significando considerar as desigualdades socioterritoriais na sua configuração (BRASIL, 2004b, p.111)

Outro fator relevante da PNAS é um direcionamento para aquisição de informações para uma melhor atuação da Política da Assistência Social, por meio do monitoramento e avaliação de seus serviços, programas e projetos. Esse é um avanço importante, porque planejar uma Política de Proteção Social, sem o conhecimento da realidade em que ela irá atuar, pode gerar efeitos e resultados contrários ao desejados. Uma política que foi criada para promover a inclusão social de uma parcela da população pode favorecer exatamente o contrário, a sua exclusão (BENELLI; COSTA-ROSA, 2010). De fato, Nascimento e Scheinvar (2005) afirmam que as políticas de proteção social são formuladas de forma autoritária pelo governo, não havendo um diálogo democrático com os setores da sociedade que são os focos dessas políticas.

A PNAS (BRASIL, 2004b) confirma a Assistência Social como pertencente à Política de Seguridade Social, tornando-se parte importante da proteção social, juntamente com a Política de Saúde e Previdência Social. A proteção social tem como função resguardar que a população e seus ciclos de vida tenham seus direitos e qualidade de vida garantidos.

A inserção na Seguridade Social aponta, também, para seu caráter de política de Proteção Social articulada a outras políticas do campo social voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. Segundo Di Giovanni (1998:10), entende-se por Proteção Social as formas 'institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. (...) Neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social. Ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades'. Desse modo, a assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo. (BRASIL, 2004b, p.115).

A Política de Assistência Social está voltada para vários elementos humanos e sociais. Ela tem atividades dirigidas para pessoas, famílias e comunidades (territórios); para crianças, adolescentes, jovens e adultos; e também para a promoção do direito ao trabalho, saúde, educação etc. Resta saber se existe viabilidade para dar conta de demanda tão diversa e heterogênea.

[...] ao mesmo tempo em que se expande a Política de Assistência Social, ela se expande de forma precarizada, terceirizando os serviços, com trabalhadores mal remunerados, com diminuição de garantia com direitos trabalhistas e com poucas possibilidades de produzir ações continuadas, com planejamento a médio e longo prazo dos serviços (DIAS, 2009, p.20).

Como política de proteção social, a Assistência Social deve garantir as seguranças de sobrevivência, acolhida e de convívio ou vivência familiar (BRASIL, 2004b).

Segurança de sobrevivência (rendimento e autonomia) diz respeito à possibilidade de que qualquer cidadão possa prover sua existência, mesmo que seja mal remunerado ou sem condições físicas ou mentais para trabalhar.

Segurança de acolhida faz referência ao suprimento das necessidades básicas (alimentação, vestuário e moradia) dos cidadãos, que por alguma razão não conseguem suprir por si próprios.

Segurança de convívio ou vivência familiar consiste na contribuição para o convívio sem conflitos entre as pessoas, melhorando as relações familiares e sociais, mesmo em situações de violência, abrigamento ou reclusão.

A PNAS (BRASIL, 2004b) tem as suas diretrizes baseadas na Constituição Federal de 1988 e da LOAS, ou seja, ela corrobora o que já foi posto nas leis, medidas e resoluções anteriores. Suas diretrizes são as seguintes: descentralização político-administrativa da política da assistência social; participação da população mediante grupos representativos; responsabilidade suprema do Estado no desenvolvimento da Política da Assistência Social, e a família como foco principal das ações dessa política.

Constitui o público usuário da política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, 2004b, p. 115)

As terminologias “vulnerabilidade” e “situação de risco” acompanham todo o desdobramento das ações desenvolvidas pelos estabelecimentos da Assistência Social. A PNAS (BRASIL, 2004b) define esses termos de forma separada e estipula que as vulnerabilidades sociais e as situações de risco sejam trabalhadas em setores diferentes.

É essencial recordar que os problemas sociais são multicausais e têm diversas consequências, o que dificulta a resolução isolada de cada componente. Contudo, a Política da Assistência social divide a Proteção Social em dois tipos: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média e alta complexidade.

A Proteção social básica (BRASIL, 2004b) tem como usuários as pessoas ou famílias que estão em vulnerabilidade social devido à situação de pobreza, privação e/ou insuficiência de renda, fragilidade de vínculos familiares e/ou de pertencimento social. A proteção social básica por intermédio de benefícios, serviços, programas e projetos deve prevenir as situações de risco social e buscar desenvolver as potencialidades e fortalecer as relações familiares e comunitárias. Os serviços de

proteção social básica devem ser ofertados principalmente nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

A Proteção social especial (BRASIL, 2004b) tem como usuários pessoas ou famílias que tiveram seus direitos sociais violados e estão em situação de risco pessoal e social, devido a drogadição, violência, abandono, conflito com a lei etc. A proteção social especial se divide em média complexidade e alta complexidade.

A Proteção social especial de média complexidade é utilizada por pessoas e grupos familiares que tiveram seus direitos sociais transgredidos, porém os vínculos familiares permanecem. Fazem parte dessa proteção os serviços de plantão social, abordagem de ruas, CREAS etc.

São usuários da Proteção social de alta complexidade as pessoas e famílias que tiveram seus direitos sociais violados, pessoas e famílias cujos direitos sociais estão prestes a serem violados ou pessoas que tiveram seus vínculos familiares e/ou comunitários rompidos. Fazem parte dessa proteção os serviços de casas de passagem, família acolhedora, albergues etc.

Compreendemos que a proteção social é definida de acordo com os problemas vivenciados pelos usuários e/ou família atendidas e o serviço necessário para a sua resolução. Dessa forma, as ações da Assistência Social tendem a ser desenvolvidas em vários estabelecimentos diferentes e de forma desintegrada. Para o andamento desses serviços é imprescindível um trabalho em rede de serviços.

Sobre esse funcionamento da Política de Assistência Social, Freitas (2010) elucida que as Políticas Públicas podem ser classificadas de três formas, de acordo com sua amplitude de bens e serviços.

[...] Na percepção da universalidade, a produção e distribuição de bens e serviços sociais devem ser dadas com participação irrestrita dos membros da sociedade. Na perspectiva privatista, somente o mercado pode atender às demandas sociais, sendo cada indivíduo o responsável pelo seu bem-estar independentemente das condições sociais que lhes sejam impostas. A maneira intermediária seriam as políticas seletivas e focalizadas, ou seja, aquelas nas quais existe a garantia da prestação de serviços sociais, contudo só as utiliza quem estiver dentro dos critérios para tanto (FREITAS, 2010, p.18).

Pensando nessa classificação, concluímos que a Política de Assistência Social brasileira não garante a universalização dos direitos sociais. Fica evidente que ela tem

princípios excludentes, uma vez que suas ações socioassistenciais são focadas em pessoas e territórios que se enquadram em critérios seletivos.

Entretanto, Constantino, Perez e Silva (2010) destacam que a PNAS colaborou para o estabelecimento do novo paradigma da Política de Assistência Social ao utilizar as terminologias: potencialidades, vulnerabilidade social e garantia de direitos.

Faltava pôr em funcionamento a principal mudança. A IV Conferência Nacional da Assistência Social, que ocorreu em dezembro de 2003, ratificando o que havia sido colocado na LOAS, decidiu pelo estabelecimento do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Porém, a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social (NOB/SUAS) Social só foi aprovada pelo CNAS em 15 de julho de 2005, pela resolução nº 130.

A regulação da dinâmica do SUAS é socialmente orientada: pela ação pública territorialmente adequada e democraticamente construída, como definição de competências específicas de cada esfera do governamental; pela valorização do impacto social das diversas políticas estruturais e pelo desenvolvimento social sustentável (BRASIL, 2005c, p. 58).

A NOB/SUAS regula a operacionalização da política da Assistência Social, indicando quais são as funções e os deveres de cada divisão do governo (federal, estadual, municipal e o distrito federal) na sua execução (BRASIL, 2005c).

Existem vários tópicos interessantes contidos na NOB/SUAS, e alguns preceitos já foram abordados anteriormente em outras leis, decretos e medidas. Por se tratar de um elemento central na Política de Assistência Social, faremos uma breve exposição dos elementos que têm maior importância para o CRAS.

A NOB/SUAS define o SUAS como um sistema estatal não contributivo, não centralizado, no qual a população pode tomar parte. Ele tem como objetivo tratar das situações referentes à proteção social dos cidadãos brasileiros. O SUAS possui eixos estruturantes que auxiliam na sua gestão (BRASIL, 2005c, p.58):

- a) Precedência da gestão pública na política
- b) Alcance dos direitos socioassistenciais pelos usuários
- c) Matricialidade sociofamiliar
- d) Territorialização
- e) Descentralização político-administrativa
- f) Financiamento partilhado entre os entes federados

- g) Fortalecimento da relação democrática entre estado e sociedade civil
- h) Valorização do controle social
- i) Participação popular/cidadão usuário
- j) Qualificação de recursos humanos
- k) Informação, monitoramento, avaliação e sistematização dos resultados.

O SUAS, como principal articulador da Política de Assistência, retoma os pressupostos expostos em todos os documentos responsáveis pela sua estruturação, principalmente o que foi pontuado na Constituição de 1988: a Assistência Social como política da proteção social. De acordo com Cruz:

A atual política da assistência social tem desenhado cenário inédito na garantia dos direitos sociais e da cidadania. Sua marca é a descentralização das ações, bem como o desenvolvimento do protagonismo social. Fruto da carta magna de 1988 e da reivindicação e conquista social, a política da assistência social se concretiza no Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Criado em 2005, este é uma versão para a assistência social, daquilo que foi o Sistema Único da Saúde (SUS). O SUAS introduz novos procedimentos de gestão, de promoção, de execução e de fiscalização da assistência social, tendo como prioridade o atendimento às famílias em estado de vulnerabilidade social. Ele é um elemento importante para implementação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, sendo um componente do modelo de proteção social não-contributiva e um dos instrumentos da integração da política de Assistência Social com as demais políticas públicas. Além disso, organiza os serviços, visando à sua oferta por escala hierarquizada e complementar (CRUZ, 2009, p. 12).

A NOB/SUAS considera a proteção social como um grupo de atividades, oferecidas pelo SUAS, com o intuito de diminuir e precaver problemas de natureza pessoal, familiar e social, que podem atingir o ambiente doméstico e social. Em relação à proteção social, a Assistência social deve assegurar os direitos sociais a todos os cidadãos, independente de renda e classe social (BRASIL, 2005c).

De acordo com Gonçalves (2010), atualmente as Políticas Públicas Sociais brasileiras buscam solucionar os problemas decorrentes da assimetria de classes sociais. Esse objetivo tem uma contradição interna, uma vez que, ao ser uma ação do Estado, existe um interesse da elite dominante em manter o *status quo*. Essa contradição é concretizada por polaridades que fazem parte do contexto atual: capitalismo x igualdade, trabalho x exploração, interesse pessoal x interesse comum etc.

A proteção social tem como foco pessoas, família e/ou grupos em vulnerabilidade e risco social. E, por meio da sua intervenção, buscam-se fornecer recursos materiais, desenvolver habilidades pessoais e sociais como forma de minimizar fragilidades, vitimizações e contingências negativas. Ela deve apoiar e ser apoiada por outras Políticas Sociais. Devemos lembrar que a proteção social se divide em proteção social básica e especial.

Os serviços de proteção social básica e especial devem ser organizados de forma a garantir aos seus usuários o acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais e sua defesa: ouvidorias, centros de referência, centros de apoio sociojurídico, conselho de direitos, entre outros. Devem conter normas que disponham sobre o seu funcionamento e o acesso aos benefícios sob garantia de concretização dos direitos socioassistenciais. (BRASIL, 2005c, p.60)

A proteção social (BRASIL, 2005c) tem os seus objetivos baseados nos princípios da:

- a) Matricialidade sociofamiliar – compreende a família como sede fundamental da vida humana, no qual, por meio da convivência, se inicia o processo de socialização da criança. Dessa forma, é importante estimular a família a cumprir a sua função como provedora de bens materiais, de vínculos afetivos e de proteção dos seus membros.
- b) Territorilização – reconhecer que a situação de vulnerabilidade e risco social sofre influências de variáveis sociais e econômicas; dessa forma as ações socioassistenciais devem ser pautadas em fatores locais e comunitários que afetam seus moradores.
- c) Proteção pró-ativa – um grupo de atividades, voltadas principalmente para a proteção social básica, que procuram evitar a violação de direitos sociais.
- d) Integração à seguridade social – reforça a Assistência Social como membro da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social.
- e) Integração as políticas sociais e econômicas – para alcançar seus objetivos, a proteção social precisa estabelecer parcerias com outras políticas públicas (educação, segurança, trabalho etc.).

O princípio da matricialidade sociofamiliar é uma aposta que a Assistência Social faz na família, concebendo-a como lugar primordial de proteção e humanização. Essa aposta carece de um olhar crítico sobre essa instituição, pois a família também produz e

reproduz condutas que causam sofrimento aos seus membros, como é o caso da violência doméstica contra a criança.

Os pressupostos das políticas públicas são carregados de elementos normatizadores, naturalizantes e inatistas, o que faz com que os problemas sociais sejam entendidos como problemas pessoais, não considerando os fatores sócio-históricos.

Ao introduzir essa noção, da dimensão subjetiva de fenômenos sociais, avançamos mais um passo, ao indicar que a subjetividade que deve ser considerada no campo das políticas públicas deve, evidentemente, referir-se ao indivíduo. Mas, deve também, considerar o coletivo, o grupo, as relações, o espaço social, enfim, também eles compostos e constituídos por subjetividades. (GONÇALVES, 2010, p. 20).

As questões culturais e históricas do Brasil têm contribuído para o aparecimento de diversas formas de subjetividades, lembrando que essas são influenciadas por processos intrincados, vinculados à historicidade humana. Também não podemos falar de subjetividade e sim de subjetividades, e as políticas públicas sociais falham ao focar em um perfil específico de pessoa e/ou família.

De acordo com a NOB/SUAS, a proteção social da Assistência Social deve aprofundar cinco tipos de seguranças. A acolhida é garantida mediante a oferta de serviços referentes à proteção social básica e especial. A renda é assegurada por meio de benefícios de transferência de renda às pessoas e famílias em situação de pobreza material ou com incapacidade para trabalho. O convívio é assegurado por ações que incitam o fortalecimento ou restauração dos vínculos familiares e sociais. O desenvolvimento de autonomia é articulado por serviços que estimulam o desenvolvimento do protagonismo e autonomia dos usuários e das famílias atendidas pela Assistência Social. E o apoio e o auxílio são a disponibilização de benefícios materiais, por certo tempo, a famílias e indivíduos que passaram por eventos raros que os colocaram em situação de necessitarem da proteção social.

Um elemento importante do SUAS é a vigilância sócioassistencial, pelo fato de possuir várias funções importantes. Uma delas é o conhecimento das vulnerabilidades sociais e situações de risco de determinado território em que são ou serão desenvolvidas ações socioassistenciais. Outra é o monitoramento e a avaliação dos

estabelecimentos públicos e privados que desenvolvem serviços socioassistenciais, principalmente na exigência do cumprimento dos objetivos do SUAS.

A vigilância socioassistencial deve buscar conhecer o cotidiano da vida das famílias a partir das condições concretas do lugar onde elas vivem e não só as médias estatísticas ou números gerais, responsabilizando-se pela identificação dos “territórios de incidência” de riscos no âmbito da cidade, do Estado, do país para que a assistência social desenvolva política de prevenção e monitoramento de riscos (BRASIL, 2005c, p.60).

A vigilância socioassistencial tem significativa relevância no planejamento das ações, uma vez que fornece dados próximos da realidade dos usuários. Outro fato pertinente consiste em avaliar os serviços assistenciais, principalmente para saber se eles provocam alguma mudança e/ou cumprem o seu objetivo. A falta de avaliação crítica das Políticas Públicas é um grande empecilho para o seu aperfeiçoamento ou para seu cancelamento.

Outra indagação importante é se essas políticas consideram a subjetividade como pertencente ao campo social. Gonçalves (2010) comenta que normalmente as Políticas Públicas concebem o homem de forma naturalizada, na qual o indivíduo e a sociedade são instâncias complementares, apenas havendo uma relação entre eles. Porém sabemos que o indivíduo e a sociedade são extremamente vinculados, onde um é produto e produtor do outro, com uma perspectiva histórica. Políticas Públicas cientes das implicações subjetivas teriam seu planejamento e intervenção baseados na visão de elementos históricos e sociais, por serem esses elementos estimuladores de consciência, condutas, afetividade etc.

Entendemos que é uma visão que contribui para a transformação social porque busca a gênese dos fenômenos a serem modificados (vivências, sentimentos, ações) na realidade histórica e material que os constituiu; e busca explicitar as mediações presentes nesse processo. Nessa perspectiva, a investigação deve apontar como se dá o processo de constituição da consciência em relação com a atividade, configurando uma identidade em movimento e incluindo a afetividade. A identificação das mediações presentes nesse processo permite conhecer como se produz o processo de alienação e como ele pode ser superado (GONÇALVES, 2010, p.23).

Bock (1999) esclarece que a subjetividade é um universo edificado interiormente pelas pessoas, de onde se originam as atitudes, modo de sentir e pensar o mundo. A

subjetividade é constituída por intermédio de vínculos interpessoais, experiências cotidianas, fatores genéticos, sociais, culturais e históricos etc.

O SUAS tem sua gestão de serviços compartilhada entre as instâncias governamentais. Essa característica valida o SUAS como um sistema realmente federativo e em pleno funcionamento em todo território nacional.

A plena concretização do federalismo cooperativo no país requer o aprimoramento de instrumentos legais e institucionais de cooperação intergovernamental. Trata-se, portanto, de uma estratégia fundamental frente à escassez de recursos públicos, à diferenciada capacidade gerencial e fiscal dos entes federados, às profundas desigualdades sócio-econômicas regionais e à natureza cada vez mais complexa dos problemas urbanos, ambientais e de desenvolvimento econômico territorial, que exigem soluções intersetoriais e intergovernamentais. Nesse contexto, sobressai a importância de fortalecer a articulação e cooperação das esferas de governo no âmbito do espaço sub-regional (BRASIL, 2005c, p.60).

Para que o SUAS tenha uma operacionalização descentralizada é importante que o seu controle seja feita por vários setores que interajam num processo democrático de funcionamento (BRASIL, 2005c). Os setores são divididos em três instâncias: a instância da articulação, a da pactuação e a da deliberação.

Fazem parte da instância de articulação as associações comunitárias, fóruns, conselhos municipais estaduais, organizações não governamentais etc. São espaços de participação aberta, com função propositiva no nível federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, podendo ser instituídos regionalmente (BRASIL, 2005c, p. 65).

A comissão intergestores bipartite (municipal e estadual) e tripartite (municipal, estadual e federal) fazem parte da instância de pactuação.

Entende-se por pactuação, na gestão da Assistência social, as negociações estabelecidas com a anuência das esferas de governo envolvidas, no que tange à operacionalização da política, não pressupondo processo de votação nem tampouco de deliberação. As pactuações de tais instâncias só são possíveis na medida em que haja concordância de todos os entes envolvidos, sendo formalizada por meio de publicação da pactuação e submetidas às instâncias de deliberação (BRASIL, 2005c, p.65).

A terceira instância é a de deliberação.

Os conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais são instâncias deliberativas do Sistema Descentralizado e Participativo da

Assistência Social, regulamentado na PNAS/2004 na forma do SUAS. O CNAS, instituído pela LOAS, e os Conselhos das demais esferas, tratados na referida Lei e instituídos por legislação específica, tem caráter permanente e composição paritária entre o governo e sociedade civil. São vinculados ao Poder Executivo e a sua estrutura pertencente ao órgão da Administração Pública responsável pela coordenação da Política de Assistência Social, que lhes dá apoio administrativo assegurando dotação orçamentária para seu funcionamento (BRASIL, 2005c, p.66).

O funcionamento bem regulado dessas três instâncias resultam em um processo democrático do SUAS. Entretanto, as leis que estruturam esse sistema são elaboradas por deputados e senadores que geralmente estão envolvidos com as classes dominantes, defendendo assim os seus interesses.

Um importante espaço de participação social na elaboração das Políticas Públicas são os Conselhos de Controle Social. Nesses locais, é possível discutir questões sociais e construir propostas de intervenção com a contribuição de todos os participantes (SILVEIRA *et al.*, 2007). De acordo com Botarelli (2008), participação Social ocorre quando uma pessoa, junto com outros iguais, desenvolve ações públicas de defesa e reivindicação dos seus direitos sociais, saindo, assim, de um lugar de passividade diante dos acontecimentos sociais que o afetam. Para Bordenave (1987), participação social são ações contínuas desenvolvidas por grupos organizados, que modificam, transformam, afetam e/ou interferem no funcionamento de instâncias da sociedade (Governo, classe sociais, instituições sociais etc.).

Outro local fundamental de participação social são os Conselhos de Direitos, que têm a relevante função de verificar se as Políticas Públicas estão promovendo a garantia dos Direitos Sociais (SILVEIRA *et al.*, 2007). De acordo com Dias (2009), os mecanismos de controle social devem ser ferramentas a que a sociedade tem acesso para influenciar e/ou direcionar as Políticas do Estado.

A possibilidade legal de haver mecanismos para o SUAS operar de modo democrático não garante que ele realmente funcione desse modo. De acordo com Lemos (2007), os integrantes dos Conselhos de Direito e Controle Social não têm um contato permanente com as pessoas que representam. Dessa forma, o funcionamento democrático dessas instâncias é posta em xeque, uma vez que não existe uma participação efetiva da sociedade.

Outra questão que se levanta refere-se ao grau de participação e influência que os indivíduos e grupos tiveram na elaboração das Políticas Públicas. Existe uma participação efetiva? As peculiaridades de cada um são respeitadas na hora da elaboração dessas normas sociais e políticas? Essas são interrogações pertinentes quando nos atemos às subjetividades.

Podemos falar, por exemplo, das concepções que estão presentes quando se prescinde da participação dos indivíduos nas decisões sobre seu destino. Indivíduos que recebem benefícios, sem nenhuma possibilidade de decisão sobre as características de tais ações, são negados também como sujeitos. Isso será vivenciado e produzirá efeitos de subjetivação que terão seus desdobramentos (GONÇALVES, 2010, p.64-65).

As ações propostas pelo SUAS são financiadas pelos recursos dos Fundos de Financiamentos da Assistência Social Municipal, Estadual e Federal. Esses fundos são fiscalizados pelos Conselhos da Assistência Social.

Em respeito às prerrogativas legais, juntamente com os princípios democráticos que zelam pela participação, pela transparência, pela descentralização político-administrativa e pelo controle social no sentido de dar concretude aos compromissos emanados do texto da Política Nacional de Assistência Social, os Fundos de Assistência Social têm, na proposta desta norma, reforçado seu papel de instância de financiamento dessa política pública nas três esferas de governo. A gestão financeira da assistência social se efetiva através desses fundos, utilizando critérios de partilha de todos os recursos neles alocados, os quais são aprovados pelos respectivos conselhos de assistência social. No âmbito da União e dos estados, a deliberação dos conselhos deve ser antecedida de pactuação nas comissões intergestores equivalentes (BRASIL, 2005c, p.66).

Os municípios, para receberem os recursos dos fundos de financiamento, devem fazer parte (se habilitados) do SUAS. Essa habilitação muda de acordo com os serviços socioassistenciais ofertados pelo município. A habilitação pode ser de gestão inicial, básica e plena. Cada gestão recebe uma quantia diferente de financiamento. Para mudar de uma habilitação de gestão para outra, o município deve disponibilizar mais serviços e estabelecimentos socioassistenciais.

Apesar de serem os Conselhos que fiscalizam os recursos da Assistência Social, a liberação do dinheiro é exclusividade do governo federal que determina a quantidade

e as regras necessárias para que um município possa receber financiamento, o que causa restrição na autonomia das ações socioassistenciais.

Todas as leis, resoluções e decretos examinados até agora se atêm a comentar os princípios, diretrizes e objetivos que norteiam os serviços socioassistenciais. Em nenhum documento anterior foi dada a configuração completa dos serviços que devem ser executados pela Política de Assistência Social. Essa situação só mudou em 11 de novembro de 2009, quando o Conselho Nacional da Assistência Social aprovou a Tipificação Nacional de serviços socioassistenciais por intermédio da resolução nº 109. Esta discorre sobre os serviços de proteção social básica e especial descrevendo os seus objetivos, organização, resultados esperados.

Na resolução nº 109, é elaborada uma organização de tópicos para descrever os componentes de cada serviço socioassistencial, tanto da proteção básica quanto da especial, de média ou alta complexidade (BRASIL, 2009b, p.82).

1.MATRIZ PADRONIZADA PARA FICHAS DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

Nome do serviço: termos utilizados para denominar o serviço de modo a evidenciar sua principal função e os seus usuários.

Descrição: conteúdo da oferta substantiva do serviço.

Usuários: relação e detalhamento dos destinatários a quem se destinam as atenções. As situações identificadas em cada serviço constam de uma lista de vulnerabilidades e riscos contida nesse documento.

Objetivos: propósitos do serviço e os resultados que dele se esperam.

Provisões: as ofertas do trabalho institucional, organizadas em quatro dimensões: ambiente físico, recursos materiais, recursos humanos e trabalho social essencial ao serviço. Organizados conforme cada serviço as provisões garantem determinadas aquisições aos cidadãos.

Aquisições dos usuários: trata dos compromissos a serem cumpridos pelos gestores em todos os níveis, para que os serviços prestados no âmbito do SUAS produzam seguranças sociais aos seus usuários, conforme suas necessidades e a situação de vulnerabilidade e risco em que se encontram. Podem resultar em medidas da resolutividade e efetividade dos serviços, a serem aferidas pelos níveis de participação e satisfação dos usuários e pelas mudanças efetivas e duradouras em sua condição de vida, na perspectiva do fortalecimento de sua autonomia e cidadania. As aquisições específicas de cada serviço estão organizadas segundo as seguranças sociais que devem garantir.

Condições e formas de acesso: procedência dos usuários e formas de encaminhamento.

Unidade: equipamento recomendado para a realização do serviço socioassistencial.

Período de funcionamento: horários e dias da semana abertos ao funcionamento para o público.

Abrangência: referência territorializada da procedência dos usuários e do alcance do serviço.

Articulação em rede: sinaliza a completude da atenção hierarquizada em serviços de vigilância social, defesa de direitos e proteção básica e especial de assistência social e dos serviços de outras políticas públicas e de organizações privadas. Indica a conexão de cada serviço com outros serviços, programas, projetos e organizações dos poderes executivo e judiciário e organizações não governamentais.

Impacto social esperado: trata dos resultados e dos impactos esperados de cada serviço e do conjunto dos serviços conectados em rede socioassistencial. Projeta expectativas que vão além das aquisições dos sujeitos que utilizam os serviços e avançam na direção de mudanças positivas em relação a indicadores de vulnerabilidades e de riscos sociais.

Regulamentações: remissão a leis, decretos, normas técnicas e planos nacionais que regulam benefícios e serviços socioassistenciais e atenções a segmentos específicos que demandam a proteção social de assistência social.

Apesar de haver uma padronização das ações, dos objetivos e dos resultados esperados, o documento não apresenta diretrizes teóricas que fundamentam as ações e nem discute a viabilidade dos objetivos propostos.

Se todos os objetivos dos serviços socioassistenciais da proteção social básica estabelecidos pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais fossem alcançados, a pobreza e outros problemas sociais seriam resolvidos. Resta saber da possibilidade do cumprimento das metas, visto que, no documento, os fatores sócio-históricos relacionados à pobreza são ignorados, como, por exemplo, os efeitos do modo de produção capitalista.

Na Tipificação (BRASIL, 2009b), os serviços socioassistenciais da proteção social básica concebem o homem de forma naturalizada e abstrata e compreende o desenvolvimento humano como algo congênito, ao ignorar aspectos históricos e sociais da sua constituição e existência, tendendo a culpabilizar o indivíduo pelos seus fracassos e sucessos. Portanto, nessa linha de raciocínio, os serviços socioassistenciais contidos nesse documento buscam uma transformação social por meio de uma transformação pessoal e familiar. Principalmente atividades focadas na família, porque segue a tendência da matriz sóciofamiliar, desenvolvendo o chamado “trabalho social com famílias”. Posto isto, verificamos que o serviço socioassistencial (BRASIL, 2009b, p. 82):

Realiza ações com famílias que possuem pessoas que precisam de cuidado, com foco na troca de informações sobre questões relativas à primeira infância,

a adolescência, à juventude, o envelhecimento e deficiências a fim de promover espaços para troca de experiências, expressão de dificuldades e reconhecimento de possibilidades [...].

Gonçalves (2010) esclarece que as políticas públicas devem conceber o homem como um sujeito emancipador capaz de alterar para melhor a sua vida, por meio de suas experiências, contatos e vivências. Quando o indivíduo se descobre com ser social, ele entende o seu papel diante da transformação social. Dessa forma, ao agir no social é importante estar ciente da vinculação da subjetividade na realidade social.

Apontamos o que consideramos que sejam alguns recursos possíveis para essa realização. O primeiro deles é o de considerar as demandas da realidade social a partir de uma perspectiva histórica, procurando a desnaturalização dos fenômenos sociais. As situações sociais de exclusão, desfiliação, a precariedade da vida, não são naturais, muito menos inexoráveis. São produzidas e, dessa forma, podem ser alteradas (GONÇALVES, 2010, p. 63).

Em Julho de 2011, a presidente Dilma sancionou a Lei 12.435, que modifica a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social (LOAS). Dentre as mudanças feitas, selecionamos as mais relevantes em relação ao CRAS (BRASIL, 2011a).

No artigo 2º, os objetivos da Assistência Social foram ampliados. Além da proteção social básica, foram acrescentadas a igualdade de atendimento da população rural e urbana e a importância da ampla divulgação dos serviços socioassistenciais para todos os cidadãos.

Os artigos do capítulo III (da organização e da gestão) sofreram muitas modificações para ratificar a forma de estruturação do SUAS no campo da Assistência Social, além de colocar seus objetivos (BRASIL, 2011a).

Art. 6º A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas), com os seguintes objetivos:

- I - consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva;
- II - integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, na forma do art. 6º-C;
- III - estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social;

- IV - definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais;
- V - implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social;
- VI - estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e
- VII - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos.

§ 1º As ações ofertadas no âmbito do Suas têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o território.

§ 2º O Suas é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas por esta Lei.

§ 3º A instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Esse capítulo recebeu várias mudanças para poder legitimar as alterações da Política da Assistência Social que ocorreram entre 1993 a 2011, como é o caso do Sistema Único da Assistência Social.

Uma informação relevante associada ao CRAS diz respeito ao novo entendimento do PAIF, aqui não mais como programa, mas como serviço, o que já havia sido colocado anteriormente na Tipificação (BRASIL, 2011a).

Art. 24-A. Fica instituído o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), que integra a proteção social básica e consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada, nos Cras, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.

Como determinado pelo artigo 24-A, o PAIF torna-se um serviço voltado para a temática da violência doméstica, principalmente em relação a sua prevenção. E o CRAS, como local exclusivo de execução desse serviço, torna-se o principal incentivador da prevenção da violência doméstica dentro da Política da Assistência Social.

Diante da exposição dos documentos oficiais da Política da Assistência Social, embora seja afirmado o contrário, entendemos que ela segue certa tendência autoritária ao não trabalhar com a perspectiva do protagonismo pessoal e social (sujeito), ou seja, executam atividades massificadas voltadas para pessoas consideradas passivas e

iguais, sem qualquer poder de decisão sobre essas atividades. Sobre o sujeito humano, Bock (1997, p.38) esclarece que:

O homem é um ser ativo, social e histórico: o homem produz sua sobrevivência com os outros homens. A relação do homem com a natureza, através de suas atividades, e a relação com os outros homens constituem o ser humano. Como essa atividade sobre o mundo é um processo histórico, pois os homens vão construindo novas formas de satisfação de suas necessidades e vão também construindo novas necessidades, há um permanente movimento e um permanente processar humano.

4.2 Centro de Referência da Assistência Social, violência doméstica contra a criança e o papel do psicólogo

Para discussão das concepções da violência doméstica contra a criança, presentes nos serviços socioassistenciais do CRAS, e do papel do psicólogo nesse estabelecimento, utilizaremos, principalmente, quatro documentos oficiais que tratam do CRAS. Deixamos claro desde já que essa unidade estatal não tem serviços específicos e diretamente voltados para a violência doméstica contra a criança, mas atividades gerais com a família e o território, uma vez que tem, como uma das metas, a prevenção desse fenômeno.

Para o processo de implantação e edificação do CRAS, o Ministério do Desenvolvimento Social elaborou três guias de orientação. Em outubro de 2005 foi lançado o “guia de orientações técnicas SUAS nº 1: proteção de social básica de assistência social” (BRASIL, 2005b). Posteriormente, em Junho de 2006, foi publicado o guia “proteção social básica do sistema único da assistência social: orientações técnicas para o centro de referência de assistência social – versão preliminar” (BRASIL, 2006b). E, três anos depois, foi divulgado o guia “Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social.” (BRASIL, 2009a). Esses documentos contêm informações a respeito de todos os elementos que compõem o CRAS (estrutura, atividades, resultados esperados, financiamento etc.), auxiliando, assim, no funcionamento desse estabelecimento.

A instituição do CRAS vem ao encontro do que foi posto na NOB/SUAS (2005c). Com a descentralização e consequente municipalização dos serviços públicos, esse estabelecimento foi fundado para ser o principal órgão da proteção social básica do SUAS.

Contudo, temos constatado que essa responsabilidade é inviável para uma unidade estatal municipal, visto que as problemáticas a que ele deve dar respostas carregam fatores da macroestrutura econômica e governamental, como, por exemplo, as questões sociais geradas pelo Sistema Capitalista de Produção (CRUZ, 2009; SENRA 2009; CHRISTIANO, 2010; FERREIRA, 2010; YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

Além dos guias de orientação, na “Tipificação Nacional de serviços socioassistenciais”, estão descritos três serviços socioassistenciais da proteção social básica que devem ser desenvolvidos pelo CRAS. O primeiro é o PAIF - “Programa de Atenção integral à Família” alterado para “Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família”. O segundo é o “Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos” e o terceiro é o “Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos”. (BRASIL, 2009b, p. 82).

Art. 1º. Aprovar a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, conforme anexos, organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, de acordo com a disposição abaixo:

I - Serviços de Proteção Social Básica:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

Esses serviços são direcionados para o que a PNAS (BRASIL, 2004b) definiu como sendo a proteção social básica. Dessa forma, eles buscam impedir situações que possam causar prejuízos pessoais e/ou sociais, por intermédio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Aqui notamos uma aproximação desses serviços socioassistenciais com a violência doméstica contra a criança, uma vez que esse fenômeno é considerado uma situação de risco pessoal e familiar (BRASIL, 2011a). Também surge a questão da atuação do psicólogo nessas

ações: em que ela deve estar pautada? O CFP (2007, 2009a, 2010, 2011) procura dar respostas a essa indagação.

Na Política de Assistência Social, o psicólogo deve trabalhar em prol da transformação social, desenvolvendo sua prática pautada em fatores sócio-históricos que possibilitem o fortalecimento da identidade de “sujeito-cidadão autônomo” (CFESS, 2007, p.23) dos membros das classes operárias exploradas, para que estas possam agir de forma significativa no meio social, exercendo um papel reivindicatório dos seus direitos sociais. Portanto, o psicólogo inserido no SUAS deve ter um olhar pautado na indivisibilidade entre o social, o cultural e o histórico. Também deve contribuir para a organização social e política da população atendida, promovendo assim a superação das vulnerabilidades sociais (CFP, 2011)

Os guias de orientação (BRASIL, 2005, 2006b, 2009a) reforçam o papel do CRAS como o principal promotor da articulação da rede socioassistencial e intersetorial na sua área de abrangência, além de ser também o lugar de funcionamento dos serviços socioassistenciais.

A família (matricialidade sociofamiliar) e a comunidade (território) são concebidas pela Política de Assistência Social com fundamentais para o processo de humanização (BRASIL, 1993, 2011a). Portanto, o Estado deve dar atenção integral a essas instâncias da vida humana, através da Política Pública da Assistência Social por meio do SUAS.

A **matricialidade sociofamiliar** se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social. A família, segundo a PNAS, é o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica (BRASIL, 2009a, p.12).

A **territorialização** refere à centralidade do território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco sociais, bem como para seu enfrentamento. A adoção da perspectiva da territorialização se materializa a partir da descentralização da política de assistência social e consequente oferta dos serviços socioassistenciais em locais próximos aos seus usuários. Isso aumenta sua eficácia e efetividade, criando condições favoráveis à ação de prevenção ou enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, bem como de identificação e estímulo das potencialidades presentes no território (BRASIL, 2009a, p.13).

Essas terminologias são importantes para o CRAS porque embasam suas atividades da construção da autonomia e do protagonismo como ferramenta para a superação da vulnerabilidade e dos riscos sociais da família em seu território. Posto isto, podemos inferir que a atuação desse estabelecimento é direcionada a buscar apenas soluções pessoais e familiares para a violência doméstica contra a criança (e outros problemas coletivos), subestimando os fatores sociais presentes nesse fenômeno.

A articulação dos serviços socioassistenciais do território com o PAIF garante o desenvolvimento do trabalho social com as famílias dos usuários desses serviços, permitindo identificar suas necessidades e potencialidades dentro da perspectiva familiar [...] (BRASIL, 2009b, p. 82).

Ao ignorar aspectos sociais e históricos, as Políticas Públicas Sociais, aqui representadas pelo CRAS, não têm promovido mudanças substanciais nos indivíduos em relação ao acesso aos direitos sociais. Além disso, Oliveira (2007) constata que as Políticas Públicas Sociais cumprem o seu papel de conter, assegurar, interceder, ofertar, informar e normatizar, de forma autoritária, dominadora e manipuladora, não havendo espaço para uma visão do usuário como sujeito.

Esses indivíduos são vistos e entendidos [pelas Políticas Públicas] como alguém de baixa capacidade material, simbólica e comportamental, e a estes é imposta a pobreza intelectual e afetiva, não restando outro lugar que não o de objeto da história e não sujeitos dela (LUCENA FILHO, 2011, p. 76).

Lucena Filho (2011) defende que a atuação do psicólogo deve possibilitar aos usuários do CRAS o conhecimento das causas sociais, históricas e econômicas dos seus problemas vividos, promovendo, assim, uma maior consciência, autonomia e efetividade das suas ações cotidianas.

Em que território o CRAS deve ser instalado? Os guias sobre o CRAS (BRASIL, 2005, 2006b, 2009a) informam que ele deve ser alojado na área do município que contenha os maiores índices de vulnerabilidade social e situações de risco, para haver uma proximidade física com a população que necessita dos seus serviços.

Normalmente os CRAS estão instalados em territórios urbanos onde vivem os membros da classe trabalhadora popular e empobrecida.

A normatização do local de estabelecimento do CRAS no município evidencia um olhar “viciado” da Política de Assistência Social em relação às classes empobrecidas. O conceito de vulnerabilidade social engloba vários problemas sociais além da pobreza (BRASIL, 2006a). Contudo, as ações do CRAS estão voltadas para essa classe específica, suscitando a falsa impressão de que os problemas sociais somente dizem respeito a pessoas pertencentes às classes pobres. Utilizando essa lógica em relação à violência doméstica contra a criança, cria-se a ideia de que ela apenas aparece nessa população. Constatamos isso ao comprovar que o CRAS não tem ações voltadas para as classes dominantes (BRASIL, 2005, 2006b, 2009a).

A NOB/SUAS (BRASIL, 2005b) estabelece um número mínimo de CRAS de acordo com o número de habitantes do município. Também existe uma classificação do município de acordo com o seu número de habitantes (BRASIL, 2005b, p.7):

Pequeno Porte I (município de até 20.000 habitantes/5.000 famílias)
Mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas;
Pequeno Porte II (município de 20.001 a 50.000 habitantes/de 5.000 a 10.000 famílias)
Mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas;
Médio Porte (município de 50.001 a 100.000 habitantes/de 10.000 a 25.000 famílias)
Mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;
Grande Porte (município de 100.001 a 900.000 habitantes/de 25.000 a 250.000 famílias). Mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;
Metrópole (município de mais de 900.000 habitantes/mais de 250.000 famílias)
Mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas.

A quantidade de CRAS segue uma proporção matemática, isto é, quanto maior o número de moradores da cidade, maior é o seu número. Um dos princípios do SUAS é a matricialidade sociofamiliar e essa unidade estatal segue esse princípio, sobretudo em relação a meta de atendimentos (BRASIL, 2005b). Cada CRAS tem estipulado uma quantidade mínima de famílias que deve atender por ano. Isso leva em conta quantas famílias o CRAS está referenciando. Se o CRAS referencia até 2500 famílias, deve atender no mínimo 500 famílias ano. Se o CRAS referencia 3500 famílias, deve atender 750 famílias ano. Se o CRAS referencia 5000 famílias deve atender 1000 famílias ano.

Os critérios que determinam quantos CRAS um município deve ter e quantas famílias por ano ele deve atender podem causar vários transtornos para a população, visto que pode provocar uma sobrecarga de atendimentos nesses estabelecimentos. Fazendo uma proporção simples entre o número de CRAS e as famílias referenciadas, chegamos à conclusão de que quanto maior o número de habitantes do município, menor é o número de famílias referenciadas. Por exemplo, num município de pequeno porte I, 50% das famílias daquele município são referenciadas por um CRAS, já num município de médio porte, 20% das famílias daquele município são referenciadas por um CRAS. Contatamos com isso que a qualidade do serviço tende a ser prejudicada e insuficiente, como em outros serviços públicos (REIS *et al.*, 1990; NEMES *et al.*, 2004).

É bom lembrar que tanto a família quanto o Estado são instituições imprescindíveis ao bom funcionamento das sociedades capitalistas. Os indivíduos que vivem em sociedade necessitam consumir, além de bens e mercadorias, serviços que não podem ser obtidos pela via do mercado. Para alguns destes, dependem dos serviços públicos ofertados pelo Estado; outros bens e serviços dependem da família, pela via de sua condição de provedora de afeto, socialização, apoio mútuo e proteção (CARVALHO, 2003, p. 268).

Os guias também esclarecem sobre a composição da equipe técnica do CRAS e sua funções (BRASIL, 2005b, p.9):

Quadro 1 – Equipe técnica do CRAS.

Categoria Profissional	Até 500 famílias atendidas/ ano	De 501 a 1000 famílias atendidas/ ano	Carga Horária (sugerida)
Assistente Social	1	2	40 horas semanais
Psicólogo	1	2	40 horas semanais
Auxiliar administrativo	1	2	40 horas semanais
Estagiários	4	6	
Coordenador	1	1	40 horas semanais

A determinação do psicólogo como integrante da equipe do CRAS garantiu uma maior entrada desses profissionais na Política de Assistência Social. Antes existiam

psicólogos atuando nessa política, mas somente depois dessa normativa o número de contratações cresceu rapidamente.

Sobre o número de psicólogos que trabalham nesse estabelecimento, o CFP (2010) e Macedo e Dimenstein (2011) comunicam que havia 5.807 psicólogos atuando em 4.569 unidades de CRAS em 2010. Em 2011, Macedo *et al.* (2011) relatam que havia 6.022 atuando no CRAS. A fonte para a coleta desses dados foi o Cadastro Nacional do SUAS (CadSUAS).

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2011, p.7) os psicólogos (as) têm muito a contribuir para o CRAS devido aos seus conhecimentos teórico-práticos e formas de abordagem das dimensões subjetivas e a sua vinculação com os fatores sociais, segundo se pode verificar a seguir:

Embasados na formação científica e profissional e capacitados para abordar as questões subjetivas articulando-as com as questões sociais, os psicólogos e as psicólogas têm contribuições importantes para oferecer às equipes técnicas interdisciplinares colaborando com a qualificação da compreensão dos problemas – individuais e coletivos –, ao considerar as questões da população e, assim, tornando mais efetivas as respostas a ela. Ao atuar com elementos subjetivos, psicólogas e psicólogos contribuem com a humanização do atendimento e com a qualificação da relação entre as equipes, os usuários da Assistência Social ou as comunidades inseridas em cada território.

Os guias de orientação descrevem as atividades que os técnicos (psicólogos, assistentes sociais etc.) devem desenvolver no CRAS. Em cada guia publicado, as funções dos técnicos vão se avolumando (BRASIL, 2005b, p.11):

- executar procedimentos profissionais para escuta qualificada individual ou em grupo, identificação de necessidades e oferta de orientações a indivíduos e famílias, fundamentados em pressupostos teórico-metodológicos, éticos e legais;
- articular serviços e recursos para atendimento, encaminhamento e acompanhamento das famílias e indivíduos;
- trabalhar em equipe;
- produzir relatórios e documentos necessários ao serviço;
- desenvolver atividades socioeducativas de apoio, acolhida, reflexão e participação, que visem o fortalecimento familiar e a convivência comunitária.

O termo socioeducativo é utilizado para qualificar muitas ações do CRAS, principalmente em relação ao atendimento em grupos, os chamados “grupos

socioeducativos”. Contudo, em nenhum dos guias de orientação (BRASIL, 2005, 2006a, 2006b, 2009a) existe uma definição dele. Em nossa análise, apenas constatamos que socioeducativo é empregado com sentido diferente do utilizado no ECA (BRASIL, 1990).

No universo da Assistência Social, a constelação criança/adolescente orbita em torno do astro-rei ‘socioeducativo’ e todas as atividades desenvolvidas nas entidades assistenciais parecem estar cobertas por esse significante-mestre que conota dimensões pedagógicas e terapêuticas, educativas e corretivas, de vigilância e de prevenção, de controle e de normalização [...] (BENELLI, 2012, p.63).

Em Brasil (2006b), são acrescentadas às atribuições dos técnicos o monitoramento e avaliação do serviço dos CRAS. Em Brasil (2009b, p.63), são inseridas mais algumas tarefas:

- Realização de atendimentos particularizados e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS;
- Realização da busca ativa no território de abrangência do CRAS e desenvolvimento de projetos que visam prevenir aumento de incidência de situações de risco;
- Acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades.

Os guias de orientação não fazem uma divisão das tarefas que devem ser exercidas pelos profissionais de nível superior que trabalham no CRAS, salvo a função de coordenador. Nesse estabelecimento, não existem atividades privativas nem funções específicas dos profissionais de acordo com a sua formação e capacitação acadêmica. Isso demonstra uma despreocupação com as peculiaridades técnico-teóricas que fundamentam cada serviço. Quando examinamos todas essas ações socioassistenciais desenvolvidas no CRAS, constatamos não haver dúvidas em relação à primazia de uma execução pragmática, sem haver antes um processo de reflexão, estudo e produção de conhecimento sobre essas práticas. Além disso, é de se destacar que, principalmente, faltam pesquisas que comprovem a eficácia dessas ações.

Essas atividades, descritas anteriormente, compõem os serviços socioassistenciais descritos na Tipificação (BRASIL, 2009b), que o CRAS deve desenvolver com seus usuários na sua área de abrangência.

O primeiro Serviço a ser considerado é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Ele é o principal serviço da proteção social básica e foi instituído pelo MDS (BRASIL, 2005b), mediante a portaria nº 78, de 18 de abril de 2004. Ele recebe financiamento direto do governo federal e tem como alvo as famílias vulneráveis socialmente.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico (BRASIL, 2009b, p. 82).

O PAIF tem como diretrizes metodológicas conhecer a realidade social (cultura, vulnerabilidade, costumes, valores, serviços sociais e socioassistenciais) das famílias que acessam ou podem acessar a rede socioassistencial (BRASIL, 2005b). Faz parte, ainda, das diretrizes promover campanhas para utilização das atividades oferecidas pela Política Pública de Assistência Social. Cabe, também a ele auxiliar as famílias em projetos de vida que minimizem as vulnerabilidades e estimulem o desenvolvimento de potencialidades de seus membros e comunidade. Também tem como diretriz discutir com as famílias questões pertinentes a sua realidade e relações (machismo, preconceito, trabalho, violência, laços afetivos etc.).

A Tipificação (BRASIL, 2009b) acrescenta que esse serviço deve promover a melhora das relações familiares no território, mediante a oportunização de vivências baseadas na dignidade, cidadania e justiça social.

Apesar de todas essas “boas intenções”, observamos que o PAIF tem pressupostos liberais ao localizar na família e no indivíduo os problemas (situações de risco) e as soluções (projetos de vida) para os problemas que têm interfaces culturais, históricas e econômicas. As ações desse serviço seguem o raciocínio segundo o qual uma família precisa aprender a lidar com suas “vulnerabilidades”, ignorando que estas,

muitas vezes, fazem parte dos efeitos do capitalismo. E o técnico entra como “professor” nesse processo, com o papel de:

Desenvolver a sociabilidade dos participantes, criar situações em que se possa experimentar a construção, o respeito e a transformação de regras; desenvolver as habilidades de argumentação e comunicação; estimular a cooperação; e experimentar formas éticas de resolução de conflitos [...] (BRASIL, 2006a, p.58).

Todavia, o CFP (2011) aponta que a conduta do psicólogo pode seguir outros caminhos para a superação das vulnerabilidades sociais. Por exemplo, a sua prática pode ser crítica e baseada na indivisibilidade entre o social, o cultural, o histórico e a subjetividade. Também deve contribuir e colaborar para a organização social e política da população atendida, estimulando assim uma superação coletiva dos problemas sociais.

Porém, geralmente as políticas públicas têm outra direção. Proença (2011, p.136) constata que:

[...] As políticas, em seus textos oficiais, mantêm, ainda, concepções que desqualificam o pobre e a pobreza, que desconhecem essas camadas da sociedade e suas necessidades e anseios. A prática de implantação de políticas públicas carregam, ainda, marcas de centralização do conhecimento e das intenções oficiais [...].

O sujeito se apropria da realidade a partir da sua história, do que vivenciou, e procurar mudanças substanciais nos indivíduos ignorando esse pressuposto é um erro. Por exemplo, atividades de conscientização que usam como ferramentas informes com conteúdo moralistas, preconceituosos, ameaçadores ou de esclarecimento sobre determinado assunto/tema não são suficientes para que haja uma re-significação e alteração da forma como o sujeito percebe esse assunto/tema, uma vez que ignora a dialética objetividade/subjetividade.

Nesse processo de objetivação/subjetivação, que é o único social e histórico, a realidade social encontra múltiplas formas de ser configurada. Tal configuração pode ocorrer sem desconstruir velhas concepções e emoções calcadas em preconceitos, visões ideologizadas, fragmentadas etc., de modo a não se apreender o novo com toda a novidade que pode conter, a negá-lo, resgatando vozes que dizem: não faça, não se arrisque, e a promover assim a repetição, a não-transformação (AGUIAR, 2011, p. 108).

Para que os pressupostos e diretrizes do PAIF sejam efetivados, são desenvolvidas ações voltadas para famílias que estão em vulnerabilidade social (BRASIL, 2005b, 2009b). Para uma melhor reflexão, exame e análise dessas atividades (recepção, acolhida, entrevista familiar, visita domiciliar, busca ativa, encaminhamentos e grupos), nós a relacionamos à violência doméstica contra a criança.

Recepção, acolhida e entrevista familiar: a família em situação de violência doméstica contra a criança é recepcionada, acolhida e entrevistada pela equipe do CRAS. As perguntas têm como objetivo fazer o levantamento das vulnerabilidades sociais, situações de risco e potencialidades da família. Esclarecemos que não existe um questionário oficial para essa atividade (BRASIL, 2005, 2006b, 2009a). No caso da violência doméstica, seriam feitos questionamentos em relação à dinâmica familiar e conflitos familiares, que são as vulnerabilidades relacionadas a essa temática. Uma das concepções da Política de Assistência Social em relação à violência doméstica contra a criança é considerá-la como resultado da fragilização dos vínculos familiares (BRASIL, 2011a), aproximando muito do que é colocado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 1997, 2002, 2005a, 2010) sobre a etiologia.

Visita para as famílias ou visita domiciliar: é o deslocamento dos técnicos até a casa do usuário. Ela tem muitos propósitos, contudo seguem a tendência de colher, ou complementar, as informações dos usuários ou potenciais usuários (busca ativa). No caso da violência doméstica, partiria de uma verificação do ambiente doméstico (se este favorece os episódios de violência doméstica). Por exemplo, a divisão dos quartos no caso da violência sexual doméstica (AZEVEDO; GUERRA, 1997).

A busca ativa é a atividade realizada pelos trabalhadores do CRAS e tem como objetivo investigar as vulnerabilidades e os perigos sociais da sua área de abrangência. Essa busca se dá mediante o contato dos técnicos com os moradores em seu ambiente.

A busca ativa possibilita o conhecimento do território e das famílias. Isto pode ocorrer na ação cotidiana dos técnicos, quando estes treinam o olhar de modo a perceber que cada atividade, contato ou ação intencional disponibiliza informações que, sistematizadas, constituem um diagnóstico social que contribui para a ação preventiva e para o planejamento de serviços necessários (BRASIL, 2009a, p. 30).

Encaminhamentos: as famílias atendidas pelo CRAS são encaminhadas para a rede social e/socioassistencial, como forma de complementar suas ações. Por exemplo, o encaminhamento da criança que sofreu violência doméstica para CREAS e/ou para um atendimento psicoterápico no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Um ponto importante de enfrentamento da violência doméstica contra a criança é traduzido pelo trabalho de rede que o CRAS estabelece com o CREAS (BRASIL, 2009a). Essa articulação é necessária para que o atendimento aos usuários, dentro da Política de Assistência Social, seja integral, isto é, que os usuários sejam assistidos tanto pela proteção social básica quanto pela proteção social especial. O CREAS, por ser um estabelecimento da proteção social especial, trabalha diretamente com a violência doméstica contra a criança por intermédio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Resta saber se o processo de rede acontece de forma eficiente.

Quando funciona como uma nova estratégia de gestão empresarial aplicada no plano estatal, a concepção de rede não é levada a suas últimas consequências, nem se implementam as mediações necessárias para a sua efetivação: falta vontade política, formação e capacitação; e sobretudo implicação ética pessoal e coletiva para romper com o modelo piramidal [...] (BENELLI; COSTA-ROSA, 2010, p.35-36).

Os guias de orientações (BRASIL, 2005, 2006b, 2009a) descrevem a atividade grupal (grupo socioeducativo) que deve ser desenvolvida com o público do PAIF. Em Brasil (2005b), são enumerados os objetivos que devem ser trabalhados neles. De forma resumida, podemos relatar que essa ferramenta procura disponibilizar a interação entre os participantes, oferecendo um espaço de troca de experiências, vivências e apoio mútuo na melhoria da qualidade de vida dos participantes. Os guias também consideram imprescindível refletir com os participantes a importância da família e suas transformações sociais em relação aos papéis familiares e suas competências. A Tipificação (2009b) complementa que nos grupos socioeducativos devem ser trabalhados aspectos ligados aos riscos sociais no território, favorecendo a convivência familiar e entre os vizinhos.

Essa preocupação especial com a família se deve às mudanças que tem sofrido essa instituição.

A família estaria em crise e perdendo algumas de suas funções tradicionais de reprodução social e econômica: a transmissão do patrimônio (que foi substituída pela primazia da renda individual), a gestão das alianças (os filhos atualmente possuem círculos sociais autônomos), a promoção social de seus membros (as possibilidades de ascensão social estão cada vez mais restritas) [...] (BENELLI, 2009, p. 521).

O uso de grupos como ferramenta de apoio para o cumprimento dos objetivos da proteção social básica é muito recomendado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS (BRASIL, 2005, 2006b, 2009a, 2009b). Isso é tão evidente que, no guia de orientação do CRAS de 2006 (BRASIL, 2006b), são sugeridas 67 dinâmicas de grupo (técnicas de grupo) para serem utilizadas nas atividades grupais.

As técnicas servem para facilitar a sensibilização e a comunicação no grupo e para estimular as funções cognitivas, motoras e sociais dos participantes. Cada pessoa participa à medida de sua possibilidade e dentro de seu ritmo, desenvolvendo suas capacidades. Os indivíduos serão estimulados a participar, mas ninguém deve ser pressionado a alcançar um dado resultado (BRASIL, 2006b, p.83).

O grupo é uma instância de socialização dos sujeitos, através da ação e interação de seus membros. No grupo, a experiência de cada um pode ser comunicada e receber novos sentidos; as atitudes de cada membro podem ser repensadas; e as relações novas podem trazer a possibilidade de revisão e superação do que foi anteriormente vivido (BRASIL, 2006, p. 52-53).

A justificativa do uso dos grupos socioeducativos representam certo psicologismo, isto é, promove um velamento dos problemas sociais quando atua de forma a considerá-los como questões afetivas e adaptativas (BENELLI, 2009). Esse pressuposto reafirma a ideia de que os problemas sociais são causados por aspectos individuais da personalidade.

Disto resulta uma representação dos conceitos psicológicos voltada à análise de entidades fixas e estáveis, o que contribui para excluir a subjetividade da investigação científica e reafirmar tendências dicotômicas na compreensão dos fenômenos psicológicos (PALMIERI; MARTINS, 2008, p.774).

No caso da violência doméstica contra a criança, os grupos socioeducativos trabalhariam somente as questões pessoais e familiares relacionadas ao fenômeno, desconsiderando os fatores sócio-históricos também presentes. Isso promoveria uma visão incompleta, uma vez que a violência é multideterminada. Como bem afirma Minayo:

É, hoje, praticamente unânime, por exemplo, a idéia de que a violência não faz parte da natureza humana e que a mesma não tem raízes biológicas. Trata-se de um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial, mas seu espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade. Portanto, para entendê-la, há que se apelar para a especificidade histórica. Daí se conclui, também, que na configuração da violência se cruzam problemas da política, da economia, da moral, do Direito, da Psicologia, das relações humanas e institucionais, e do plano individual (MINAYO, 1994, p.7).

O segundo serviço desenvolvido no CRAS é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (BRASIL, 2009b). Trata-se de um trabalho realizado em grupos divididos em ciclos de vida. Os seus participantes são membros das famílias acompanhadas e/ou atendidas no CRAS (BPC⁹, PAIF, PBF, pessoas com deficiência etc.). Os grupos são divididos por faixa etária e possuem objetivos gerais e específicos. Todos os grupos devem propiciar a interação social, promovendo o fortalecimento dos vínculos entre os participantes, familiares e comunitários, além de incentivar a troca de experiências de todos. Desse modo, o grupo de convivência deve auxiliar no desenvolvimento de potencialidades pessoais e sociais e na minimização e vulnerabilidades.

DESCRIÇÃO GERAL: Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de

⁹Benefício de Prestação Continuada: previsto na LOAS e no Estatuto do Idoso, é provido pelo Governo Federal, consistindo no repasse de 1 (um) salário mínimo mensal ao idoso (com 65 anos ou mais) e à pessoa com deficiência que comprovem não ter meios para suprir sua subsistência ou de tê-la suprida por sua família. Esse benefício compõe o nível de proteção social básica, sendo seu repasse efetuado diretamente ao beneficiário (BRASIL, 2005, p.60).

identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

O termo “potencialidade” é muito utilizado na proteção social básica, porém, nos guias de orientação do CRAS (BRASIL, 2005, 2006b, 2009a), não foram feitas discussões, análise e conceituação do seu significado, sendo assim utilizado de forma indiscriminada. Podemos supor que ele se refere ao desenvolvimento de capacidades, habilidades e competências pessoais que protegem o indivíduo de mazelas pessoais e sociais. Portanto, o desenvolvimento de potencialidades propõe novamente uma responsabilização do indivíduo pelos seus problemas, sem levar em conta os fatores sociais. De acordo com o Conselho Federal do Serviço Social - CFESS (2007, p. 23), a atuação do psicólogo no CRAS deve seguir outra concepção, segundo se lê em:

Uma Psicologia comprometida com a transformação social toma como foco as necessidades, objetivos e experiências dos(as) oprimidos(as). Nesse sentido, as práticas psicológicas não devem categorizar, patologizar e objetificar a classe trabalhadora, mas buscar compreender os processos estudando as particularidades e circunstâncias em que ocorrem. Os processos devem ser compreendidos de forma articulada com os aspectos histórico-culturais da sociedade, produzindo-se a construção de novos significados ao lugar do sujeito-cidadão autônomo e que deve ter vez e voz no processo de tomada de decisão e de resolução das dificuldades e problemas vivenciados.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (BRASIL, 2009b) tem abordagem específica para a infância. Esse interesse da Assistência Social pela criança já vem de longa data.

Ferreira (2010) comenta que, no final do século XIX, o Brasil passou por mudanças sociais e econômicas, como, por exemplo, a abolição da escravatura. Durante o período escravocrata, os filhos de escravos acompanhavam seus pais em toda a sua penosa rotina. Contudo, depois da abolição, os escravos, agora homens livres, não podiam levar seus filhos para os locais de trabalho. Não só os homens, mas também as mulheres faziam parte da força de trabalho. A autora esclarece que essa impossibilidade dos pais alforriados estarem próximos de seus filhos contribuiu para a

presença de crianças nas ruas jogando, fazendo pequenas atividades remuneradas e/ou pedindo esmolas.

Sobre esse período, Roman (2000) informa que, no início da República, a atenção com a infância pobre mudou de responsabilidade, passando das instituições religiosas para o Estado. Este, temendo que as crianças abandonadas (grupo de risco) pudessem causar problemas para ordem pública, instituiu demandas específicas de assistência, como forma de contenção da marginalidade e seus desdobramentos para elas. Nesse momento, ficam evidentes duas conceituações diferentes relacionadas a esse ciclo de vida: nas famílias ricas – criança, nas pobres – menor.

Dessa forma, surgiu a demanda de um lugar onde essas crianças poderiam ser cuidadas enquanto os seus pais exerciam atividades laborais. Assim, a primeira creche no Brasil surgiu em 1889. As creches tinham precárias estruturas, funcionando como depósito de crianças. Consequentemente, o índice de mortalidade nessas instituições era muito alto (FERREIRA, 2010, p. 20).

[...] a creche foi implantada tendo como modelo os asilos, com a preocupação direcionada à sobrevivência. A diferença entre creches e asilos era o fato de que, nas primeiras, as crianças permaneciam apenas durante a jornada de trabalho de seus pais, enquanto que as instituições asilares funcionavam como moradia onde se permanecia longo período da vida.

Zaniani (2008) afirma que esses estabelecimentos de caridade eram incumbidos de preparar a criança para viver em sociedade. Muitos médicos (higienistas e sanitarista) desse período acreditavam que mudanças nas condutas pessoais e familiares seriam a resposta para a modificação de problemas sociais. O conhecimento científico, pautado no positivismo, estava em plena ascensão, tornando a criança objeto de novos campos científicos.

Dentro dessa lógica [positivista], a complexidade, os processos fluídos são meras ilusões; a realidade seria ordenada por leis simples que regem os fenômenos físicos, biológicos e sociais, cuja descrição fidedigna pressupõe a adoção de instrumentos válidos, prescindindo do sujeito do conhecimento, bem como do contexto cultural em que se insere a atividade de pesquisa [...] (MARTINS, 2004, p.86).

Christiano (2010, p. 52) acrescenta que nessa época as crianças e adolescentes foram alvo de técnicas disciplinares também baseadas em pressupostos utilitaristas.

Sua vida passou a ser valorizada, visto que poderia tornar-se um adulto produtivo, pois para que homens e mulheres contribuíssem espontaneamente para o crescimento de sua nação deveriam receber desde muito cedo treinamento árduo e contínuo capaz de baixar todas as resistências e de transformá-los em indivíduos participantes de uma sociedade. Para isso, nada melhor do que concentrar esforços em criar, educar e disciplinar crianças [...].

Essa situação ainda não cessou. Benelli (2012) relata que as entidades assistenciais de atenção às crianças tendem a oferecer atividades pedagógicas, socializadoras, psicológicas no contra turno escolar. Essas atividades são utilizadas para que as crianças estejam ocupadas quando não estão na escola, assim evitando que fiquem na “rua”, podendo sofrer riscos para si ou provocar riscos para os outros. O pesquisador comenta que essas atividades, denominadas socioeducativas, têm objetivos sociais duvidosos em relação ao protagonismo e emancipação social.

No Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, os grupos de convivência formados por crianças são organizados em duas faixas etárias (0 a 6 anos e de 7 a 15 anos), mas a Tipificação não esclarece os critérios utilizados nessa divisão (BRASIL, 2009a). Podemos supor, no entanto, que essa organização segue a tendência em dividir as ações de acordo com as peculiaridades de cada faixa etária. Porém, estabelecer o mesmo formato de trabalho em todos os grupos é também ignorar essas peculiaridades.

Os grupos com crianças de até 6 anos têm como objetivos específicos trabalhar os temas, as relações familiares e o trabalho infantil. As crianças participam junto com os seus responsáveis. Nesse grupo, deve-se criar um espaço para que as famílias falem de seus problemas e demandas, recebendo auxílio dos outros participantes para a resolução de suas dificuldades vivenciais (BRASIL, 2009b, p.83).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA CRIANÇAS DE ATÉ 6 ANOS:

- Complementar as ações de proteção e desenvolvimento das crianças e o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais;
- Assegurar espaços de convívio familiar e comunitário e o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade;
- Fortalecer a interação entre crianças do mesmo ciclo etário;

- Valorizar a cultura de famílias e comunidades locais, pelo resgate de seus brinquedos e brincadeiras e a promoção de vivências lúdicas;
- Desenvolver estratégias para estimular e potencializar recursos de crianças com deficiência e o papel das famílias e comunidade no processo de proteção social;
- Criar espaços de reflexão sobre o papel das famílias na proteção das crianças e no processo de desenvolvimento infantil.

Partindo dos objetivos acima citados, podemos supor que, se esse grupo estivesse trabalhando a temática da violência doméstica contra a criança, ele forneceria informações, reflexões, vivências sobre os problemas acarretados por esse fenômeno. Porém, em nenhum momento esses objetivos transcenderiam questões individuais, familiares e de convivência comunitária junto aos participantes (crianças e responsáveis). Martin-Baró (2003) afirma que é um equívoco acreditar que a violência somente é constituída por elementos pessoais e familiares. Esse autor esclarece que fazem parte da sua composição: a intencionalidade, a significação, a justificativa etc. Num primeiro momento, podemos supor que esses elementos se referem apenas a fatores pessoais, o que é um erro, pois eles também sofrem influência de fatores sociais.

A violência tem características históricas e, portanto, é impossível entendê-la fora do contexto social em que ocorre. A necessária ligação entre a violência e a justificação obriga a examinar o ato de violência contextualizando os interesses específicos e valores que caracterizam cada sociedade ou grupo social em um determinado momento da história [...] (MARTÍN-BARÓ, 2003, p.81, tradução nossa)¹⁰.

Grupos com crianças e adolescentes de 6 a 15 anos têm como metas particulares as questões sobre construção da cidadania, participação social, protagonismo e autonomia. Também devem ser discutidos aspectos referentes à violação de direitos, para que os adolescentes e as crianças possam evitar ocasiões perigosas para o risco pessoal e social (BRASIL, 2009b, p.83)

¹⁰[...] la violencia tiene um carácter histórico y, por consiguiente, es imposible entenderla fuera del contexto social em que se produce. Na necesaria vinculación entre violencia y justificación obliga a examinar el acto de violencia en el marco de los intereses y valores concretos que caracterizan a cada sociedad o a cada grupo social en un momento determinado de sua historia [...] (MARTÍN-BARÓ, 2003, p.81).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 15 ANOS:

- Complementar as ações da família e comunidade na proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais;
- Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo;
- Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural das crianças e adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã;
- Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo;
- Contribuir para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.

Os objetivos desse grupo repetem a perspectiva de que fatores individuais, familiares e interpessoais são responsáveis pelas transformações sociais, bastando mudanças nesses elementos. Uma análise histórica e social diante das questões subjetivas e culturais é ignorada, fortalecendo desse modo a crença de que déficits pessoais são os causadores de problemas sociais.

Que lugar o psicólogo ocupa como coordenador desse grupo? Nessa atividade, esse profissional é investido de várias funções: complementador, assegurador, fortalecedor, valorizador, desenvolvedor, criador, proporcionando uma melhora na vida das famílias. Contudo, sabemos que o psicólogo deve agir de forma bem diferente. Ele deve incentivar a emancipação social dos seus usuários, provocando um olhar crítico, sócio-histórico e reivindicador (CFP, 2009a, 2009b, 2010, 2011).

O Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para Pessoas com deficiência e idosas é o terceiro serviço socioassistencial a ser desenvolvido pelo CRAS. Esse serviço tem como função prevenir o rompimento dos vínculos familiares, que podem ser afetados pelos agravos da situação de vulnerabilidade (pessoa com deficiência, idoso) que a família possui. Quanto aos idosos e pessoas com deficiência, esse serviço deve evitar o seu isolamento social e assegurar os seus direitos sociais (educação, trabalho, saúde etc.).

Para a realização desses objetivos o serviço deve desenvolver atividades que fomentem o protagonismo social e autonomia mediante o fortalecimento das relações familiares, potencialidades pessoais e a minimização dos riscos sociais. De acordo com

a Tipificação (BRASIL, 2009b, p. 85), esse serviço deve proporcionar aos seus usuários:

- Prevenção da ocorrência de situações de risco social tais como o isolamento, situações de violência e violações de direitos, e demais riscos identificados pelo trabalho de caráter preventivo junto aos usuários;
- Redução e prevenção de situações de isolamento social e de abrigo institucional;
- Redução da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência;
- Famílias protegidas e orientadas;
- Pessoas com deficiência e pessoas idosas inseridas em serviços e oportunidades;
- Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais;
- Ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais.

Esse serviço possui atributos e metas semelhantes aos dos outros serviços analisados anteriormente. Entretanto, todas as suas atividades são desenvolvidas na residência do usuário, diferentemente do PAIF e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que tem atividades executadas no CRAS. A realização das ações na casa do usuário gera vários questionamentos éticos da privacidade e da intrusão da rotina familiar. Como nos outros serviços, as ações estão voltadas para resolução de problemas pessoais e familiares, sem se ater à macroestrutura e à sua influência na subjetividade e nas relações interpessoais.

A violência contra crianças e adolescentes faz parte de uma cultura baseada em concepções de infância, adolescência, sexualidade e violência que não estão descoladas das relações econômicas, de gênero e de raça que configuram a estrutura da nossa sociedade. Embora muitas vezes se esteja diante de um indivíduo e, no máximo, de uma família, não se pode perder de vista que a violência é sempre fenômeno a ser contextualizado e considerado em sua complexidade (CFP, 2009, p.34).

O CRAS, por meio dos seus serviços socioassistenciais, tem muito a contribuir para o enfrentamento da violência doméstica contra a criança. Todavia é necessário que as suas ações superem o caráter de culpabilização unicamente dos indivíduos e de suas famílias por seus problemas. É primordial que os fatores sociais presentes na violência também sejam trabalhados nas atividades, promovendo um olhar multicausal sobre esse fenômeno. O psicólogo, mediante um olhar sócio-histórico sobre a violência

doméstica contra a criança, é um agente essencial para a mudança da concepção liberal presente nesse fenômeno e nos problemas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica contra a criança tem recebido atenção da sociedade, da mídia, do Estado e de vários pesquisadores de diversos campos do conhecimento. Em parte, isso se deve ao fato dela ser presente no cotidiano das pessoas e das famílias. Quem nunca sofreu um ato de violência? Quem nunca presenciou um ato de violência doméstica? Quem nunca ficou sabendo de um ato de violência doméstica contra a criança? Ouvimos vários relatos: “a criança que apanhou da mãe com cabo de vassoura”, “o bebê que foi esquecido dentro do carro”, “a criança que bebeu água sanitária”, “o tio que engravidou a sobrinha”, “o pai que prostituiu a filha”, “a madrasta que atirou a enteada pela janela do prédio” etc. Essas histórias não são ficção; ao contrário, notícias como essas aparecem rotineiramente nos jornais, revistas e na televisão.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, ao problematizar a violência doméstica contra a criança, formulamos vários questionamentos. O primeiro diz respeito às concepções que embasam os serviços que o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS oferece para as pessoas e/ou famílias que estão em vulnerabilidade pessoal e social decorrente da violência doméstica contra a criança. Constatamos pelo menos três concepções acerca da violência doméstica contra a criança contida nos documentos analisados nessa dissertação. Esse fenômeno tenta ser aplicado a partir de explicações centradas:

a) no indivíduo - indivíduo tem problemas psiquiátricos, ou é perverso, ou é ignorante sobre como educar o filho, ou não percebe a criança como um sujeito de direitos. De acordo com essa concepção, basta conscientização, tratamento ou punição dessa pessoa para que a violência doméstica deixe de existir.

b) na família - características familiares como causadoras do problema. São famílias “desequilibradas”, “disfuncionais”, em que as funções de pais e filhos se confundem, não havendo limites; ou pais muito autoritários que visam domesticar os filhos. Nessa concepção, a violência doméstica pode envolver a terapia familiar, a conscientização sobre o papel de cada um e a punição dos responsáveis.

c) na multideterminação - concepção que considera a violência doméstica como sendo multideterminada, entendida a partir da composição de elementos subjetivos, sociais, culturais, históricos, ou seja, como um processo constituído por condições objetivas e subjetivas, retirando a responsabilidade do indivíduo e/ou da família como únicos causadores e responsáveis por esse fenômeno.

Através de uma análise crítica utilizando como referencial teórico a Psicologia Sócio-Histórica do material produzido pela pesquisa bibliográfica e documental acerca da violência doméstica contra a criança e da Política Pública da Assistência, especificamente o CRAS conseguimos identificar as contribuições que o CRAS tem a oferecer para essa questão, isto é, os serviços socioassistenciais.

Em nossa análise concluímos que os serviços oferecidos pelo CRAS, e da Política Pública da Assistência Social, são concebidos e baseados numa perspectiva que culpa o indivíduo e/ou suas famílias pelas suas vulnerabilidades sociais e pessoais. Essa perspectiva não é um mero acaso, ela está fundada na visão liberal e individualista que permeia o Sistema Capitalista, refletindo no Governo e nas suas Políticas Públicas. Essa visão responsabiliza o indivíduo por problemas sociais que são gerados pela desigualdade social e má distribuição de renda.

No capítulo IV descrevemos o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos e o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos. Neles evidenciamos como instrumentos e atenção à violência doméstica: atendimentos particularizados, visitas domiciliares, busca ativa, acompanhamento familiar, trabalho social com as famílias, Recepção, acolhida, entrevista familiar, encaminhamentos, grupos socioeducativos, grupos de convivência e psicoterapia (como insistem em oferecer alguns CRAS apesar dessa atividade ser vetada pelo MDS). Será que esses procedimentos aplicados às pessoas e/ou famílias, que são atendidas pelo CRAS, são eficazes no enfrentamento da violência doméstica contra a criança? Não temos uma resposta para esse questionamento, pois este não foi o tema da presente pesquisa. Sobre este assunto, percebemos a necessidade de novas investigações, como por exemplo, a realização de pesquisa de campo para melhor apreender a amplitude das ações realizadas no CRAS. Ainda assim, podemos supor que buscar combater um

problema social, que no presente estudo é a violência doméstica contra a criança, através de resoluções individuais e/ou familiares, logicamente parece inviável e fadado ao fracasso. Essas suposições também podem se estendidas para todas as teorias psicológicas que negam a violência doméstica como um problema também social.

Portanto, nessa ótica individualista e liberal, o CRAS nos serviços socioassistenciais ignora a dimensão subjetiva (formas de interpretação, significação da realidade, fatores afetivos) e social (cultura, sociedade, historicidade) de seus usuários, impossibilitando a construção de autonomia e protagonismo do sujeito e da sua coletividade. Como consequência, o CRAS acaba sendo um agente de violência, ao negar a possibilidade de autonomia e promover a reprodução dos pressupostos contidos no Sistema Capitalista, perpetuando a violência estrutural. Outra investigação que se faz necessária é pensar formas de enfrentamento das vulnerabilidades sociais, no nosso caso da violência doméstica, numa perspectiva que contemple fatores históricos e sociais.

A Assistência Social, em seus documentos oficiais, é colocada como direito universal. Entretanto para participar de seus serviços existem critérios rígidos de inclusão que podem acabar produzindo novas formas de exclusão e violência. Os serviços socioassistenciais são as principais contribuições que o CRAS tem em relação à violência doméstica contra a criança. Essa unidade é o local de funcionamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos e do Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

Todos esses serviços são voltados para a prevenção e o enfrentamento das vulnerabilidades e riscos sociais mediante o desenvolvimento das potencialidades pessoais. A Assistência Social considera a violência doméstica contra a criança uma vulnerabilidade social. Desse modo, as soluções aos problemas deveriam envolver também uma análise das condições que afetam não apenas as relações familiares e pessoais, mas os elementos da macroestrutura sócio-política.

Diante dessas considerações, destacamos a importância do papel do psicólogo nesse estabelecimento. O Conselho Federal de Psicologia - CFP orienta e recomenda que esse profissional atue numa perspectiva que vise contextualizar o problema da

violência doméstica contra a criança, mediando a formulação de propostas e intervenções que incluam a participação de todos os envolvidos no processo, a fim de que mudanças significativas possam ser produzidas. Essas orientações e recomendações são coerentes, contudo podemos fazer o seguinte questionamento: o psicólogo inserido num contexto social e econômico, que permeia as atividades do CRAS, agindo de forma individual tem força suficientemente capaz para modificar as concepções presentes nos serviços socioassistenciais e torná-los compatíveis com as orientações e recomendações do CFP? Exigir que o psicólogo tenha esse papel no CRAS não é de certa forma responsabilizá-lo por questões mais amplas, dando novamente saídas individuais para problemas coletivos e sócio-históricos? Aqui pontuamos a necessidade de pesquisas sobre esses questionamentos.

Refletindo sobre o que foi constatado nesse estudo, evidenciamos que o CRAS possui recursos para a implantação de serviços importantes para o enfrentamento da violência doméstica contra a criança. Entretanto essa problemática deve ser encarada de forma abrangente, considerando os elementos subjetivos e objetivos que fazem parte desse fenômeno, evitando uma responsabilização do indivíduo e/ou família, como é feito atualmente pelos serviços socioassistenciais.

Sugerimos também que os planejadores, gerenciadores e executores da Política Pública da Assistência Social, principalmente os envolvidos diretamente em suas atividades, sejam questionados e cobrados (pela sociedade civil, pelos pesquisadores, pelos usuários do serviço etc.) pela eficácia das ações destinadas à população, propondo alternativas que possam realmente resolver o problema e não gerar novas formas de exclusão social e violência.

Para tanto, é necessário que o CRAS seja um espaço de participação social efetiva, no qual seus trabalhadores (assistentes sociais, psicólogos, equipe gestora e demais funcionários) precisem agir em consonância com os princípios dos Direitos Humanos e de Justiça Social.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R. da; MARTINS, S. T. F. (Orgs.). **O método histórico-social na psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2005.

ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. (Orgs.). **Família: redes, laços e Políticas Públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003. p. 267-290.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA. **Dados sobre violência doméstica praticada contra criança e adolescente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.observatoriodainfancia.com.br/IMG/pdf/doc-99.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2011.

AGÊNCIA ESTADO. Acusado de jogar filho no Rio Tietê é condenado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,acusado-de-jogar-filho-no-rio-tiete-e-condenado,acusado-de-jogar-filho-no-rio-tiete-e-condenado,848801,0.htm>>. Acesso em 16 mar. 2012.

AGUIAR, W. M. J.. Consciência e atividade: categorias fundamentais da Psicologia Sócio-Histórica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. (Orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 95-110.

AGUIAR, W. M. J.. Reflexões a partir da psicologia sócio-histórica sobre a categoria consciência. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 110, p. 125-142, jul. 2000.

ALVES, H. C.; EMMEL, M. L. G. Abordagem bioecológica e narrativas orais: um estudo com crianças vitimizadas. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 39, p. 85-100, 2008.

AMARAL, L. R. O. G. do. A violência intrafamiliar na perspectiva de médicos pediatras. In: MATTIOLI, O. C.; ARAÚJO, M. de F.; GUIMARÃES, J. L. (Orgs.). **A Violência nos Contextos Familiar e Social: os desafios da pesquisa e da intervenção**. Curitiba: CRV, 2009. p. 35-58.

AMARAL, L. R. O. G. do; MATTIOLI, O. C. Acidentes Infantis e Violência Doméstica. In: ARAÚJO, M. de F.; MATTIOLI, O. C. (Orgs.). **Gênero e Violência**. Assis: Arte e Ciência, 2004. p. 111-141.

ANDRADE, L. F. de. **O Psicólogo no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Fortuna de Minas - MG: na trilha cartográfica dos territórios subjetivos**. 2009, 123f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, Belo Horizonte, 2009. Disponível em:

<http://www.pucminas.br/documentos/dissertacoes_laura_freire.pdf> Acesso em 12 Ago. 2012.

ANTUNES, M. A. M. Materialismo histórico-dialético: fundamentos para a pesquisa em história da psicologia. In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R. da; MARTINS, S. T. F. (Orgs.). **O método histórico-social na psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 105-117.

ASSIS, S. G. et al. Violência e representação social na adolescência no Brasil. **Revista Panamericana Salud Publica**, Washington, v.16, n.1, p. 43-51, 2004.

AVANCI, et al. Quando a convivência com a violência aproxima a criança do comportamento depressivo. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 383-394, 2009.

AZAMBUJA, M. R. F. A inquirição da criança e do adolescente no âmbito do Judiciário. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção**. Brasília, 2010a. p. 69-76.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. de A. **A violência doméstica na infância e na adolescência**. São Paulo: Robe editorial, 1995.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. de A.; VAICIUNAS, N. Incesto Ordinário: a vitimização sexual doméstica da mulher-criança e suas conseqüências psicológicas. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. de A. (Orgs.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1997. p. 195-209.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. de A. **Violência Psicológica: Vozes da Juventude**. São Paulo: PSA/IPUSP, 2001.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. de A. Vitimação e vitimização: questões conceituais. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. de A. (Orgs.). **Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989. p. 25-47.

BARCELLOS, W. B. E. **Violência Intrafamiliar: Ressonâncias na prática do psicólogo**. 2006, 136f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://www.labsfac.ufsc.br/documentos/dissertacaoWandaBarcelos.pdf>> Acesso em: 18 Jul. 2010.

BENELLI, S. J. A cultura psicológica no mercado de bens de saúde mental contemporâneo. **Estudos de Psicologia**: Campinas, v. 26, n. 4, p. 515-536, out/dez. 2009.

BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. A construção de redes sociais: entre a conexão e a captura na gestão dos riscos sociais. In: CONSTANTINO, E. P. (Org.). **Psicologia, Estado e Políticas Públicas**. Assis: Unesp, 2010. p. 25-85.

BENELLI, S. J. Pistas pedagógicas para a socioeducação de crianças e adolescentes na entidade assistencial. In: MATTIOLI, O. C.; ARAÚJO M. F.; RESENDE, V. da R. (Orgs.). **Família, Violência e Políticas Públicas**. Curitiba: Editora CRV, 2012. p. 59-87.

BENEVIDES, R.; PASSOS, E. A humanização como dimensão pública. **Ciência & Saúde Coletiva**: Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 561-571, 2005.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BERNARDES, L. H. G. **Subjetividade: um objeto para uma psicologia comprometida com o social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

BLANCO, A.; CORTE, L. de la. Psicología Social de La Violencia: Introducción a la Perspectiva de Ignacio Martín-Baró. In: MARTÍN-BARÓ, I. **Poder, Ideología y Violencia**. Madrid: Editorial Trotta, 2003. p.9-62.

BOCK, A. M. B. A Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. (Orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 15-35.

BOCK, A. M. B. et al. Sílvia Lane e o Projeto do “Compromisso Social da Psicologia”. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 46-56, 2007.

BOCK, A. M. B. Formação do Psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 37-42. 1997.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BOCK, A. M. B.; Gonçalves, M. da G. M.; FURTADO, O. (Orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOCK, A. M. B. O lugar da Psicologia Social na Formação dos Psicólogos. In ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL, 10., 1999, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 1999. p. 1-10.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação?** 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BOTARELLI, A. **O psicólogo nas políticas de proteção social**. 2008, 133f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Departamento de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=109136> Acesso em: 5 Ago. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional da Assistência Social **Censo Suas 2010 mostra aumento de unidades de Assistência Social em todo país**. Brasília, DF, 2011a. Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/censo-suas-2010-mostra-aumento-de-unidades-de-assistencia-social-em-todo-o-pais>>. Acesso em 16 mar. 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de Outubro 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Decreto n 1605, de 25 de agosto de 1995. Regulamenta o Fundo Nacional da Assistência Social, instituído pela Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 ago. 1995. Seção 1, p. 13141.

BRASIL. Decreto n 5.085, de 19 de Maio 2004. Define as ações continuadas de assistência social. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 mai. 2004a. Seção 1, p. 3.

BRASIL. Lei 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Seção 1, p. 13563.

BRASIL. Lei nº8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 08 dez. 1993. Seção 1, p. 1869.

BRASIL. Lei n 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei 8742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 jul. 2011b. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde**. Brasília, 2010. 104p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço**. Brasília, 2002. 100p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília, 2005a. 342p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Serviço de Assistência à Saúde do Adolescente. **Violência contra a criança e o adolescente: proposta preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica**. Brasília, 1997. 26p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional da Assistência Social. **Guia de Orientações Técnicas SUAS nº 1: Proteção de Social Básica de Assistência Social**. Brasília, 2005b. 51p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional da Assistência Social. **Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do SUAS**. Brasília, 2006a. 164p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional da Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social**. Brasília, 2009a. 72p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional da Assistência Social. **Proteção Social Básica do Sistema Único da Assistência Social: Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social – Versão Preliminar**. Brasília, 2006b. 75p.

BRASIL. Resolução n 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 nov. 2009b. Seção 1, p. 82.

BRASIL. Resolução n 130, de 15 de julho de 2005. Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB SUAS. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jul. 2005c. Seção 1, p. 57.

BRASIL. Resolução n 145, de 15 de Outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 out. 2004b. Seção 1, p. 110.

BUENO, A. R. Vitimização física: identificando o fenômeno. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. de A. (Orgs.). **Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989. p. 105-113.

CALADO, S. dos S.; FERREIRA, S. C. dos R. **Análise de documentos: método de recolha e análise de dados**. Lisboa, Universidade de Lisboa, 2006. 13f. Notas de aula. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>> Acesso em: 30 out. 2011.

CALMON, P. Avaliação de Políticas públicas: tradições e vícios. Mesa Redonda: O Estado Brasileiro e as Políticas Públicas. SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: IDENTIDADE PROFISSIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: O DIÁLOGO COORPORATIVO COM O ESTADO, 3., 2005, Salvador, **Anais...** Salvador: 2005, 134-150.

CARVALHO-BARRETO, A. de. et al. Desenvolvimento Humano e Violência de Gênero: Uma Integração Bioecológica. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.21, n.1, p. 86-92, 2009.

CARVALHO, M. C. B. de. Família e Políticas Públicas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. (Orgs.). **Família: redes, laços e Políticas Públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003. p. 267-290.

CENTRO DE REFERÊNCIA ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA. **O Fim da Omissão: a implantação de pólos de prevenção à violência doméstica**. São Paulo: Instituto Sedes Sapientiae, 2004. 72p.

CENTRO DE REFERÊNCIA ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA. **Reconstrução de Vidas: como prevenir e enfrentar a violência doméstica, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes**. São Paulo: Instituto Sedes Sapientiae, 2008. 96p.

CHRISTIANO, A. P. **O Psicólogo na rede socioassistencial de atendimento a crianças e adolescentes**. 2010, 137f. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Sociedade) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2010. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/37842>> Acesso em 6 Ago. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção**. Brasília, 2010a. 124 p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – Informações para gestoras e gestores**. Brasília, 2011. 28p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Direitos sociais para construir cidadania. **Revista Diálogos**: Brasília, v. 7, n. 7, p. 12-16, jun. 2010b.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Falando sério sobre a escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção – Propostas do Conselho Federal de Psicologia**. Brasília: 2009a. 165 p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS**. Brasília, 2007. 46p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo**. Brasília, 2009b. 92p.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social**. Brasília, 2007. 52p.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **Vale Cidadania: a psicologia e sua interface com a Assistência Social**. São Paulo, 2010, 34p.

CONSTANTINO, E. P.; PEREZ, D. K.; SILVA, C. M. R. O psicólogo nas políticas públicas sociais: reflexões sobre as práticas psi. In: CONSTANTINO, E. P. (Org.). **Psicologia, Estado e Políticas Públicas**. Assis: Unesp, 2010. p. 87-108.

CORSETTI, B. A análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. **Unirevista**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 32-46, jan. 2006.

CRUZ, J. M. de O. Práticas psicológicas em Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). **Psicologia em Foco**, Aracaju. v.2, n. 1. p.11-25, jan./jun. 2009.

DESLANDES, S. Atenção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica: Análise de um Serviço. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 177-187, 1994.

DIAS, D. D. **Política Pública de Assistência Social: entre o controle a autonomia**. 2009, 111f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/21446>> Acesso em 7 Ago. 2012.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

DUARTE, N. de S.; FREIRE, R. C. de L.; HAZIN, I. Notas sobre aspectos epistemológicos e históricos da psicologia histórico-cultural. **Memorandum**, Belo Horizonte, v. 22, p. 52-67, 2012.

ELOY, C. B.; GUIMARAES, J. L. O atendimento de crianças vítimas de violência no contexto judiciário: a criança como testemunha. In: MATTIOLI, O. C.; ARAÚJO, M. de F.; GUIMARÃES, J. L. (Orgs.). **A Violência nos Contextos Familiar e Social: os desafios da pesquisa e da intervenção**. Curitiba: CRV, 2009. p. 117-131.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira, 1995.

FERREIRA, C. R. C. **As contribuições da psicologia histórico-cultural aos psicólogos que trabalham junto às Políticas Públicas de Assistência Social voltadas às crianças entre zero e seis anos**. 2010, 162f. Programa de pós-graduação em psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010. Disponível em <<http://nou-rau.uem.br/nou-rau/document/?code=vtls000183509>> Acesso em 8 Ago. 2012.

FREITAS, N. E. de. O SUAS e o princípio da universalidade. **Revista Diálogos**: Brasília, v. 7, n. 7, p. 17-19, jun. 2010.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S.. Pesquisa qualitativa – tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, mai./jun. 1995.

GONÇALVES, M. da G. M. A Psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. (Orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 37-52.

GONÇALVES, M. da G. M. O método de pesquisa materialista histórico e dialético. In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R. da; MARTINS, S. T. F. (Orgs.). **O método histórico-social na psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 86-104.

GONÇALVES, M. da G. M.. **Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

GONZÁLEZ REY, F. L. O enfoque Histórico-Cultural e seu sentido para a Psicologia Clínica: uma reflexão. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. (Orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 193-214.

GUERRA, V. N. de A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. São Paulo: Cortez, 3. ed. 1998.

HOFLING, E. de M. Estado e Políticas (públicas) sociais. **Caderno Cedes**, Campinas, n.55, p. 30-41, nov. 2001.

LEMONS, F. C. S. **Crianças e adolescentes entre a norma e a lei: uma análise foucaultiana**. 2007, 219f. Tese (Doutorado em Psicologia e Sociedade) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007. Disponível em <<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/29974>> Acesso em 9 Ago. 2012.

LEMONS, F. C. S.; GUIMARÃES, J. L.; CARDOSO JUNIOR, H. R. A produção da Violência Doméstica contra as crianças e adolescentes. In: ARAÚJO, M. de F.; MATTIOLI, O. C. (Orgs.). **Gênero e Violência**. Assis: Arte e Ciência, 2004. p. 89-110.

LIBÓRIO, R. M. C.; CASTRO, B. M. de. Abuso, exploração sexual e pedofilia: as intrincadas relações entre os conceitos e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. In: UNGARETTI, M. A. (Org.). **Criança e Adolescente: Direitos, Sexualidades e Reprodução**. São Paulo: Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude, 2010. p. 19-42.

LIEBESNY, B.; SANCHEZ, S. G.. Os desafios no ensino da Psicologia Sócio-Histórica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. (Orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 215-221.

LIMA, C. S. de L.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista. Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp, p. 37-45, 2007.

LISBOA, C. et al. Estratégias de coping de crianças vítimas e não vítimas de violência doméstica. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v. 15, n. 2, 345-362, 2002.

LOURAU, R. **A Análise Institucional**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LUCCI, M. A. A proposta de Vygotsky: a Psicologia Sócio-Histórica. **Revista de currículum y formación del profesorado**, Granada, v.10, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://www.ugr.es/~recfpro/Rev101.html>> Acesso em 12 dez. 2012.

LUCENA FILHO, E. L. Crepop: construção das referências para a atuação dos psicólogos em políticas públicas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: SUBJETIVIDADE, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, Brasília. **Relatório...** Brasília, 2011. p. 75-83.

MACEDO, J. P.; DIMENSTEIN, M. Expansão e Interiorização da Psicologia: Reorganização dos Saberes. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, v. 31, n. 2, p. 296-313, 2011.

MACEDO, J. P. et al. O psicólogo brasileiro no SUAS: quantos somos e onde estamos? **Psicologia em Estudo**: Maringá, v. 16, n. 3, p. 479-489, jul/set. 2011.

MACEDO, L. M. de; MATTIOLI, O. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: sentidos e significados atribuídos por familiares envolvidos com o conselho tutelar. XIX ENCONTRO DE PSICOLOGIA DE ASSIS, 19., 2006, Assis. **Anais eletrônicos...** Assis: UNESP, 2006. Disponível em: <http://www.assis.unesp.br/encontrosdepsicologia/anais_do_xix_encontro/149_lilian_m_agda_de_macedo.pdf>. Acesso em 5 set. 2009.

MARCÍLIO, M. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTIN-BARÓ, I. **Poder, Ideología y Violencia**. Madrid: Editorial Trotta, 2003.

MARTINS, J. B. Contribuições epistemológicas da abordagem multirreferencial para a compreensão dos fenômenos educacionais. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 26, p. 85-94, mai/ago. 2004.

MARTINS, S. T. F. O Materialismo histórico e a pesquisa-ação em psicologia social e saúde. In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R. da; MARTINS, S. T. F. (Orgs.). **O método histórico-social na psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 139-153.

MATTIOLI, O. C.; ARAÚJO M. F.; RESENDE, V. da R. (Orgs.). **Família, Violência e Políticas Públicas**. Curitiba: Editora CRV, 2012.

MELLO, A. C. C. de. **Enfrentamento à Violência contra crianças e adolescentes: guia para os profissionais que lidam com crianças e adolescentes (v. 2)**. São Paulo: Fundação Orsa, 2008.

MINAYO, M. C. de S. A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 07-18, 1994.

MINAYO, M. C. de S. et al. **Fala Galera: Juventude, Violência e Cidadania**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MINUCHIN, S. **Famílias: funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MORAES, F. M. de; GODOI, C. K.; BATISTA, M. A. Comprometimento organizacional: uma pesquisa documental sobre a produção científica brasileira de 1994 a 2003. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 31-48, jul/dez. 2004.

NASCIMENTO, M. L. do; SCHEINVAR, E. Infância: Discursos de proteção, práticas de exclusão. **Estudos e pesquisa em psicologia**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 51-66, dez. 2005.

NEMES, M. I. B. et al. Avaliação da qualidade da assistência no programa de AIDS: questões para a investigação em serviços de saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, p. 310-321. 2004.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa – características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisa em Administração**. São Paulo. v.1, n. 3, 1996. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/Cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>> Acesso em: 30 out. 2011.

NICHOLS, M.; SCHWARTZ, R. **Terapia familiar: conceitos e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

OLIVEIRA, B. A dialética do singular-particular-universal. In: ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R. da; MARTINS, S. T. F. (Orgs.). **O método histórico-social na psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 25-51.

OLIVEIRA, M. V. Políticas Públicas e Psicologia: potencialidades e desafio dessa relação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2007, Maceió. **Relatório...** Maceió, 2007. p. 89-98.

PAES, P. C. D. Vigotski e os fundamentos de uma psicologia marxista. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX-ENGELS, 7., 2012, Campinas. **Anais...** Campinas, 2012. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/cemarx/coloquio_marx_engels.html> Acesso em 15 dez. 2012.

PALHARINI, C. **Investigando a pesquisa documental**. 2010. Disponível em: <<http://cristianopalharini.files.wordpress.com/2010/01/pesquisa-documental.pdf>>

Acesso em: 30 out. 2011.

PALMIERI, M. W. A. R.; MARTINS, João Batista. Possibilidades e desafios da produção científica no campo da psicologia: algumas reflexões. **Psicologia em Estudo**, v. 13, p. 743-752, out/dez. 2008.

PATTHO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PETRONI, A. P. **Autonomia de professores: um estudo da perspectiva da psicologia**. 2008, 167f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2008. Disponível em: <<http://www.vigotski.net/ditebras/petroni.pdf>> Acesso em 11 Dez. 2012.

PIOVESAN, F. Apresentação. In: UNGARETTI, M. A. (Org.). **Criança e Adolescente: Direitos, Sexualidades e Reprodução**. São Paulo: Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude, 2010. p. 16-18.

PRADO JUNIOR, C. **Teoria Marxista do conhecimento e método dialético materialista**, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/caio.html>>. Acesso 5 de jan de 2011.

PROENÇA, M. Psicologia, Educação e políticas públicas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: SUBJETIVIDADE, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, Brasília. **Relatório...** Brasília, 2011. p. 135-138.

RAMOS, F. Q. **Reflexão sobre o potencial terapêutico dos encontros com crianças e adolescentes**. 2011, 118f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-06102011-151650/pt-br.php>> Acesso em 10 Ago. 2012.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003. p.76-97.

REICHENHEIM, M. E.; HASSELMANN, M. H.; MORAES, C. L. Conseqüências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente: contribuições para a elaboração de propostas de ação. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 109-121, 1999.

REIS, E. J. F. B. et al. Avaliação da qualidade dos serviços de saúde: notas bibliográficas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 6, n. 1, p. 50-61, jan/mar. 1990.

ROCHA, L. F.; GUIMARÃES, J. L. Violência sexual doméstica e intrafamiliar contra a criança e o adolescente: a síndrome do silêncio. In: MATTIOLI, O. C.; ARAÚJO, M. de F.; GUIMARÃES, J. L. (Orgs.). **A Violência nos Contextos Familiar e Social: os desafios da pesquisa e da intervenção**. Curitiba: CRV, 2009. p. 78-93.

ROMAN, R. C. Crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. **Psicologia: discência e pesquisa**, Assis. 2000. Disponível em: <<http://www2.assis.unesp.br/revistadiscenciapesquisa/index.htm>>. Acesso em 16 set. 2012.

ROMERO, N. S.; PEREIRA-SILVA, N. L. **O psicólogo no processo de intervenção da política nacional de humanização**. Psicologia & Sociedade: Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 332-339, 2011.

RUIZ, J. M.; MATTIOLI, O. C. Violência Psicológica e Violência Doméstica. In: ARAÚJO, M. de F.; MATTIOLI, O. C. (Orgs.). **Gênero e Violência**. Assis: Arte e Ciência, 2004. p. 111-141.

SAFIOTTI, H. A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane de Azevedo (Orgs.). **Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989. p. 13-21.

SAGET, J. 2011, um ano de violência sem precedentes contra internautas. **Revista Veja**, São Paulo, 12 mar. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/2011-um-ano-de-violencia-sem-precedentes-contrainternautas>> Acesso em 16 mar. 2012.

SANTIAGO, D. E.; MATTIOLI, O. C. A violência doméstica consentida: a construção de sentidos pela criança vítima de maus tratos. In: MATTIOLI, O. C.; ARAÚJO, M. de F.; GUIMARÃES, J. L. (Orgs.). **A Violência nos Contextos Familiar e Social: os desafios da pesquisa e da intervenção**. Curitiba: CRV, 2009. p. 17-33.

SANTIAGO, D. E.; MATTIOLI, O. C. Violência Doméstica contra Crianças: um estudo com alunos do ensino fundamental do Município de Quatá – SP. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8., 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2008. Disponível em: <www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST24/Santiago-Mattioli_24.pdf>. Acesso em 1 ago. 2011.

SANTOS, R. S. et al. Compreendendo a natureza das políticas do Estado Capitalista. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 5, p. 819-844, set./out. 2007.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social. **O CRAS no contexto dos municípios paulistas: panorama e experiências (vol. 02)**. São Paulo, 2009. 66p.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. São Leopoldo, n. 1, v. 1, 2009. Disponível em: <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf> Acesso em: 30 out. 2011.

SCHERER, C. O processo de implementação do Sistema Único de Assistência Social no Município de Entre-Ijuís/RS junto à proteção integral das crianças e adolescentes. **Revista Textos & Contextos**: Porto Alegre, v. 8, n.2, p. 274-292, jul/dez. 2009.

SENRA, C. M. G. **Psicólogos sociais em uma instituição pública de Assistência Social** 2009, 251f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_arquivos/6/TDE-2009-03-24T082713Z-1494/Publico/Carmem%20Magda%20Ghetti%20Senra.pdf> Acesso em 11 ago. 2009.

SIRGADO, A. P. A Corrente Sócio-Histórica de Psicologia: fundamentos epistemológicos e perspectivas educacionais. **Em Aberto**, Brasília, v. 9, n. 48, p. 61-67 out./dez. 1990. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/748/670>> Acesso em 13 dez. 2012.

SILVA, I. R. A rede de proteção de crianças e adolescentes envolvidos em situações de violência na perspectiva dos direitos humanos. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Falando sério sobre a escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção – Propostas do Conselho Federal de Psicologia**. Brasília: 2009a. p. 17-25.

SILVA, L. R. C. da. et al. Pesquisa Documental: alternativa investigativa na formação docente. CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EDUCERE, III ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 11, 3., 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2009, p. 4554-4566. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3124_1712.pdf> Acesso em: 30 out. 2011.

SILVA, L. L. da; COELHO, E. B. S.; CAPONI, S. N. C. de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v.11, n. 21, p. 93-103, jan/abr. 2007.

SILVA, M. M. A. da. Cuidado e proteção em saúde da criança e do adolescente em situação de violência. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção**. Brasília, 2010a. p. 59-65.

SILVEIRA, A. F. et al. Caderno de psicologia e políticas públicas. Curitiba: Gráfica e Editora Unificado, 2007. 50 p.

SIQUEIRA NETO, L. F. S. Proteção integral das crianças e dos adolescentes: fundamentos legais. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção**. Brasília, 2010a. p. 31-36.

SOUZA, A. A criança e o adolescente vítimas da Violência **Webartigos**, 2008. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/authors/1483/andr%e9-luis-romero-de-souza>>. Acesso em 5 set. 2009.

SOUZA, S. J. Criança e adolescente: construção histórica e social das concepções de proteção, direitos e participação. In: UNGARETTI, M. A. (Org.). **Criança e Adolescente: Direitos, Sexualidades e Reprodução**. São Paulo: Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude, 2010. p. 87-100.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 14. ed. São Paulo, Cortez, 2005.

UNGARETTI, M. A. (Org.) **Criança e Adolescente: Direitos, Sexualidades e Reprodução**. São Paulo: Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude, 2010. 280p.

XIMENES, L. F.; OLIVEIRA, R. de V. C.; ASSIS, S. G. Violência e transtorno de estresse pós-traumático na infância. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 417-433, abr. 2009.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 Anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26, n. esp, p. 9-24, 2010.

ZANIANI, E. J. M. **sob os auspícios da proteção: Moncorvo Filho e a higienização da infância**. 2008, 158f. Programa de pós-graduação em psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008. Disponível em <<http://www.ppi.uem.br/gephe/documentos/EdneiaJMZaniani-Dissertacao.pdf>> Acesso em 15 ago. 2012.

ZUMA, C. E. A visão sistêmica e a metáfora de rede social no trabalho de prevenção de violência intrafamiliar em comunidades. IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE TERAPIA FAMILIAR, 5., 2002, Salvador. **Anais...** Salvador, 2002. Disponível em: <<http://www.noos.org.br/acervo/A-visao-sistemica-e-a-metafora-de-rede-social.pdf>>. Acesso em: 18 Jul. 2010.